PROTOCOLO GERAL NUP: (64045.004301/2023-73)		ASSUNTO Pr Elet SRP Nº 022/2023 - 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

VOLUME I

INTERESSADO: S4 do 7º BEC

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC).

Pregoeiro Designado: 3º Sgt Ximenes designado no Boletim Interno nr 08 de 10/01/2023 do 7º BEC, conforme a letra "d" do Item 2 da 3º Parte do BI.

ANEXOS: Todas as documentações constantes no índice deste processo.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1.				4.			
2.				5.			
3.				6.			

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

NUP nº 64045.004301/2023-73

Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC).

DOCUMENTO	PÁGINA
Lista de verificação	01-10
Termo de Abertura – Autuação	11
Plano de Contratações Anual (PCA) 2023	12
BI Nomeação CMT	13
Documento de Formalização da Demanda	14-14v
Requisição nº 002/2023 – S4	15
Nomeação da equipe de planejamento da contratação	16-16v
Estudo Técnico Preliminar Nº42/2023 e tabela da ANP (Equivalente à pesquisa de preços)	17-26v
Gerenciamento de Riscos	27-29
Termo de Referência nº 002/2023 – S4 Aprovação do Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos pelo OD	30-39
Aprovação do Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos pelo OD	40
Relatório da Pesquisa de Preços	41-43
Análise, justificativa e aprovação da pesquisa de preços pelo OD	44
Justificativa para uso do papel no processo administrativo	45
Justificativa para não Divulgação da Intenção de Registro de Preços	46
Justificativa para Permissão de Futura Adesão de Interessados Não-Participantes	47-47v
Declaração de Adequação Orçamentária	48
Justificativa Escolha do SRP	49
Intenção de Registro de Preços – IRP	50-51
BI Nr 213 – 7º BEC, de 18 NOV 23 – Abertura de Processo Administrativo	52-52v
BI Nr 8, de 10 Jan 23 – Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio – Nomeação	53
Portaria de Pessoal - C Ex nº 608, de 21 de julho de 2021 – Nomeação de Cmt da OM	54-56v
D.O.U nº 137, de 22 Jul 21 - Portaria nº 608, de 22 Jul 21 – Nomeação de Cmt da OM	57-58v
Minuta do Edital e seus anexos	59-106

Ofício de remessa AGU	107-107v
Parecer AGU	108-130
Certidão de saneabilidade	131-134
Ofício de recebimento do parecer	135
Edital e anexos publicados	136-177
Termo de encerramento VOL I	178
Termo de abertura VOL II	179
Proposta dos licitantes vencedores	180-189
Habilitação dos licitantes vencedores	190-410
Atas de registro de preços	411-426
Termo de encerramento VOL II	427

Fls. 71
Ass.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CÂMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[1]	Sim	52
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[2]	Sim	45
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[3]	Sim	16
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?[4]	Sim	53 e 16
Consta documento de formalização de demanda?[5]	Sim	14
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[6]	Sim	12
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[7]	Sim	
Há Estudo Técnico Preliminar?[8]	Sim	17-26
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[9]	Sim	24
Há Análise de Riscos?[10]	Sim	27-29
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[11]	Não se aplica	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[12]	Sim	31

Fls. 02
Ass.

Há termo de referência?[13]	Sim	30-39
Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022?[14]	Sim	30-39
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[15]	Sim	30-39
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	30-39
Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração?[16]	Sim	31
O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?[17]	Sim	30-39
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo[18]?	Sim	38
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Sim	38
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensa-las?[19]	Não se aplica	
Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?[20]	Sim	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[21]	Sim	
Os autos estão instruídos com o edital da licitação?[22]	Sim	59-70
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior	Sim	

desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação?[24]		
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?[24]	Sim	59-70
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	Não se aplica	
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?[25]	Não	
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?[26]	Não se aplica	
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?[27]	Não se aplica	

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?[28]	Sim	12
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?[29]	Sim	
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo?[30]	Não se aplica	
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados?[31]	Não se aplica	
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado, II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização	Sim	

das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021?[32]		
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?[33]	Sim	
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?[34]	Não	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?[35]	Sim	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?[36]	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?[37]	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?[38]	Não se aplica	

Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado?[39]	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?[40]	Não se aplica	
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?[41]	Sim	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?[42]	Sim	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[43]	Sim	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?[44]	Sim	
Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições?[45]	Sim	
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?[46]	Não se aplica	
Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?[47]	Sim	21-22
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?[48]	Sim	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?[49]	Sim	22
Caso o objeto contemple item de aquisição de bens	Não	

de natureza divisível, com valor superior a R$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?[2]		
No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?[3]	Não se aplica	
Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?[50]	Sim	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[51]	Sim	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?[52]	Não se aplica	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?[53]	Não se aplica	
Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?[54]	Não se aplica	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?[55]	Não se aplica	
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?[56]	Não se aplica	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?[57]	Não se aplica	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?[58]	Não se aplica	
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?[59]	Não se aplica	
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?[60]	Não se aplica	
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos	Não se aplica	

salários pagos?[61]		
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?[62]	Não se aplica	
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?[63]	Não se aplica	
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?[64]	Não se aplica	

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

[1] Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

[2] O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[3] Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

Art. 18 da Lei 14133/21

Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

[10] Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado

[11] Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

[12] Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

[13] Art. 18, II, da Lei 14133/21; IN ME nº 81/2022.

[14] Art. 4º da IN ME nº 81/2022.

[15] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas; art. 9º, §3º, da IN ME nº 81/2022.

[16] Art. 7º da IN ME nº 81/2022.

[17] Art. 9º da IN ME nº 81/2022. Embora os modelos devam contemplar todos esses elementos, é recomendável conferir se eles estão presentes na versão final.

art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021.

O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que "o processo de licitação pública... somente

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". Já o art. 70, III estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e economica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

[5] Art. 10 da IN ME nº 81/2022.

[6] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas.

[7] Art. 18, V, da Lei 14133/21.

[8] Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21.

[9] Art. 19, IV e §2º, e art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[10] Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21. Embora os modelos de editais devam trazer essa cláusula, o item da Lista é uma cautela para confirmar que a versão final manteve essa cláusula obrigatória.

[11] Art. 9º, I, "a", e art. 16 da Lei nº 14.133/21.

[12] Art. 9º, I, "a", e art. 15 da Lei nº 14.133/21.

[13] Art. 18, IV, da Lei 14133/21. Art. 9º da IN Seges 65/21, c.c. art. 30, X, da IN Seges 5/2017;

[14] Art. 23 da Lei 14133/21.

[15] Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/21.

[16] Art. 6º, §6º, da IN Seges nº 65/21.

[17] Art. 3º da IN Seges 65/21.

[18] Art. 5º e §1º da IN Seges nº 65/21.

[19] Art. 5º, II, da IN Seges 65/21.

[20] Art. 5º, IV, e art. 6º, §5º, da IN Seges 65/21.

[21] Art. 5º, IV, da IN Seges 65/21.

[22] Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/21.

[23] Art. 5º e §2º, inc. II, da IN Seges 65/21.

[24] Art. 5º e §2º, inc. III, da IN Seges 65/21. Prevê o art. 4º da IN Seges 65/21, referido no item: "Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto."

[25] Art. 5º e §2º, inc. IV, da IN Seges 65/21.

[26] Art. 18, XI, da Lei 14133/21. Art. 10 da IN Seges 65/2021.

[27] Prevê o art. 3º do referido Decreto: "Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República. § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º: I - titulares de cargos de natureza especial; II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas. § 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou a autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º. § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."

[28] Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000".

[29] Art. 20 da Lei 14133/21. Decreto nº 10818/21.

[30] Art. 40, I, da Lei 14133/21

[31] Art. 40, II, da Lei 14133/21

[32] Art. 40, III, da Lei 14133/21.

[33] Art. 40, V, "a", da Lei 14133/21

[46] Art. 40, V, "b", da Lei 14133/21
[50] Art. 40, V, "c", da Lei 14133/21
[51] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[52] Art. 41, I, da Lei 14133/21
[53] Art. 41, III, da Lei 14133/21
[54] Art. 44 da Lei 14133/21
[55] Art. 47, I, da Lei 14133/21
[56] Art. 47, II, da Lei 14133/21
[57] Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21
[58] Art. 48 da Lei 14133/21
[59] Art. 47, §2º, da Lei 14133/21
[60] Art. 48, II, da Lei 14133/21
[61] Art. 48, III, da Lei 14133/21
[62] Art. 48, VI, da Lei 14133/21
[63] Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21
[64] Art. 49 da Lei 14133/21

Fls. 11
AVILA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ASSUNTO: Processo Administrativo – Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023 – 7° BEC

REFERÊNCIA: Termo de Referência nº 016/2023 – S4, de 27 de OUT de 2023.

AMPARO LEGAL: art. 1º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

TERMO DE AUTUAÇÃO

Ao oitavo dia do mês de Agosto de 2023, nesta cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, no 7° Batalhão de Engenharia de Construção, faço a abertura do Processo Administrativo nº [redacted], referente ao processo de licitação para a eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, autuando a requisição e os demais documentos a ele anexados que me foram encaminhados pelo Ordenador de Despesas do 7° BEC, do que, para constar, lavro o presente termo.

MARCOS EDUARDO ALMEIDA PEREIRA – 1º TEN
Chefe da SALC do 7° BEC

CLAUDIO A. DA SILVA
IDT 043 475.034-5
CPF 022.132.417-83

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2023

Processo nº 64045.011430/2023-73

Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – 7º BEC

Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

a) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000001/2023
b) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
c) Local: Rio Branco/AC
d) Fonte: Compras.gov.br
e) Total de itens: 1.653
f) Valor Total estimado (R$): R$ 144.674.366,87
g) Endereço Eletrônico: https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2023/1

Rio Branco, AC, 08 de novembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

INSTITUTO DE ENGENHARIA Fls. 12 AMA

3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

a. ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

1) Nomeação de Comandante, Chefe ou Diretor de OM - Valor Unidade - Transcrição

1. NOMEAÇÃO DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE OM – VALOR UNIDADE – 12ª CM - Providências a cargo da OM/UG de origem do militar.

Posto: Ten Cel

A/Q/S: Eng

IDT: 011480154-I

NOME: BRENO EDMUNDO BRITO **VICTORIANO**

OM Origem/Cidade-UF: Cmdo 2º Gpt E / Manaus-AM

OM Destino/Cidade -UF: 7º BEC / Rio Branco-AC

Legenda - (OBS): 10.4) 57.167 (25614) (26674)

Legenda: 10 – Despesas por conta da cota distribuída pelo DGP a DCEM. Caso o planejamento orçamentário disponibilizado pelo SIPEO seja menor que o valor a que o militar faz jus, a OM de vinculação deverá solicitar, por DIEx, via RM de vinculação, um complemento pecuniário com as devidas justificativas. Caso o planejamento seja maior e//ou o valor das passagens não seja utilizado, a OM deverá solocitar por mensagem SIPEO, o recolhimento dos valores que não serão utilizados. 41 – Por necessidade do serviço, ex officio. 57 – Conforme prescreve o inciso VII do art. 13 e o art. 14, do R-50, aprovado pelo Dec nº 2.040, de 21 OUT 1996. 167 – A OM deverá gravar o Mapa Demonstrativo de Despesas (MDD), no SIPEO, no prazo máximo de 30 dias desta publicação, já considerando os prazos estipulados em legislação. Empenhar, liquidar e pagar a despesa, de forma imediata, após o recebimento da Nota de Crédito (NC) no SIAPI. Observações: 25614 – A fim de atender o Planejamento Anual de Movimentação de Pessoal a Cargo do DGP/2021. 26674 – Em solução a Portaria de Pessoal C Ex nº 608, de 21 JUL 21, publicada no Dou nº 137, de 22 JUL 21." (Transcrito do Adt DCEM I C ao Bol do DGP nº 082, de 23 JUL 21).

Ten Cel BRENO EDMUNDO BRITO **VICTORIANO**

Em consequência:
a) incluo o referido militar no estado efetivo desta OM, sendo considerado não apresentado; e
b) a Div Pes e os demais interessados tomem conhecimento e as providências cabíveis.

2) Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores - Averbação de Requerimento

Por meio do requerimento datado de 31 de maio de 2021, em que o militar abaixo, solicita o pagamento de despesas de Exercícios Anteriores de Adicional de Habilitação 12%, no período de 01 AGO 20 a 31 DEZ 20, por ter completado 1 ano de sua Convocação de Oficiais Temporários para realização do Estágio de Serviço Técnico temporário (EST) - 2019, e prorrogado o tempo de serviço a contar de 01

Fls 12
AVISA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Requisição nº 03/2023 – 4ª Seção

Rio Branco, AC, 29 de agosto de 2023

Do Ch 4ª Seção do 7º BEC

Ao Sr Ch Fisc Adm do 7º BEC

Assunto: Aquisição de material

Ref. Art. 13 das IG 12-02

Anexos:
- Termo de referência 19/2023
- ETP Digital nº 42/2023 – S4 (anexo A);
- Mapa de Riscos (anexo B);
- Relatório da Pesquisa de Preços nº 03/2023 – S4, de 27 OUT 23;
- Documento de Formalização da demanda;
- Aprovação pelo Ordenador de Despesas.

1. Nos termos contidos no Art. 13 das IG 12-02, aprovadas pela Port. Min nº 305, de 22 Mai 95, solicito-vos providências no sentido de aprovar a aquisição dos materiais abaixo especificados, a fim de atender as necessidades da U3.

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade (L)	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Óleo Diesel S-10, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461548	Material	[redacted]	[redacted]	[redacted]
02	Óleo Diesel S-10, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais do Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	461548	Material			
03	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461508	Material			
04	Gasolina, tipo C, conforme especificação	461508	Material			

Fls. 14
AMLAV

de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000						
VALOR TOTAL (R$):						[redacted]

STÉPHANO MARINS MORAES - Cap
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC

DESPACHO DO CHEFE DA FISC ADM / 4ª SEÇÃO

1. Os referidos materiais necessitam ser adquiridos;
2. Para fins do Art. 17 da Lei 14.133, de 01º abril de 2021, empregar os recursos oriundos da União referentes à Operação Alto Purus ou qualquer outros descentralizados para essa finalidade (COC, DEC, FEx e DGO).

Rio Branco, AC, 29 de agosto de 2023.

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA - Cap
Fiscal Administrativo do 7º BEC

STÉPHANO MARINS MORAES - Cap
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Autorizo a aquisição dos materiais acima referenciados, determino a abertura de Processo Licitatório, se for o caso;
2. O Oficial encarregado do Setor de Aquisições adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor; e
3. Publique-se em Boletim Interno.

Rio Branco, AC, 29 de agosto de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Fls. 15

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC)	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): 4ª Seção	
Responsável pela Demanda: STEPHANO MARINS MORAES - Cap	**Matrícula/SIAPE/PREC-CP:** 1458705-30
E-mail: [redacted]	**Telefone:** [redacted]

1. Justificativa da necessidade da contratação de combustíveis, considerando o Planejamento Estratégico para que não haja a paralisação do fornecimento destes insumos imprescindíveis.

O 7º BEC recebeu a demanda do 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E) ora denominado Escalão Superior, com vista a executar os trabalhos de ampliação do Aeródromo e pista de pouso localizado no município de Santa Rosa do Purus - AC, com o intuito de integrar o município, o estado, bem como manter monitorada as nossas fronteiras.

2. Quantidade de material a ser contratada

Conforme previsto no subitem 1.1. do Termo de Referência, cujo Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-78 deu origem ao ETP nº 42/2023 – SA/7 BEC.

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços

1º Semestre do ano de 2024.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização :

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA – 2º Sgt PREC-CP Nº 1282023-49	LUIS FERNANDO DA COSTA JUCÁ – 3º Sgt PREC-CP Nº 358261174 - 00

Rio Branco, AC, 28 de Agosto de 2023.

STEPHANO MARINS MORAES - Cap
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC

5) O Comandante da 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 7º BEC encaminhou a Parte Requisitiva Nº 003/2023 - 1ª CIA, de 19 OUT 23, em que solicita aquisição de materiais de construção diversos (float manual, zarcão e tubo de ferro galvanizado, bitola: 1 ½" Pol) a serem empregados na(s) obra(s) de Readequação e Ampliação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus (Op Alto Purus), obras internas ou missões diversas do 7º Batalhão de Engenharia de Construção - (itens remanescentes do Pregão Eletrônico SRP Nº 019/2023 - 7º BEC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

6) O Comandante da 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 7º BEC apresentou o Estudo Técnico Preliminar - ETP 42/2023 (via digital) e o Mapa de Riscos, ambos datados de 19 OUT 23; o Termo de Referência Nº 22/2023 (via digital), de 19 OUT 23; o Relatório da Pesquisa de Preços Nº 03/2023 – 1ª CIA, de 19 OUT 23 e a(s) pesquisa(s) de preços as quais subsidiam no referido processo o(s) valor(es) de referência para a futura contratação. A referida pesquisa de preços e demais documentos que integram o processo, tais como o Estudo Técnico Preliminar - ETP e o Mapa de Riscos foram confeccionados e assinados (conforme o caso), respectivamente, pelo(s) seguinte(s) militar(es):

Cap CLAUDIO **WILDER** DE OLIVEIRA SAMPAIO FILHO (Comandante da 1ª Cia E Cnst do 7º BEC); e
2º Ten ARTHUR SILVA PINHEIRO (Oficial Subalterno da 1ª Cia E Cnst do 7º BEC).

Em consequência:
7) à Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC:
a) realize a abertura do respectivo Processo Administrativo no sistema SIASG, utilizando a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) correspondente; e
b) inclua a Intenção de Registro de Preços - IRP no SIASG, porém, não a divulgue em face da exiguidade de prazo para emprego dos materiais.
8) os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

b. Nomeação de Equipe de Planejamento da Contratação - Aquisição de Itens

Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas concomitantemente ao previsto no inciso 18, da Lei Nº 14.133, de 2021 e as Instruções Normativas Nº 5, expedida em 26 de maio de 2017, pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Nº 40, de 22 de maio de 2020, Nº 40 de 30 de junho de 2020 e Nº 58, de 8 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, designo, a contar de 21 AGO 23, haja vista não ter sido publicado em data oportuna, o(s) seguinte(s) servidore(s) pertencentes ao quadro desta Organização Militar, para, sob a presidência do primeiro, compor a Equipe de Planejamento da Contratação devidamente assessorado pelo oficial encarregado do Setor de Licitações, visando a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades administrativas em apoio às operações e a obra (ou) (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos:

Cap RONALD FELIPE **DE PAULA** SANTANA (Chefe da 4ª Seção do 7º BEC);
2º SGT RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA (Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC); e
3º Sgt LUIS FERNANDO DA COSTA JUCA (Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC).

Em consequência:
1) a Equipe de Planejamento da Contratação:

SERVIÇO DE ENGENHARIA DE COMUNICAÇÃO
Fls. 16
RUBRICA

a) o(s) servidor(es) designado(s) realize(m) todas as atividades das etapas de planejamento da contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendida como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação;

b) em atendimento a letra anterior, deverão confeccionar e assinar, respectivamente, o(s) documento(s) denominado(s) "Estudo Técnico Preliminar - ETP", "Gerenciamento de Riscos ou Mapa de Riscos" e o Termo de Referência e/ou Projeto Básico, este último conforme o caso, na forma digital – site Compras Governamentais, com vistas ao cumprimento do Princípio Básico da Publicidade (Art. 5º, da Lei Nº 14.133/21) e ao prescrito na Instrução Normativa em epígrafe;
1) elaborem e assinem os demais documentos inseridos ao processo, tais como: Requisição e Relatório da Pesquisa de Preços (acompanhado das referidas cotações);
2) Ele(s) Setor(es) Requisitante(s) subsidie no que couber a Equipe de Planejamento da Contratação para obtenção do êxito necessário a demanda.
3) os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes;

c. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) - Designação

Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas (OD), concomitantemente, em cumprimento ao DIEx Nº 1042-S1/12º CGCFEx - CIRCULAR, de 9 OUTUBRO 23, designo os militares abaixo pertencentes aos diversos Setores Requisitantes da Administração para obterem acesso ao CADIN, concedendo-lhes o correspondente perfil de acesso ao NOVO CADIN PGFN, e a sua respectiva atualização.

- 3º Sgt LUCAS MIGUEZ DE ASSIS NACIO
(Auxiliar da Fiscalização Administrativa)
- 3º Sgt FLAVIO HENRIQUE VITOR DAMASCENO
(Auxiliar da SALC)

Em consequência:
a) os militares designados tomem conhecimento das orientações contidas no DIEx Nº 1042-S1/12º CGCFEx - CIRCULAR, de 09 OUT 23;
b) realize(m) antecipadamente a(s) consulta(s) ao CADIN da(s) empresa(s) que, porventura, esta Administração tenha interesse em contratar (aquisição de bens e/ou contratação de serviços) e encaminhe(m) o resultado obtido juntamente com os demais documentos (Requisição, SICAF, Certidão Consolidada do TCU e CNJ); e
c) atualize(m) no que couber as informações intrínsecas ao referido sistema.

d. SERVIÇO DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO - DEDETIZAÇÃO

Foram realizados no dia 20 de outubro de 2023 os serviços de dedetização, desinsetização, descupinização, desratização e controle de pombos na área interna e externa do Setor de Aprovisionamento (Sede), conforme registrado nos certificados emitido pela empresa PARAISO AMBIENTES IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA - ME.

Em consequência, o Aprovisionador, o Fiscal de Contrato de dedetização e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

Estudo Técnico Preliminar 42/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64045.004301/2023-73

2. Descrição da necessidade

2.1 Em complemento às disposições constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD) 18/2023- 4ª Seção/7ºBEC, em que se faz referência Arts. 3º, IV, 8º, I, do Dec. 10.024, de 2019, Instrução Normativa nº 05, de 26 de março de 2017 e Art. 6º, I do Decreto Lei nº 200, de 1967, bem como as demandas identificadas naquele documento, faz-se necessário exarar às seguintes observações acerca da necessidade de combustível.

2.2 O Exército Brasileiro, no cumprimento de sua missão constitucional e por força do Art. 16 do Inc. II, do Art. 17-A, da Lei Complementar nº 97, de 1999, coopera com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e, para isso, faz-se necessário estar em permanente preparo.

2.3 As Organizações Militares de Engenharia executam diversas atividades de interesse nacional, em cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento e a segurança nacional de forma permanente, por meio da execução de obras e serviços hidroviários, rodoviários, ferroviários, portuários, aeroportuários, além de trabalhos em prol do meio ambiente, bem como, a participação em ações de Defesa Civil.

2.4 A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo estimado de aquisição de combustíveis para Operações Militares, geração de energia elétrica (Gerador), apoio a missões de paz, atividades de engenharia (obras em Cooperação), operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atividades administrativas, apoio logístico a obra de Readequação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus, dentre outras, tendo como escopo a flexibilidade da necessidade para suprir as demandas desta entidade pública.

2.5 Portanto, esta OM necessita adquirir combustíveis, como Óleo Diesel S10 e Gasolina Tipo C, por ter sob sua jurisdição uma ampla frota de equipamentos e viaturas que estão em sua maioria empregados na execução das atividades supracitadas, o que exige uma constante preocupação com abastecimento e uma criteriosa gestão de estoque deste insumo. Atualmente, o Batalhão possui cerca de 128 equipamentos e 84 viaturas que são empregados diretamente tanto nas obras desta unidade de engenharia militar, como nas atividades previstas de treinamento e possíveis atividades de defesa civil. A necessidade da contratação se evidencia na ampliação de sua frota de viaturas e equipamentos, portanto, haverá um aumento na demanda de Diesel S10 e Gasolina Comum. O não atendimento desta demanda acarretaria prejuízo na execução dos serviços sob responsabilidade do 7º BEC. Para tanto, é fundamental reforçar que esta OM gerenciadora deste processo licitatório, recebe regularmente recursos em grande escala, demandando a correta observância aos preceitos legais que regem as compras do Governo Federal.

2.6 Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, conforme exigência do Dec. nº 10.520, de 2019. Dessa forma, a disputa pelo fornecimento do bem comum será feita pela oferta de maior desconto por item sob o Sistema de Registro de Preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). O critério de maior desconto foi adotado devido à política de preços adotada, pelos produtores, para a venda dos combustíveis, insumo que sofre constante variação de preço.

2.7 A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo estimado de contratação.

2.8 O Registro de Preços pretendido enquadra-se no Inc. I, III e IV do Art. 3º do Dec. nº 7.892, de 2013.

2.9 Cabe registrar que a orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, orienta que apenas "Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato", ainda, conforme Art. 16 do Dec. nº 7.892, 2013, a existência do registro de preços faculta também a contratação de quantitativo inferior ao registrado.

2.10 Os serviços são considerados "comuns". Pois, enquadram-se nos termos do parágrafo único, do Art. 1°, da Lei 10.520, de 2002: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

2.11 Os serviços objeto deste instrumento estão alinhados ao Plano de Trabalho nº 27.158.20.22.09.12.02 – Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa Rosa do Purus no município de Santa Rosa do Purus-AC, cujo o valor está orçado em [redacted]. Tudo, com o intuito de atender ao fornecimento ininterrupto de combustível para os equipamentos e as viaturas do canteiro de obra ora denominado *Destacamento* e demais atividades administrativas e operacionais desta entidade pública.

2.12 A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão nas Instruções Gerais para a Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército (IG12-02), aprovada pela Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995; e, a Portaria nº 01-SEF, de 27 de janeiro de 2014.

2.13 Caso alguma das obras sob responsabilidade do 7º BEC, venha a sofrer alguma fiscalização e tendo como consequência a paralisação temporária total ou parcial na execução dos trabalhos. Haverá a suspensão temporária da solicitação de entrega de combustível até que seja sanado o evento que causou a sua paralisação.

2.14 A já referida contratação constitui-se como sendo uma aquisição essencial à eficiência, eficácia e efetividade das atividades desenvolvidas no âmbito do 7ºBEC, nesta condição justifica-se a necessidade de aquisição de óleo diesel S10 e gasolina comum, com o objetivo de suprir as demandas de operações de engenharia e obras militares, assim suprir as necessidades desta instituição, através de licitação pública, com o único intuito de evitar que os trabalhos desenvolvidos por esta Organização Militar sofram descontinuidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção	Capitão STÉPHANO MARINS MORAES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, **não possui natureza continuada**, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2. A contratação também requer que a fornecedora **exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo**, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, onde é necessário o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

4.3. Os bens serão executados conforme descrito abaixo:

4.3.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Serviços, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

4.3.2. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do(a) do recebimento do pedido de fornecimentos acompanhados da referida Nota de Empenho

4.3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15(quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e a quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3.8. Deverá ser apresentada as documentações comprovatórias perante a ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP N_° 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal.

4.3.9. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, Inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 23/08/2021, e legislação correlata.

4.3.10. Os horários e dias estipulados para a entrega do produto, serão os seguintes

LOCAL	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	07h00min às 17h	Segunda-Feira à Domingo

LOCAL	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Sede do 7º BEC, Avenida Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, Rio Branco – AC, CEP 69918-093	07h30min às 11h30min e das 13h00min as 16h30min	Segunda-Feira à Quinta-Feira
	07h30min às 11h30min	Sexta-Feira

4.4 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.4.1. O Licitante deverá ser credenciado regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no Art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.4.2 Os insumos deverão ser adquiridos de forma parcelada, em acordo com a necessidade da Contratante (NE).

4.4.3 Os volumes referentes a requisição mínima, serão sempre múltiplos de [redacted] litros, atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos pelas refinarias os [redacted] a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque.

4.5. Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão; como descrito a seguir:

4.5.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 807, de 23 de janeiro de 2020.

4.5.3 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10 constante deste Termo de Referência, deve-se, obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013 (DOU 24.12.2013) e suas alterações.

4.6 No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.

4.7 Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.

4.8. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

4.9 No caso de Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos estarão habilitadas a fornecer os produtos descritos no Termo de Referência as empresas que apresentarem junto a
Documentação de Habilitação, a autorização outorgada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para essas finalidades, nos termos da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014.

4.10 A empresa como condição de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o

exercício de atividades de distribuição e/ou revenda pertinente ao fornecimento dos combustíveis automotivos (Resolução ANP nº 42/2011, nº 41/2013 e nº 784/2019).

4.11 Obedecer todas as legislações, normas e resoluções da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, assim como suas atualizações e alterações, que estejam em vigor no período da licitação, contratação e fornecimento dos combustíveis licitados, promovendo sempre que ocorrer alteração ou atualizações, as adequações necessárias para o fornecimento de combustíveis sempre dentro dos parâmetros exigidos pela citada agência (ANP).

4.12 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto.

4.13 Mantenha durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.14 O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.15 As empresas contratadas deverão em seus processos de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a:

4.15.1 Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.15.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.15.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.15.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.16 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento do objeto licitado.

5. Da Finalidade

5.1 O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade de aquisição de combustível (Gasolina e Óleo Diesel) baseado no desconto ofertado sobre a média da tabela ANP na data da ordem de fornecimento, visando atender às necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, referente ao exercício financeiro 2023 / 2024, bem como complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

5.1 Tomando como base o inciso I e II do art. 10 do decreto nº 8.538, 6 de outubro de 2015, não há o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na cidade de Rio Branco – AC e região, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Termo de Referência. E mesmo que houvesse microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na cidade de Rio Branco – AC e região, o tratamento diferenciado e simplificado para as referidas empresas não seria vantajoso para a administração pública, pois representaria prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, devido à falta de capacidade técnica, operacional, logística para atender o volume referenciado.

5.2 Verificou-se ainda que o estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC nº123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista as distribuidoras que participam de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) empresas do tipo ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 49, Inc. II da LC nº 123, de 2006.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A definição das rotinas da execução, a frequência e a periodicidade dos serviços:

7.1.1. As execuções dos serviços serão iniciadas por intermédio de um planejamento acordado entre a contratante e a licitante vencedora do certame denominada contratada.

7.1.2. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços da obra a serem executados consoante ao consumo frequente de combustível (Diesel S10 e Gasolina Comum) utilizado pelo efetivo descentralizado nos Destacamentos a cargo do 7º BEC.

7.2. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

7.2.1. Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA e demais órgãos

necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização das Prefeituras Municipais de Manoel Urbano-AC e de Santa Rosa de Purus-AC.

7.3. Os deveres e disciplinas exigidos:

7.3 1. a CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.3 2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.3.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.5 comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.3.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7 3 7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.8 Não transportar os combustíveis em vagões ou tanques enferrujados ou sujos, pois pode haver contaminação do combustível;

7.3.9 Não transportar os combustíveis no mesmo tanque ou vagão utilizado para transportar outro tipo de combustíveis, sem ter feito uma limpeza prévia no mesmo para não prejudicar a qualidade dos combustíveis;

7.3.10 Evitar contaminação do produto no momento da descarga. Não se deve deixar mangueiras jogadas pelo chão além do tempo necessário;

7 3 11 Adotar cuidados que garantam a segurança durante o carregamento e descarga do produto, como por exemplo, desligar o veículo e acionar o freio de mão;

7 3 12 Fornecer os combustíveis objetos deste contrato de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

7.3.13 Realizar análise dos combustíveis objetos deste contrato sempre que solicitada pela CONTRATANTE. Para isso, a CONTRATADA deverá manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007, artigo 8º). d.1) Os procedimentos detalhados para a realização dos

testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP, podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

7.3.14 Atender prontamente às requisições de abastecimento, sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

7.3.15 Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato, inclusive nos transportes até os diferentes locais de entrega estipulados.

7.3.16 Indicar preposto, informando e mantendo atualizados seu telefone fixo, celular e e-mail de contato.

7.3.17 Providenciar, através de seu preposto, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE.

7.3.18 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura mensal, cópia das "Requisições de Abastecimento" relativas ao mês de Competência bem como os comprovantes de abastecimento (cupons).

7.3.19 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em edital oriundo desta licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

7.3.20 Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados à CONTRATANTE, quando decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços de mercado, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Instituição reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

7.3.21 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o produto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos veículos que o utilizar.

7.3.22 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto deste pregão eletrônico, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7.3.23 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

7.3.24 Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados.

7.3.25 Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenentes.

7.3.26 Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si.

7.3.27. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.

7.3.28 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

7.3.29. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada

7.3.30 Não contratar durante a prestação dos serviços, os servidores pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

7.3.31. Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

7.3.32 A entrega, manuseio e transporte dos materiais deverá atender as Normas Brasileiras aplicáveis ao armazenamento de petróleo e seus derivados líquidos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Em cumprimento ao que descreve a Instrução Normativa nº 040, de 2020, esta equipe de planejamento realizou estudo preliminar, a fim de qualificar e quantificar as necessidades de aquisições de combustível do 7º BEC.

8.2 O quantitativo da demanda de combustivel, tomou-se como base o consumo referente ao ano de 2022 e 2023, realizados em atividades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção diversas e na Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa Rosa do Purus no município de Santa Rosa do Purus-AC (Operação Alto Purus) conforme tabelas abaixo:

8.2.1 Relatório de consumo de Diesel S10 – LITROS POR ANO

ATIVIDADES	ANO 2022	ANO 2023(até Agosto)
Atividade Administrativas do 7° BEC em apoio		

às obras	[redacted]	[redacted]	
[redacted]			
[redacted]			

Fontes: 4ª Seção e Fiscalização Administrativa

8.2.2 Relatório de consumo de Gasolina Comum – LITROS por ano

ATIVIDADES	ANO 2022	ANO 2023(até Agosto)
Atividades Administrativas do 7° BEC em apoio às obras	[redacted]	[redacted]8
Total	[redacted]	[redacted]

Fontes: 4ª Seção e Fiscalização Administrativa

8.2.3 Até a presente data deste ETP, verifica-se um consumo médio aproximado de 179.597 litros de Diesel S10 e de 12.240 litros de Gasolina Comum.

8.3 Ainda para o planejamento das aquisições e contratações também foi considerado um aspecto que ressalta uma peculiaridade do Exército Brasileiro: a necessidade de se manter em permanente estado de prontidão, caracterizando sua imprevisibilidade de emprego, observando-se, assim, a necessidade de se manter Atas de Registro de Preços (ARP) vigentes.

8.4 Além do levantamento das quantidades adquiridas em anos anteriores, observa-se, ainda, que o Pregão SRP tem validade de 1 (um) ano, não sendo possível, tendo em vista as peculiaridades que uma Organização Militar possui, utilizar apenas dados de uma "série histórica" de consumo para realizar levantamento de quantitativos a serem licitados. Ademais, esta entidade pública optou por utilizar o acréscimo de 11,40% em cima da média obtida dos anos anteriores para prevenir qualquer situação de contigência que venha a ocorrer no decorrer da vigência da ata, cujo a quantidade aproximada é de [redacted]) de Óleo Diesel e 15.000 L (quinze mil litros) de Gasolina Comum para ateuder as necessidades da administração pública no certame licitatório à ocorrer.

8.5 Portanto, o sucesso deste processo licitatório assegura, com oportunidade, ganho de eficiência, viabilidade e economicidade para a administração pública federal, conforme o estabelecido na forma da lei.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.350.200,00

9.1 A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa nº 65 - SEGES/ME, de 7 de julho de 2021. No entanto, não foram realizadas pesquisas de mercado com fornecedores ou com preços registrados em órgãos, haja vista que a pesquisa foi realizada através da planilha disponibilizada semanalmente no site da ANP com os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado.

9.2 A justificativa para a não utilização do Painel de Preços, do qual trata o Art. 5º da IN nº 65 /21, encontra-se na própria natureza do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC), que é uma pesquisa de preços de combustíveis automotivos e de GLP do País, que oferece referências para o mercado, órgãos de governo e a sociedade civil em geral, disponibilizada semanalmente pela ANP com os preços praticados no mercado, gerida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme previsto na Lei do Petróleo (Art. 8º da Lei nº 9.478, de 1997).

9.3 A ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada. O Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC) é realizado segundo os procedimentos estabelecidos pela Portaria nº 202 /ANP, de 16 de agosto de 2000.

9.4 Para efeito de cotação, será levado em conta o MAIOR DESCONTO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Planilha resultante do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC) da ANP.

9.5 A Planilha da ANP por conter pesquisa de preço semanal de preço naquela região/município, já se constitui no valor de referência para aquisição dos bens, sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído em 0,5% (zero vírgula cinco por cento), já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é praticado no mercado local.

9.6 A estimativa do valor da contratação é de [redacted] ([redacted]).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A lei geral de licitações elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

10.2 Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

10.3 No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser contratados de forma independente, não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos, o que, sem dúvida, restringiria a participação de empresas mais modestas, mas que podem cumprir as respectivas obrigações, desde que haja o devido fracionamento do objeto, em quantas parcelas forem possíveis, conforme se propõe

10.4 Em regra, conforme § 4º do art. 135 da Lei nº 14.133/21, poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

10.5 Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos insumos que serão contratados, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No caso concreto, o 7º BEC possui inclusive uma licitação vigente, no qual dispõe dos combustíveis através do Pregão 19/2022, cujo vencimento da ata será em 23/12/2023 que foi homologado nas seguintes quantidades , conforme tabela abaixo:

DIESEL S10		
PREGÃO	**VIGÊNCIA**	**QUANTIDADE HOMOLOGADA(L)**
19/2022	DEZEMBRO 2022 - DEZEMBRO 2023	530.000

GASOLINA COMUM		
PREGÃO	**VIGÊNCIA**	**QUANTIDADE HOMOLOGADA(L)**
19/2022	DEZEMBRO 2022 - DEZEMBRO 2023	20.000

11 2 Desta forma, devido a continuidade dos trabalhos que estão sendo realizados por esta OM, conforme já descritos neste ETP e conforme o planejamento da Seção Técnica do 7º BEC, faz-se necessário a abertura de uma nova licitação com as quantidades apresentadas neste estudo, pois, os trabalhos a serem realizados pelo batalhão e o cronograma das obras ultrapassará o presente exercício para que não haja paralisação e prejuízo na continuidade das atividades gerenciadas por esta organização.

11.3. Portanto, interessa ao batalhão a realização dessa nova licitação permitindo ao 7º BEC, o desenvolvimento dos trabalhos emanado pelo Escalão Superior, bem como

os apoios prestados ao Governo Estadual, os quais acontecem mediante a necessidades apresentadas, como por exemplo, os estados de calamidade, enchentes, dentre outras.

10.4. Por conseguinte, o retrospecto de contratações anteriores, nos anos de 2022 e de 2023, realizados para aquisição do objeto é positiva, visto que as empresas contratadas responsáveis pelo fornecimento de combustíveis cumpriram satisfatoriamente os prazos fixados, bem como o cronograma de entrega proposto pela administração. Conclui-se que, houve êxito para ambas as partes CONTRATANTE e CONTRATADA, pois o termo de referência, edital e anexos atenderam às expectativas a que se propôs.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Diante do exposto e após minuciosa análise, o presente objeto desse estudo está alinhado entre a contratação e o planejamento com as diversas atividades deste Batalhão e com a obra de Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa Rosa do Purus na cidade de Santa Rosa do Purus-AC (Operação Alto Purus), baseada no Plano de Trabalho nº 271582020091101.

12.2 Além disso, a contratação dos materiais está alinhada com o PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO 2020-2023 (PEEx 2020-2023), cuja missão é contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, ao contribuir para alcance dos seguintes objetivos estratégicos que lhe são correlatos.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A necessidade da aquisição de combustíveis atenderá a demanda dos aquartelamentos e suprir os Batalhões de Engenharia com insumos para as apoio as obras em andamento e futuras. visto que a demanda é periódica.

13.2 Os principais benefícios desta aquisição, baseada no desconto ofertado sobre Planilha resultante do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC) da ANP, seria:

13.2.1 A economicidade já atestada pela Equipe de Planejamento no referido processo, sendo, portanto, com o pregão teremos mais competitividade e conseguintemente um menor valor, ou seja, racionalizaremos seus recursos disponíveis adequando-se a melhor solução de custo-benefício disponível no mercado.

13.3 Os serviços uma vez contratados trarão os seguintes benefícios diretos e indiretos ao 7º BEC, a sociedade acreana e aos órgãos convenentes:

13.3.1 Garantir o bem-estar da tropa;

13.3.2 Aumentar a capacidade de produção dos agentes empregados na obra;

13.3.3 Permanecer com o abastecimento de combustível ininterrupto e diuturno;

13.3.4 Continuidade dos trabalhos das obras que são realizados; e

13.1.5 Atender as necessidades Administrativas e Operacionais do 7º BEC.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A Administração, com vistas a alcançar maior êxito na contratação do aludido serviço objeto deste instrumento, elaborou um cronograma sucinto cujas atividades são nsitas à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

Cronograma de atividades

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização	
Ação	**Responsável(is)**
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante (4ª Seção) / Sec Tec
Abertura do processo licitatório com vistas à contratação dos serviços de perfuração de poço artesiano tubular	Ordenador de Despesas / SALC
Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação Boletim Interno)

Fonte: Autor

14.2. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Em relação aos impactos ambientais, podemos verificar que o fornecimento do objeto deste instrumento possa causar danos quanto ao possível vazamento e/ou derramamento no solo, ou ainda, contaminar cursos d'água, igarapés e outros tipos de mananciais e, sucessivamente, causar impactos na fauna e flora, bem como, a cadeia alimentar das espécies locais.

15.2 Para mitigar os possíveis impactos, será exigido conforme guia nacional de licitações sustentáveis:

15.3 Para o exercício de atividade de Comércio e transporte de combustíveis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 A aquisição de que trata o presente instrumento se mostra viável na medida em que a solução apontada atende plenamente às necessidades do 7ºBEC, ainda está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas não restringem a competitividade do certame.

16.2 Além disso, a contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do 7º BEC e de acordo com as normas e princípios licitatórios.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543 de 13 de novembro de 2020.

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

LUIS FERNANDO DA COSTA JUCA

Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

LUIZ GUILHERME CARVALHO DE FARIA

Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

Fls. 15

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA
Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

STEPHANO MARINS MORAES
Equipe de apoio

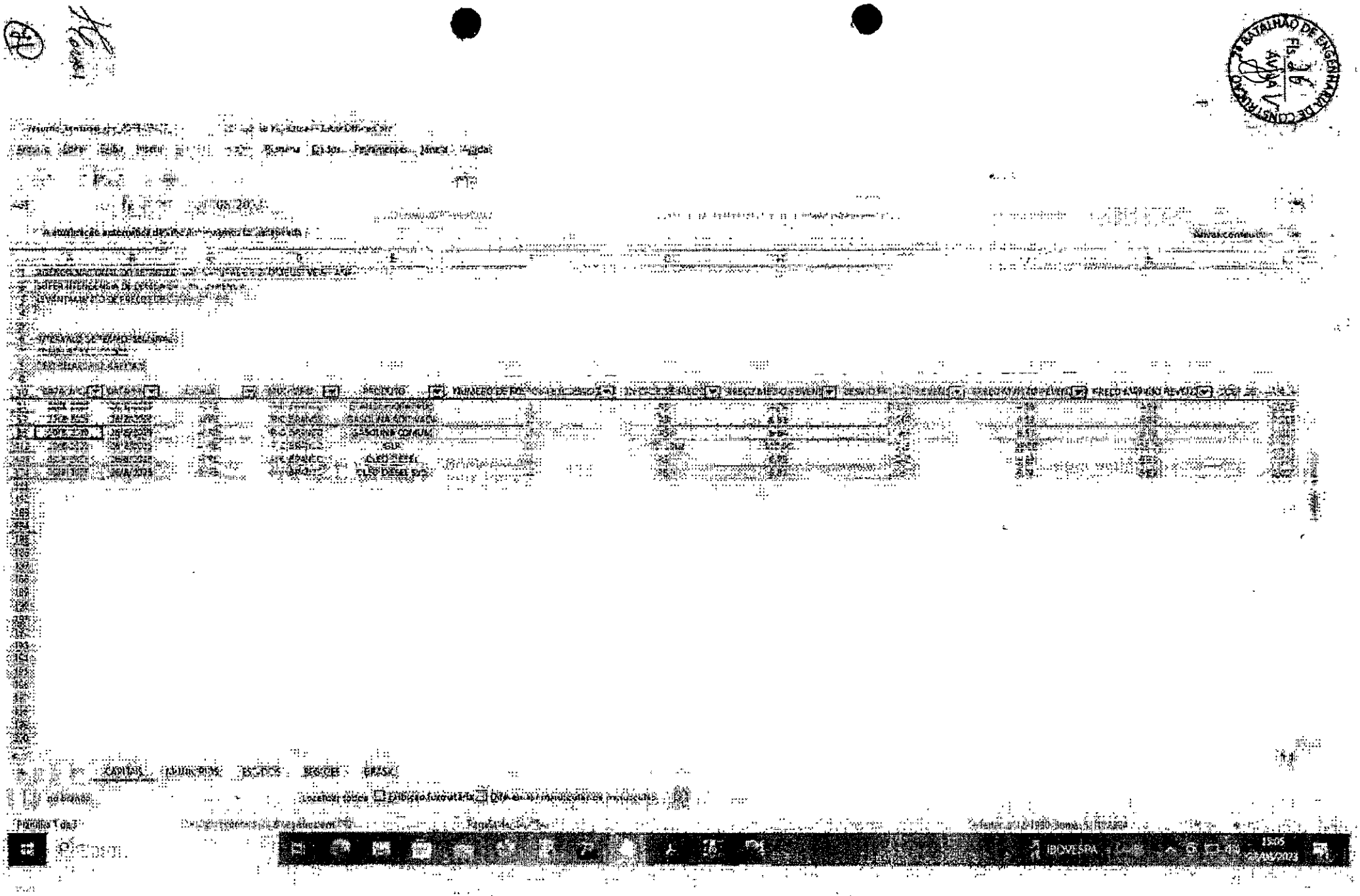
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
Fls. 25
ASSINATURA

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados [illegible] de documento.

- Anexo I - consumo semanal disel e gasolina AGO2023.png (129.82 KB)

Anexo I - consumo semanal disel e gasolina AGO2023.png



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

( ) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

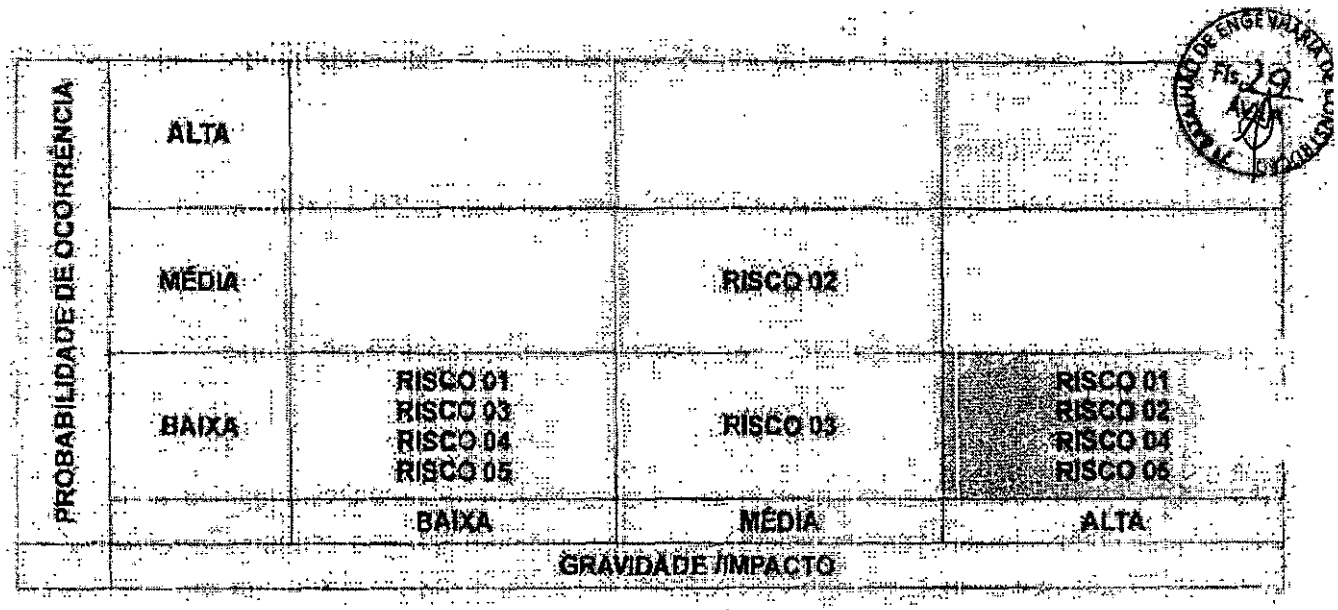
RISCO 01 – Indisponibilidade Orçamentária		
Probalidade:	(x) Baixa ( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo ( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**	
1.	Impossibilidade de contratação dos serviços, os quais acarretariam prejuízos ao interesse público (sociedade), a Administração (7º BEC) e aos órgãos convenentes.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar a(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Intermediar junto ao 2º Grupamento de Engenharia para gestão junto ao Órgão Responsável, a fim de atender o mais breve possível com recursos a referida demanda.	Equipe de Planejamento da Contratação e a 4ª Seção.

RISCO 02: Subestimar prazos para atendimento de requisitos processuais		
Probalidade:	( ) Baixa (x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo ( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**	
1.	Descontinuidade dos serviços.	
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1.	Comprometimento da equipe de Planejamento da Contratação no sentido de dar maior celeridade aos trâmites processuais.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1.	Abrir novo procedimento licitatório; contratação emergencial.	Equipe de Planejamento da Contratação.

RISCO 03 – Ausência de licitantes			
Probalidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	(x) Médio	( ) Alto
Id	Dano		
1.	Descontinuidade dos serviços.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Divulgação do edital.		Setor Requisitante (4ª Seção) e SALC
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Republicação do edital ou dispensa de licitação.		Pregoeiro(a) designado(a), SALC e Setor Requisitante (4ª Seção)

RISCO 04 - Conluio entre licitantes			
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	Dano		
1.	Ausência de competitividade, Prática de preço abusivo.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Descrever, de forma clara, no instrumento convocatório, as práticas condenáveis tendentes a prejudicar a concorrência no certame, bem como as sanções aplicáveis aos participantes da licitação.		Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Aplicação de penalidades e denúncia às autoridades competentes.		Equipe de Planejamento da Contratação.

RISCO 05 – Fiscalização de Contrato Ineficiente			
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	Dano		
1.	Fiscalização de contrato ineficiente, devido a designação por parte da Administração de servidor militar ou civil diferente daqueles citados no subitem 3.12.5, cujo conhecimento acerca do objeto da licitação seja mínimo e tal inexperiência comprometa o apontamento de correções no Livro Registro do Contrato, que, porventura, venham divergir do que foi firmado no Termo de Contrato.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Designar servidor militar ou civil devidamente qualificado para a função de Fiscal de Contrato.		Ordenador de Despesas e Fiscal de Contrato designado
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	O Fiscal de Contrato no uso de suas atribuições deverá anotar em registro próprio quaisquer divergências quanto à execução do Termo de Contrato, e, sucessivamente, notificar a Contratada para eventuais correções. Em ato contínuo, o Ordenador de Despesas deverá ser comunicado.		Fiscal de Contrato designado



Rio Branco, AC, 28 de Agosto de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização:

LUIS FERNANDO DA COSTA JUCÁ – 3º SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA – 2º SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

STÉPHANO MARINS MORAES – Cap
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior **desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	% MÍNIMO DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R$)
1	**Óleo Diesel S-10**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461548	Litro	[redacted]			
2	**Óleo Diesel S-10**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano – AC, CEP: 69.930-000	461548	Litro				
3	**Gasolina, tipo C**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP.	461506	Litro				

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Atualizado em 04/04/2022

	Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	[redacted]					
4	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000						

Observações:

Para a obtenção dos preços de referência dos combustíveis foi utilizado o preço médio da semana, constante da Tabela da ANP referente à localidade do item licitado, no período de 20/08/2023 a 26/08/2023, para a formação do preço unitário dos produtos, conforme planilha anexa no ETP nº42/2023.
(https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas).

A requisição mínima dos itens [redacted]
A requisição mínima do item
O item 4 será realizado em pedido único de 5.000 litros.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) homologação da proposta vencedora no certame, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 **Todos os itens deverão ser cotados na sua totalidade.**

1.7 **Para efeito de cotação, será levado em conta o MAIOR DESCONTO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela ANP. Nesse sentido, o licitante deverá iniciar a sua oferta com um percentual de desconto igual ou maior que o mínimo aceito para cada item.**

Fls. 37

1.8 **O valor a ser pago pelo litro do combustível será a média dos valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através da planilha disponibilizada semanalmente no site https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas, com os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado, no dia do pedido ao fornecedor, aplicando a este o percentual de desconto ofertado neste certame.**

1.9 **Em consequência, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá anexar ao pedido a cópia da planilha de preços semanal da ANP, referente à cidade/estado do item licitado, realizada no dia do pedido.**

1.10 **O percentual de desconto para combustível deverá ser MAIOR que ZERO e não superior a 2(duas) casas decimais, os números posteriores a segunda casa decimal serão desconsiderados na Fase de Aceitação do Certame**

1.11 **O percentual de desconto para o combustível será fixo e irreajustável durante validade da Ata.**

1.12 **A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal e preço daquela região (município/Estado), já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o percentual mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,5% (zero vírgula cinco por cento), já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.**

1.13 **O estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC n°123, de 2006 (atualizada pela LC n° 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista que as distribuidoras participantes de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 49, Inc. II da LC n° 123, de 2006.**

1.14 **Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão como descrito a seguir:**

1.14.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP n° 807, de 23 de janeiro de 2020.

1.14.2 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP n° 50, de 23 de dezembro de 2013.

1.15 **Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais**

Casa Civil - Central de Modelos de Licitações e Contratos da Controladoria-Geral do Estado
Atualização: maio/2023
Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, onde é necessário o comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: PETROBRAS.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3 ~~Diante das conclusões extraídas do processo n. ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

Fls. 5 J
AVILA

Da exigência de amostra

4.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.1 Para toda entrega de combustível, quando solicitado por meio da ordem de fornecimento, deverá constar o boletim de conformidade do produto.

4.6 As amostras poderão ser entregues no endereço (conforme solicitado no ato do pedido), no prazo limite de 10 dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1 Item 1 (.....): .....;

4.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Segue-se a com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento).

4.13 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser retiradas pelos fornecedores no prazo de .....(.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Guia Nacional de Modelos de Licitação e Contratos de Consultoria em Engenharia
Versão 20.10 (SISTEC)
Termo de Referência - Aquisições - Licitação - Pregão Eletrônico
Nota: ...
Elaborado pela Secretaria de Gestão ...

Fls. 31

Subcontratação

4.16 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.18 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão de o pagamento estar condicionado a entrega do bem.

4.19 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento pelo contratado, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Itens 1, e 3: Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Rio Branco/AC na sede do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC);

- Item 2, e 4: BR 364, no Cais de Porto sob a Ponte do rio Purus, Manel Urbano/AC, CEP 69.950-000, localizado cerca de 200KM de Rio Branco/AC, sentido Cruzeiro do Sul.

5.4 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2 (dois) meses para o diesel e 6 (seis) meses para a gasolina, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5 Os volumes referentes a requisição mínima, serão sempre múltiplos de 5.000 (cinco mil) litros, atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos pelas refinarias os quais orientam a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque.

5.6 Na emissão da Nota de Empenho será discriminado em Ordinário ou Global.

5.7 Regime Ordinário: a entrega do material solicitado na Nota de Empenho será em parcela única.

8 Regime Global: a entrega do material solicitado ocorrerá de forma parcelada, tendo a CONTRATADA a obrigação de firmar contrato junto a CONTRATANTE, assim como esclarecer especificamente como ocorrerá a entrega parcelada dos materiais solicitados.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos de Compras da União
Atualização Nov/2021
Termo de Referência Aquisições - Licitação para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Disponível em: gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manuais-de-contratacoes

5.9 Conforme necessidade da Contratante será enviado ao fornecedor uma Ordem de Fornecimento de Combustíveis (OFÍCIO) junto a Nota de Empenho e Tabela ANP disponibilizada no dia do pedido.

5.10 Na Ordem de Fornecimento de Materiais será detalhada a Nota de Empenho, com o tem e seu desconto homologado na Ata de Registro de Preços, junto ao detalhamento do combustível será observado seu valor médio na tabela da ANP vigente na data da eventual aquisição, serão incluídos os valores dos descontos homologados e após isso será obtido o valor que a Administração de fato praticará junto às empresas.

5.11 No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.

5.12 Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.

5.13 O preço unitário do litro do combustível, lançado na Nota Fiscal, entregue a CONTRATANTE, será em função da data da solicitação do insumo à CONTRATADA e NÃO EM FUNÇÃO da data de emissão da Nota de Empenho. Deixando assim as quantidades empenhadas ajustáveis ao valor unitário informado pela tabela (planilha) da ANP, atualizada na data do envio a empresa da referida solicitação e com os referidos descontos estipulados pela CONTRATADA.

5.14 As logísticas de entregas deverão, obrigatoriamente, serem informadas a partir do momento da solicitação à contratada e ocorrerá durante o horário de expediente do 7º BEC, de segunda a quinta-feira, das 7:30 h à 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h e sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Cartilha Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
atualização: mai/2023
Termo de Referência de Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Obrigatoriedade virtual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2023)

Fls. 32 AMLAV

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

Modelo Nacional de Aquisições e Licitações e Gestão de Contratos - Versão Aplicação Web - 2023
Termo de Referência - Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Atualizado em 5/5/2023 às 15:41 (Horário de Brasília/DF)

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização do processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Modelo de Termo de Referência - Licitação - Modelo aprovado pela Secretaria de Gestão
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Homologado pela Secretaria de Gestão para utilização

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [illegible], comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

ENGENHARIA Fls. 35 ÁVILA

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido a metade, mantido-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

Manual de Orientações Técnicas da Advocacia-Geral da União
Versão 1.0 (2022)
Elaborado pela Secretaria de Gestão
Publicado em 2022 pela Secretaria de Gestão Administrativa

FLS. 35 AVAL

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24 A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.25 O contratado emitirá nota fiscal/fatura/documento idôneo ... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (inclusão condicionante

Termo de Referência Aquisições | Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão

ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.26 Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

7.26.1 R$ ....(valor em extenso) quando do início da seguinte etapa.

7.27 Fica o contratado obrigado a devolver, sem correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.27.1 *No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.*

7.27.2 O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.28 A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.29 O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ....(...) dias, contados do recebimento do ....(recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

7.30 A antecipação do pagamento dispensa o aceite ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.31 O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

7.31.1 comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;

7.31.2 prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.

7.32 O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.33 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Central Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos
Abril 2021 - versão 1.0
Para Aquisições - Licitação - Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Elaborado pela Secretaria de Gestão - Dezembro/2022

7.35 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.37 A cessão de crédito não alterará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos
Aprovado pela SEGES
Termo de Referência - Aquisições - Licitação - Pregão - Forma Eletrônica
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Advocacia-Geral da União

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.13 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.14 **Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) nº .....;

8.15 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos
Ata de Registro de Preços (ARP)
Termo de Referência - Aquisições - Licitação - Modalidade Pregão - Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Última versão disponibilizada pela Secretaria de Gestão (novembro/2022)

Fls. 27 AVILA

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24 Certidão negativa de insolvência cível expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n. 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.26.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para

Fls. 32
AVISA

fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30 ~~Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, (escrever por extenso, se o caso), em plena validade~~:

8.31 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1 Quantidade fornecida conforme Notas fiscais.

8.31.1.2 Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo orgão beneficiado.

8.31.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.5 Prova de atendimento aos requisitos das documentações comprovatórias perante a ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP N_° 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal.

8.32 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Modelo Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Versão de junho/2023
Modelo de Termo de Referência - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Homologado pela Secretaria de Gestão (versão de junho/2023)

8.33. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inserção e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.33.1 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.2 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.33.3 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.33.4 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.5 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R$ 2.827.600,00 (Dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Modelo Nacional de Termo de Referência | Secretaria de Gestão e Inovação | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Aquisições em geral (2023)
Termo de Referência Aquisições – Licitação – Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualizado em [illegible]

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I – Gestão/Unidade: [...];
II – Fonte de Recursos: [...];
III – Programa de Trabalho: [...];
IV – Elemento de Despesa: [...];
V – Plano Interno: [...];

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

0.4 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Rio Branco-AC, 29 de setembro de 2023.

STEPHANO MARINS MORAES - Cap

Agente de contratação

LUIS FERNANDO DA COSTA **JUCÁ – 3º Sgt**

Equipe de Apoio

RAFAEL DE **SOUSA OLIVEIRA – 2º Sgt**

Equipe de Apoio

Manual Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização de maio 2023
Termo de Referência Aquisições Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Atualização anual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Fls. 460

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA, DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E MAPA DE RISCOS PELO ÓD

Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas, consubstanciado no inciso II, do art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aprovo o presente TR;ETP e Mapa de Riscos

Rio Branco - AC, 08 de Setembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO **VICTORIANO – Ten Cel**
Ordenador de Despesas do 7° BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

Relatório da Pesquisa de Preços nº 03/2023 – 4º Seção

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

1.1 Apresento a pesquisa de preços, cujo objeto é a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC

2. IDENTIFICAÇÃO DO(S) AGENTE(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA PESQUISA OU, SE FOR O CASO, DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2.1. A presente pesquisa de preços foi realizada pelos seguintes militares e servidores civis que ora integram a Equipe de Planejamento da Contratação:
- **STÉPHANO** MARINS MORAES – CAP (Chefe da 4ª Seção do 7º BEC)
- RAFAEL DE **SOUSA OLIVEIRA** - 2º Sgt (Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC)
- LUIS FERNANDO DA COSTA **JUCÁ** - 3º Sgt (Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC)

3. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

3.1 Consubstanciado no Art. 2º, da Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, informo-vos os parâmetros adotados por este Setor Requisitante, a fim de satisfazer o referido dispositivo legal

3.2 Inicialmente, esta UG priorizou pela utilização de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inciso III, Art. 2º da IN nº 3), onde a referência para tal assunto é a Agência Nacional de Petróleo, através do sítio (http://www.anp.gov.br). Obteve-se êxito por esse parâmetro para a contratação de fornecimento de Óleo Diesel S10 e Gasolina (itens nº 1 ao 4 do Termo de Referência).

3.3 Não foi realizado nenhuma outra pesquisa devido a Agência Nacional de Petróleo acima relacionado, reunir a média de preços de todos os postos da cidade de Rio Branco-AC.

4. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

4.1 Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional **desconto** de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de

(Santa Rosa do Purus-AC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade (L)	Valor Unitário	% Mínima de Desconto	Valor Total
1	Óleo Diesel S-10, conforme Especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461548	Material	[redacted]			
2	Óleo Diesel S-10, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	461548	Material				
3	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461506	Material				
4	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	461506	Material				

Observações:

a) Para a obtenção dos preços de referência dos combustíveis foi utilizado o preço médio da semana, constante da Tabela da ANP referente à localidade do item licitado, no período de 20/03/2023 a 26/08/2023, para a formação do preço unitário dos produtos, conforme planilha anexa no ETP nº42/2023 (https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas).

b) Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SIASG", citados pelo "COMPRASNET" podem, eventualmente, divergirem da descrição dos itens licitados quanto a especificações e outras características. Neste caso, ou seja, havendo divergência quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas no edital.

4.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) homologação da proposta vencedora no certame, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.6. Todos os itens deverão ser cotados na sua totalidade.

4.7. Para efeito de cotação, será levado em conta o **MAIOR DESCONTO**, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na **Tabela ANP**. Nesse sentido, o licitante deverá iniciar a sua oferta com um percentual de desconto igual ou maior que o mínimo aceito para cada item.

4.8. O valor a ser pago pelo litro do combustível será a média dos valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através da planilha disponibilizada semanalmente no site https://www.gov.br/anp/ptbr/assuntos/precosedefesadaconcorrencia/precos/levantamentodeprecosdecombustiveisultimassemanaspesquisadas, com **os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado, no dia do pedido ao fornecedor, aplicando a este o percentual de desconto** ofertado neste certame.

4.9. Em consequência, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá acostar ao pedido a cópia da planilha de preços semanal da ANP, referente à cidade/estado do item licitado, realizada no dia do pedido.

4.10. O percentual de desconto para combustível deverá ser MAIOR que ZERO e não superior a 2(duas) casas decimais, os números posteriores a segunda casa decimal serão desconsiderados na Fase de Aceitação do Certame.

4.11. **O percentual de desconto para o combustível será fixo e irreajustável durante a validade da Ata.**

4.12. A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal e preço daquela região (município/Estado), já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, **o percentual mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,5% (zero vírgula cinco por cento), já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.**

4.13. O estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC nº123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista que as distribuidoras participantes de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 49, Inc. II da LC nº 123, de 2006.

4.14. Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão como descrito a seguir:

Fls. 42

4.14.1. **Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C**, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP n° 807, de 23 de janeiro de 2020.

4.14.2. **Para o fornecimento do Óleo Diesel S10,** constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP n° 50, de 23 de dezembro de 2013.

4.15. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

5. MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

5.1. O custo estimado total da contratação é de [redacted] conforme custos unitários apostos no subitem 4 1 deste Termo de Referência.

6. JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA

Sustentabilidade:

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.1. A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013, onde é necessário o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981 da Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

6.2. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares. **PETROBRAS.**

7. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

7.1. A Memória de Cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte constam nos tópicos 8.2.1 e 8.2.2 do Estudo Técnico Preliminar – ETP tendo como base a demanda de consumo referente ao ano de 2021, até agosto de 2023.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES, NO CASO DA PESQUISA DIRETA DE QUE DISPÕE O INCISO IV DO ART. 5° DA IN SEGES 65/2021

8.1. Inicialmente, esta UG priorizou pela utilização de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inciso III, Art. 2º da IN nº 3), onde a referência para tal assunto é a Agência Nacional de Petróleo, através do sítio (http //www.anp.gov.br). Obteve-se êxito por esse parâmetro para a contratação de fornecimento de Óleo Diesel S10 e Gasolina (itens nº 1 ao 4 do Termo de Referência).

8.2. Não foi realizado nenhuma outra pesquisa devido a Agência Nacional de Petróleo acima relacionado, reunir a média de preços de todos os postos da cidade de Rio Branco-AC.

Rio Branco, AC, 27 de outubro de 2023.

LUIS FERNANDO DA COSTA JUCÁ - 3º Sgt
Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA - 2º Sgt
Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC

STÉPHANO MARINS MORAES - Cap
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ANÁLISE, JUSTIFICATIVA E APROVAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS PELO OD

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE

(X) APROVO o Relatório da Pesquisa de Preços nº 003/2023 – 4ª Seção, de 29 de setembro de 2023, em face dos valores vigentes de mercado que incidem sobre os derivados de petróleo discriminados no TR e neste documento.

( ) REPROVO.

1. Autorizo a aquisição do(s) material(is) e determino a abertura de processo licitatório, se for o caso.

2. O Oficial encarregado do Setor de Aquisições adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor.

3. Para fins do CAPUT Art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, empregar os recursos oriundos do (a) (e):

(X) Operação Alto Purus ( ) DGO ( ) Outros

Rio Branco, AC, 29 de setembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Fls. 45
AVILA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DECLARAÇÃO

1. Declaro, para os devidos fins que, o **7º Batalhão de Engenharia de Construção** – 7º BEC adotou a forma de papel em vez de eletrônica no referido processo administrativo NUP 64004.01/2023-73 – Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – 7º BEC.

2. Tal escolha, dar-se-á em virtude do Comando do Exército desautorizar até a presente data, a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a exemplo dessa Consultoria Jurídica da União e outros órgãos/entidades colegiados.

3. Portanto, não compete a este Ordenador de Despesas descumprir às ordens emanadas pelo Escalão Superior quanto à utilização de ferramenta (sistema) no qual a Força Terrestre de alguma forma detecte eventual risco à segurança das informações.

4. Ademais, assim que for emitido parecer favorável pelo Comando do Exército ao implemento do processo na forma eletrônica pelo sistema SEI ou qualquer outro com essa atribuição serão imediatamente adotadas as medidas administrativas com vistas à sua consolidação, concomitantemente às exigências advindas dessa respeitosa Consultoria relacionados ao tema.

Rio Branco, AC, 10 de novembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 64045.004301/2023-73
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 022/2023 - 7º BEC

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir a Administração tornar públicas suas intenções de realizar um certame na modalidade Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 7.892/2013, com a alteração trazida pelo Decreto nº 8.250/2014, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

> *Art. 4º (...)*
> *§1º A divulgação da intenção de registro de preços **poderá ser dispensada, de forma justificada** pelo órgão gerenciador. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014).*

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

Neste caso, a Administração optou-se pela não divulgação da presente IRP em face da necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP nº 141/2023 - 7º BEC, visto que, o prazo para divulgação são de **05 (cinco) dias úteis**, e, consequentemente, acudindo interessados prorroga-se por mais **02 (dois) dias úteis** para a confirmação da participação perfazendo, no mínimo, o total de **07 (sete) dias úteis.**

A exiguidade de tempo e a iminência de descentralização de recursos para a aquisição do objeto constituem motivos suficientes para que este Ordenador de Despesas decida pela não divulgação da IRP (letra "b" do DI Nr 214 - 7º BEC, de 14 NOV 23).

Rio Branco-AC, 08 Novembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

JUSTIFICATIVA PARA A PERMISSÃO DE FUTURA ADESÃO DE INTERESSADOS NÃO-PARTICIPANTES

Processo nº: 64045.004301/2023-73

Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – 7º BEC

Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC).

Esta UASG autoriza a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos ou entidades, na condição de UG não Participante - "*carona*" - primordialmente por ser uma possibilidade prevista no art. 22, § 9º, do Decreto nº 7.892/2013, o qual aduz que:

> "*Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.*" *(grifado)*

Ressalta-se que a prova da vantajosidade em utilizar-se da presente Ata na condição de "*carona*" recai, principalmente, sobre a UG não Participante, conforme insculpido no § 1º-A, do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013:

> "*§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização de ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*" *(grifado)*

Ademais, a cooperação entre os órgãos da Administração Pública, no que diz respeito às aquisições é prática favorável que corrobora no alcance de seus objetivos. Assim sendo, a possibilidade de aquisição de bens e/ou de contratação de serviços utilizando-se desse instrumento denominado "carona" constitui no caso concreto uma forma de ajuda mútua que vai ao encontro da consecução desses objetivos.

Não obstante, na Amazônia Ocidental, particularmente, no Estado do Acre ocorre um número elevado de casos em que licitações são declaradas *fracassada(s)* ou *desertas*. Portanto, muitos desses casos o motivo do insucesso deve-se à logística diferenciada para esta região do país, no qual os preços destinados aos produtos e serviços prestados são maiores em relação aos praticados nas demais regiões brasileiras. Tal cenário, no mínimo, desencoraja os fornecedores a participarem dos certames pra promovidos.

Face ao exposto, cresce de importância que os órgãos e entidades ora sediados nesta Unidade da Federação ao serem contemplados com a descentralização de recursos orçamentários utilizem-se da ferramenta "carona". Visto que, inegavelmente, é uma alternativa decisiva para a execução da despesa nas finalidades planejadas, portanto, essa alternativa constitui-se um meio para atingir a eficiência almejada.

A seu turno, cito ainda como favorável à utilização da *"carona"* os seguintes fatores: celeridade processual, economicidade (pessoal, material e processual), bem como estimular a *eficácia* na correta gestão dos recursos financeiros, esta última, comprovada com a economia de gastos exacerbados com publicações na Imprensa Oficial e no(s) jornais de grande circulação local ou regional, conforme o caso

Rio Branco, AC, 08 de Novembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Fls. 70

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo nº: 64045.004301/2023-73

Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 S4 - 7º BEC

Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC).

O custo estimado total da contratação é de [redacted].

Rubricas orçamentárias: Os créditos serão recebidos do Orçamento Geral da União, mediante descentralizações do(a) INFRAERO, DNIT, Diretoria de Gestão Orçamentária - DGO, Departamento de Engenharia de Construção - DEC, Diretoria de Obras de Cooperação - DOC, Fundo do Exército e etc.

Eu, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do § 1º do art. 80, do Decreto-Lei nº 200/67 e dos incisos I e II, do art. 167, da CRFB/88, bem como nas exigências previstas na lei nº 14.133/2021; e, ainda, do inciso II, do art. 16 e do inciso IV, do art. 37, ambos da Lei Complementar nº 101/00. **Declaro**, para os devidos fins e sob as penas da lei, inclusive criminais, **que a despesa que se pretende realizar** – objeto, valor e rubricas orçamentárias acima – **é compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, havendo efetivamente recursos financeiros para adimplir a obrigação**. Por fim, informo que a presente declaração está de acordo com os planos de trabalhos das referidas obras.

Rio Branco, AC, 08 de novembro de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO - TC
Ordenador de Despesas do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

JUSTIFICATIVA ESCOLHA DO SRP – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023 PELOTÃO DE OBRAS – 7º BEC

Optamos pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) pois é o conjunto de procedimentos adotados pela Administração para registro formal de preços relativos à execução de serviços e fornecimento de bens, com observância do princípio da isonomia para eventual e futura contratação pela Administração.

Sem dúvida alguma, a utilização do registro de preços traz inúmeras vantagens e benefícios às aquisições e contratações públicas. No caso concreto abaixo detalhamos as vantagens que basearam a escolha pela modalidade SRP:

I) Inexistência da obrigatoriedade de dotação orçamentária, que apenas será efetuada no momento da expedição da nota de empenho (ou similar) ou quando da celebração do contrato. Isso permite que a licitação seja efetuada mesmo em época de contingenciamentos orçamentários, uma vez que a contratação ou compra não necessita ser imediata e, assim que liberados os recursos, já estará tudo pronto para a Administração apenas efetuar o pedido e receber o produto ou serviço, o que traz, por consequência, outro benefício, a celeridade nas aquisições. Outro ponto relevante é que, registrados os preços e formalizada a Ata, esta terá validade de até um ano, não havendo necessidade de coincidir com o exercício financeiro.

II) Compras ou serviços imprevisíveis ou de difícil previsibilidade.

A Administração efetua a estimativa do quantitativo a ser utilizado durante o prazo de vigência da ata mas a ela não se obriga, diferentemente do que ocorre em uma licitação tradicional.

No registro de preços, o fornecedor se obriga ao fornecimento nas condições da Ata (preço unitário, prazo de vigência e demais condições), mas a Administração, por outro lado, efetuará o pedido apenas se houver a necessidade, no momento em que houver e na quantidade necessária para a ocasião.

Rio Branco, AC, 08 de novembro de 2023

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO - TC

Ordenador de Despesas do 7º BEC

Fls. 50
AMGA

[redacted]

Manter IRP

Cadastrar | Consultar | Incluir | Alterar | Excluir IRP

Copiar Itens

Filtro

Nº da Item | Descrição do Item | Status do Item

Todos

Incluir Após Item | Incluir Antes Item | Incluir Item no Início | Incluir Item no Fim

[redacted]

Excluir

Incluir Itens | Excluir Selecionados | Finalizar Inclusão

Informação

A IRP numero 160001 - 00041/2023 foi incluida.

OK

SD RAUL SILVA DE SOUZA

Em consequência, o Dir Pes, Ass Jur, Seção de Saúde e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Por não ter sido publicado em data oportuna)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DIVERSOS

a. INSPEÇÃO INOPINADA DO COMANDANTE NO SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

De acordo com as Normas de Procedimento e de Controle para o Serviço de Aprovisionamento, foi realizada uma inspeção INOPINADA, no dia 31 de novembro de 2023, pelo Comandante desta OM, nas atividades e documentações daquele Setor, conforme Portaria Nº 25-DGS, de 26 NOV 23, que constatou os seguintes:

(1) modelo de Nota para BI é o previsto nas Normas;
(2) publicação em BI e Grades Reduzidas e Completas correspondem;
(3) modelos das Grades são os previstos nas Normas;
(4) os valores da Grade de Rações Reduzidas e do Mapa de Gêneros Fornecidos correspondem;
(5) o Modelo do Mapa de Gêneros Fornecidos (MGF) é o previsto nas Normas;
(6) os cálculos do Mapa de Gêneros Fornecidos e publicação em BI correspondem;
(7) o Modelo das Fichas de Estoque é o previsto nas Normas;
(8) as quantidades de gêneros constantes das Fichas de Estoque coincidem com as dos MGF e conferidas;
(9) os gêneros constantes do MGF correspondem às necessidades para atendimento do cardápio;
(10) as quantidades constantes das Fichas de Estoque correspondem à existência real de gêneros no depósito;
(11) o modelo do Vale Tipo Refeições (VTR) é o previsto nas Normas;
(12) o VTR corresponde à totalização dos Vales Diários de Rações (VDR);
(13) o VDR é o previsto nas Normas; e
(14) as quantidades constantes dos VDR correspondem exatamente ao comparecimento às refeições.

Em consequência, o Aprovisionador e demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

b. Abertura de Processo Administrativo Pregão Eletrônico SRP - Retificação

(1) O Chefe da 4ª Seção do 7º BEC encaminhou a Parte Requisitiva Nº 03/2023 - 4ª Seção, de 29 AGO 23, em que solicita aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
2 (2) O Chefe da 4ª Seção do 7º BEC apresentou o Estudo Técnico Preliminar - ETP (via digital), o Mapa de Risco, ambos datados de 31 AGO 23, o Termo de Referência Nº 11/2023 - Sd, de 30 AGO 23, o Relatório de Pesquisa de Preços Nº 03/2023 - Sd, de 30 AGO 23, os referidos preços de referência foram extraídos da tabela da ANP. O referido Relatório de Pesquisa de Preços e demais documentos que integram o processo, tais como o Estudo Técnico Preliminar - ETP e o Mapa de Riscos foram confeccionados e assinados (conforme o caso), respectivamente, pelo(s) seguinte(s) militar(es):

Fls. 52 AVILA V

Cap STÉPHANO MARINS MORAES (Chefe da 4ª Seção do 7º BEC);
2º Sgt RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA (Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC); e
3º Sgt LUIS FERNANDO DA COSTA JUCÁ (Auxiliar da 4ª Seção do 7º BEC).

Em consequência:
a) a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC:
b) realize a abertura do respectivo Processo Administrativo no sistema SIASG, utilizando a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) correspondente;
c) inclua a Intenção de Registro de Preços – IRP no SIASG, porém, não a divulgue em face da exiguidade de prazo para emprego dos materiais; e
d) os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

JUSTIÇA

a. Referência Elogiosa - pelo Cmt da Bda

Por motivo de sua transferência para o 1º Batalhão de Engenharia de Construção (Caicó-RN), e por dever de justiça e com satisfação que louvo o 1º Sgt Francisco de Moura Zenaide, em reconhecimento aos relevantes serviços desenvolvidos por este militar por quatro anos, em prol do 2º Batalhão de Engenharia de Construção. Movimentado do 5º Batalhão Logístico (Bagé-RS), apresentou-se nesta OM, no dia 28 de dezembro de 2019, sendo designado para a 1ª Seção e responsável pela carteira de Oficiais, Subtenentes e Sargentos. Nesta função, assessorou o chefe da 1ª Seção nos diversos processos de promoções de oficiais e praças, prorrogações de tempo de serviço, transferências dos militares temporários e verificação e validação de aptidão de diversos Cursos e Estágios dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos. Além disso, ficou responsável também por processos de nomeação, exoneração e prorrogação de Prestadores de Tarefas por Tempo Certo (PTTC). O 1º Sgt Zenaide sempre executou os trabalhos com afinco e dedicação, destacando-se pela organização e proficiência com que cumpriu as suas tarefas. Em 06 de dezembro de 2021, foi designado para a função de Sargento Ajudante (Brigada), onde exerceu com zelo e eficiência, fruto do seu valor e experiência adquirida durante mais de 20 anos de serviço, o assessoramento ao Chefe da 1ª Seção e do Comando nos assuntos referentes à gestão de pessoal da OM. Cabe ressaltar que, por diversas vezes, também assumiu a função de auxiliar da 2ª Seção. Além de ser o Sargento Ajudante (Brigada), por diferentes oportunidades coordenou os trabalhos das variadas carteiras da 1ª Seção, realizando processos pertinentes a seção onde foi notória a qualidade resultante dos mesmos, fruto de um trabalho meticuloso, organizado e fundamentado nas legislações pertinentes. Em todas as funções exercidas, pôde demonstrar toda a sua capacidade de gerenciamento e direção, propondo medidas eficazes e oportunas no planejamento para a missão imposta. Militar possuidor de grande capacidade intelectual e raciocínio objetivo, assessorou em diversas oportunidades o Chefe da 1ª Seção, apresentando soluções simples e objetivas para os problemas administrativos da Divisão de Pessoal. Demonstrando compromisso com o seu autoaperfeiçoamento, concluiu com aproveitamento, em 21 de julho de 2023, o Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais e, em fevereiro de 2023 realizou o Estágio Setorial de Fiscalização de Contratos. No tempo em que serviu neste Batalhão foi condecorado com as seguintes medalhas: Medalha de Serviço Amazônico com Passador de Bronze e Medalha de Prata com Passador de Prata. Lealdade, responsabilidade e amizade são atributos inerentes a esse valoroso Sargento, com o qual tivemos a honra de conviver nesse período. Longe de sua terra natal, adaptou-se rapidamente ao clima e ao ritmo

abril de 2021, e demais legislações correspondentes; e

e) revogo a nomeação da Comissão Permanente de Licitação constituída pelos militares publicado na pág. 75, do BI Nr 7, de 11 de janeiro de 2022.

d. Agente de Contratação (Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio) - Nomeação

Motivado pelo poder-dever das funções de autoridade competente insculpidas no Art. 7º, concomitantemente, do § 2º do Art. 8º, ambos insitos à Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, designo, a contar desta publicação, como Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio desta OM, respectivamente, para o período de **7 de janeiro de 2023 a 7 de janeiro de 2024**, o(s) seguinte(s) militar(es):

- Pregoeiro(s) - Nomeação:

1º Ten **GABRIEL** BOTELHO DA SILVA;
ST CLÁUDIO **ALBUQUERQUE** DA SILVA;
1º Sgt **DAVI** FERREIRA SOARES;
1º Sgt **ISAÍAS** DO AMARAL;
2º Sgt JOÃO **EMANUEL** LOPES COSTA;
2º Sgt VINICIUS **CALIXTO** DA SILVA;
2º Sgt MARLLON COSTA **NICODEMO**;
2º Sgt **PEDRO HENRIQUE** BARBOSA BRANDÃO;
2º Sgt GUILHERME **XIMENES** ARAUJO;
3º Sgt **RAIMUNDA** GOMES TAVEIRA;
Sd EP **GABRIEL** DE SOUZA **DAMASCENO**.

- Membros da Equipe de Apoio - Nomeação:

1º Ten **GABRIEL** BOTELHO DA SILVA;
ST CLÁUDIO **ALBUQUERQUE** DA SILVA;
1º Sgt **DAVI** FERREIRA SOARES;
1º Sgt **ISAÍAS** DO AMARAL;
2º Sgt JOÃO **EMANUEL** LOPES COSTA;
2º Sgt VINICIUS **CALIXTO** DA SILVA;
2º Sgt MARLLON COSTA **NICODEMO**;
2º Sgt **PEDRO HENRIQUE** BARBOSA BRANDÃO;
2º Sgt GUILHERME **XIMENES** ARAUJO;
3º Sgt **RAIMUNDA** GOMES TAVEIRA;
3º Sgt **ERICLES** RODRIGUES DE QUEIROZ NASCIMENTO;
Sd EP LUÍS FELIPE CASTRO DE ÁVILA;
Sd EP **GABRIEL** DE SOUZA **DAMASCENO**;
Sd EP **THIAGO** LIMA SILVA.

Em consequência:
1- Os militares designados tomem conhecimento e devidas providências.
2- À Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC:
a) providencie as alterações decorrentes do acima publicado.
3- Os militares designados como Agente de Contratação (Pregoeiro):
a) tomem as providências inerentes às atividades e encargos da função, a fim de realizar as licitações para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, ou ainda, contratação de serviços comuns de engenharia (quando for o caso) destinados aos diversos setores do Batalhão, conforme preceitua o § 5º, do Art. 8º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correspondentes.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/07/2021 | Edição: 137 | Seção: 1

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Gabinete do Comandante

PORTARIA DE PESSOAL - C EX Nº 608, DE 21 DE JULHO DE 2021

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 6º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.614, de 21 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve:

NOMEAR, por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das organizações militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

- do 17º BIS (Tefé-AM), o Ten Cel INF (011485242) RONALDO BAETA NOGUEIRA;
- do 50º BIS (Imperatriz-MA), o Ten Cel INF (011398240) CHRISTIANO STEPANES MENDES DE MELO;
- do 51º BIS (Altamira-PA), o Ten Cel INF (011397742) LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA E SILVA;
- do 52º BIS (Marabá-PA), o Ten Cel INF (09258639346) ALEXANDRE GRANGEIRO DE LIMA;
- do 53º BIS (Itaituba-PA), o Ten Cel INF (011389926-8) CRISTHIAN EVANGELISTA DE SOUSA;
- do 54º BIS (Humaitá-AM), o Ten Cel INF (011397874-6) RAFAEL AUGUSTO DE BRITO;
- do Cmdo Fron SOLIMÕES / 8º BIS (Tabatinga-AM), o Ten Cel INF (01945237-3) LUIZ AFFONSO GOMES DE SOUSA FILHO;
- do Cmdo Fron AMAPÁ / 34º BIS (Macapá-AP), o Ten Cel INF (011390482-2) GEORGE ALBERTO GARCIA DE OLIVEIRA;
- do Cmdo Fron JURUÁ / 61º BIS (Cruzeiro do Sul-AC), o Ten Cel INF (011826607-36) WILDSON PEREIRA SANTOS;
- do Cmdo Fron JAURU / 66º BI Mtz (Cáceres-MT), o Ten Cel INF (011398374-6) EDMUR BENITES RAMOS;
- do 17º BIF Fron (Corumbá-MS), o Ten Cel INF (011399704-3) LEANDRO CORRÊA PIMENTEL;
- do 1º BI Mth (Es) (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (011481474-2) JOBEL SANSEVERINO JUNIOR;
- do 2º BIL (São Vicente-SP), o Ten Cel INF (019517113-7) FERNANDO CASAGRANDE ESTEVES;
- do 4º BIL (Osasco-SP), o Ten Cel INF (019609833-9) WILIAM RODRIGUES OCHSENDORF E SOUZA;
- do 5º BIL (Lorena-SP), o Ten Cel INF (011397214-5) ATTILA ZOLTAN BALCZO DE ANDRADE;
- do 6º BIL (Caçapava-SP), o Ten Cel INF (011397194-9) ANDRÉ RICARDO LESSA PEREIRA;
- do 7º BIB (Santa Cruz do Sul-RS), o Ten Cel INF (030892-00-40) MARCELO SOARES DE OLIVEIRA;
- do 10º BIL - Mth (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel INF (011399554-2) JALES RESENDE SIQUEIRA;
- do 11º BI Mth (São João del-Rei-MG), o Ten Cel INF (018-26-107-3-0) MOISÉS FELIPE GERVAZONI VIANA;
- do 12º BIL - Mth (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel INF (052-08-11-845) HERNUM PAZ DA SILVA NIETO;
- do 13º BIB (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel INF (052-12-13-843) RODRIGO CAMPOS TORREZAM;
- do 15º BI Mtz (João Pessoa-PB), o Ten Cel INF (020-47-193-48) ANDRÉ GIANASI JÚNIOR;

EXÉRCITO BRASILEIRO - Gabinete do Comandante - PORTARIA DE PESSOAL Nº 1.611, DE 31 DE JULHO DE 2021 - BOLETIM DO EXÉRCITO Nº 31/2021, de 6 de agosto de 2021.

- do 16º BI Mtz (Natal-RN), o Ten Cel INF (0358607851) ANDRÉ LUIZ DE MELO FRANCO;

- do 18º BI Mtz (Sapucaia do Sul-RS), o Ten Cel INF (0113982243) CARLOS ANSELMO DE SÁ OLIVEIRA;

- do 19º BI (Salvador-BA), o Ten Cel INF (0113998019) WAGNER MEDEIROS RAMOS;

- do 23º BI (Fortaleza-CE), o Ten Cel INF (0724537543) JOÃO LEITÃO ALENCAR FILHO;

- do 23º BI (Blumenau-SC), o Ten Cel INF (1182568939) FREDERICO TOSCANO BARRETO;

- do 26º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0113974547) FLÁVIO LUIZ LOPES DOS PRAZERES;

- do 27º BI Pqdt (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0113964340) FÁBIO STEVEN DE MELO RIO;

- do 28º BI (Aracaju-SE), o Ten Cel INF (0113975344) LEANDRO CESAR PIMENTEL ALVES;

- do 62º BI (Joinville-SC), o Ten Cel INF (0113774516) LUIZ EDUARDO SANTOS CERAVOLO;

- do 63º BI (Florianópolis-SC), o Ten Cel INF (0113989743) SANDRO DE NAZARETH CIRIBELLI;

- do 71º BI Mtz (Caranhuns-PE), o Ten Cel INF (0204746480) RONNY DE BRITO BARROS;

- do 72º BI Mtz (Petrolina-PE), o Ten Cel INF (0204745848) PAULO FRANCISCO MATHEUS DE OLIVEIRA;

- do BPEB (Brasília-DF), o Ten Cel INF (02C3582747) BRUNO BARBOSA FEITOSA DE MAGALHÃES;

- do 2º BPE (Osasco-SP), o Ten Cel INF (0204754642) PEDRO CARDOSO DA CUNHA NETO;

- do 6º BPE (Salvador-BA), o Ten Cel INF (0113987747) MARCOS PEREIRA SOARES;

- do 7º BPE (Manaus-AM), o Ten Cel INF (0204746846) VITOR HUGO BERGAMASCHI;

- do 8º BPE (São Paulo-SP), o Ten Cel INF (0113977748) MARCELO LOPES DE REZENDE;

- do 9º BPE (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (0113974745) FRANCISCO EDUARDO [illegible];

- 11º BPE (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (0114712047) ARGNES LIMA DA ROSA;

- do CIBLI (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0113983043) DANIEL BERNARDI ANNES;

- do 1º RCC (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0113982443) ANTONIO AUGUSTO SCHENINI CUNHA JÚNIOR;

- do 3º RCC (Ponta Grossa-PR), o Ten Cel CAV (0114814146) GUSTAVO SOTER DE MARIZ E MIRANDA;

- do 3º RCMec (Bagé-RS), o Ten Cel CAV (0520653643) JOSÉ MOACIR COSTA JÚNIOR;

- do 6º RCB (Alegrete-RS), o Ten Cel CAV (0196948038) GUSTAVO LOPES DA CRUZ;

- do 7º RCMec (Santana do Livramento-RS), o Ten Cel CAV (0113988547) RAFAEL POLINICIO LANZA BRAGA;

- do 10º RCMec (Dois Vizinhos-MS), o Ten Cel CAV (0520851148) KENJI ALEXANDRE NAKAMURA;

- do 13º RCMec (Ponta Porã-MS), o Ten Cel CAV (0724551848) MILTO VIEIRA TAVARES NETO;

- do 15º RCMec (Jaguarão-RS), o Ten Cel CAV (0113975344) JOÃO RIO DE SOUZA PINEGUEL;

- do 18º RCMec (Piraçununga-SP), o Ten Cel CAV (0195689336) DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS;

- do 19º RCMec Esc (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (0204726848) GUSTAVO DANIEL COUTINHO NASCIMENTO;

- do 16º RCMec (Bayeux-PB), o Ten Cel CAV (0113988042) ORLANDO PACHECO NETO;

- do EsEqEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (0308619840) MARCELO FERME DOS SANTOS;

- do 1º RCG (Brasília-DF), o Ten Cel CAV (0317683340) GUILHERME SANTANA EBERT;

- do 1º GAC AP (Marabá-PA), o Ten Cel ART (0114793145) EDSON LUIS SANTOS VASCONCELLOS;

- do 2º GAC L Mtz (SP), o Ten Cel ART (0139841830) HENRIQUE LOYOLA SANTOS;

- do 3º GAC AP (Santa Maria-RS), o Ten Cel ART (0113984744) FILIPE SILVA DOS SANTOS;

- do 5º GAC AP (Curitiba-PR), o Ten Cel ART (0113998348) MARCO LUCIO NIENDZIELA;

- do 6º GAC AP (Rio Grande-RS), o Ten Cel ART (0113974646) FLAVIO TOSTES ALVES;

- do 7º GAC (Olinda-PE), o Ten Cel ART (0105519443) FELIPE PEREIRA BARROS;

- do 9º GAC (Nioaque-MS), o Ten Cel ART (1388599749) ANDRÉ MENDES PEREIRA DE PAULA;

- do 10º GAC AP (Boa Vista-RR), o Ten Cel ART (0114833742) MICHEL DE SOUZA DIAS;

- do 14º GAC (Pouso Alegre-MG), o Ten Cel ART (0204746549) SERGIO MUNCK;

- do 15º GAC AP (Lapa-PR), o Ten Cel ART (0114811748) ALVARO VASCONCELOS STUDART;

- do 18º GAC (Rondonopolis-MT), o Ten Cel ART (1127498044) ALAN SANDER DE OLIVEIRA JONES;

- do 19º GAC (Santiago-RS), o Ten Cel ART (0114818642) VICTOR ASAS MINUZZI;

- do 21º GAC (Niterói-RJ), o Maj ART (0130935545) FLAVIO HENRIQUE PINHEIRO LA COSTA;

- do 25º GAC (Bagé-RS), o Ten Cel ART (0113988814) OTONIEL ALVES DO NASCIMENTO;

- do 27º GAC (Ijuí-RS), o Ten Cel ART (0130532443) RICARDO DIAS REIMANN;

- do 28º GAC (Criciúma-SC), o Ten Cel ART (0316381340) EDUARDO MORAES FONSECA;

- do CI Art Msl Fgt (Formosa-GO), o Ten Cel ART (0114833049) LUIS GUILHERME VASCO;

- do C Log Msl Fgt (Formosa-GO), o Ten Cel SV INT (1138593940) RODRIGO DE CARVALHO MINUZZI;

- do 16º GMF (Formosa-GO), o Ten Cel ART (0114831043) GERSON VASCONCELOS LEITE;

- do 1º GAAAe (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (0113992143) CARLOS EDUARDO CELESTINO DE SOUSA;

- do 2º GAAAe (Cruzas do Sul-RS), o Ten Cel ART (0114819340) ANDERSON LUCAS CASTRO SILVA;

- do 12º GAAAe SI (Manaus-AM), o Ten Cel ART (0114812344) ROBERTO PEREIRA DE FIGUEIREDO JUNIOR;

- do 2º BEC (Teresina-PI), o Ten Cel ENG (0204720742) HEIDER STAEVIE DOS SANTOS;

- do 5º BEC (Porto Velho-RO), o Ten Cel ENG (0204988845) RENATO COARY DE IRACEMA GOMES;

- do 6º BEC (Boa Vista-RR), o Ten Cel ENG (0107713145) WAGNER FERNANDES DOS SANTOS;

- do 7º BEC (Rio Branco-AC), o Ten Cel ENG (0114801154) BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO;

- do 8º BEC (Santarém-PA), o Ten Cel ENG (1127325841) LUCIANO FLAVIO ALMEIDA DE LIMA;

- do 9º BEC (Cuiabá-MT), o Cel QEM Fc (0187546532) CARLOS ALEXANDRE BASTOS DE VASCONCELLOS;

- do 3º RE C Mec (Cachoeira do Sul-RS), o Ten Cel ENG (0305120640) LUIS AUGUSTO ALVES LEITE FERREIRA;

- do 5º BI Mec Bld (Porto União-SC), o Ten Cel ENG (0225820745) JEFERSON FLORES VIEIRA;

- do 1º B Fv (Lages-SC), o Ten Cel ENG (0156070530) PAULO DA SILVA NOGUEIRA;

- do 21º Cia E Cmdo (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel ENG (0204739346) RICARDO PETERSON CORDOBA RIBEIRO;

- do 1º B Com (Santo Ângelo-RS), o Ten Cel COM (0113975841) JAPHET LUIZ BARBOSA DE CARVALHO SOBRINHO;

Fls 56
ASSJAV

- do 6º B Com (Bento Gonçalves-RS), o Ten Cel COM (01139922945) DANIEL MICHEL NAJM BEMBELO;
- do Nu SI (Curitiba-PR), o Ten Cel COM (02047501451) LUIZ CEZAR PEREIRA SALVIANO;
- do EsCom (Brasília-DF), o Ten Cel COM (01943312371) ENIO CORRÊA DE SOUZA;
- do 1º BCom (Brasília-DF), o Ten Cel COM (01139681431) MARCO ANTONIO BARBOSA;
- do 2º CTA (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (1010/344481) RODRIGO DAMASCENO SALES;
- do 5º [illegible] (Manaus-AM), o Ten Cel COM (01153[illegible]48) BRUNO DE PINHO SILVEIRA;
- do 5º CTA (Recife-PE), o Ten Cel COM (01139990471) GILDENILDO PAULINO DA NÓBREGA;
- do 6º CTA (Campo Grande-MS), o Ten Cel COM (01148160441) MARCUS VINICIUS CARLOS MONTEIRO;
- do 11º CT (Curitiba-PR), o Ten Cel QEM Compt (1010/432411) CRISTIANO BOLIM PEREIRA;
- do 21º CT (Belo Horizonte-MG), o Ten Cel COM (01148292451) ARISTÓTELES PRESTES DOS SANTOS JÚNIOR;
- do 41º CT (Belém-PA), o Cel COM (01110500431) MAURICIO HENRIQUE OLIVEIRA DA COSTA;
- do 51º CT (Salvador-BA), o Ten Cel COM (01139808411) ALEXANDRE MINAS BAPTISTA;
- do B Mnt Sup AAAe (Osasco-SP), o Ten Cel QMB (01148171411) RADSON AMARAL MATOS;
- do 2º CGCFEx (São Paulo-SP), o Cel SV INT (12755551321) VANDERLEI ROBERTO DE MORAES;
- do 4º CGCFEx (Juiz de Fora-MG), o Cel SV INT (01116588481) VANDRÉ DE PAULA FARIA;
- do 5º CGCFEx (Curitiba-PR), o Cel SV INT (01[illegible]3743) FÁBIO RIBEIRO RODRIGUES;
- do 9º CGCFEx (Campo Grande-MS), o Cel SV INT (01115530461) EDUARDO BARBOSA FARO LEITE;
- do 10º CGCFEx (Fortaleza-CE), o Ten Cel SV INT (01105278421) CERMANO BOTELHO PEREIRA;
- do 18º B Sup (Campo Grande-MS), o Ten Cel SV INT (01139659441) RODRIGO PACE ARANTES HAMBRECHT;
- do 5º B Sup (Curitiba-PR), o Ten Cel SV INT (01147923441) CARLOS NUNES PACHECO NETO;
- do 12º B Sup (Manaus-AM), o Ten Cel SV INT (01139734401) EDUARDO AUGUSTO OLIVEIRA TONIOLO;
- do 1º B Sup (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel SV INT (03181035461) ANDERSON MALTA DE SOUZA;
- do 4º B Sup (Juiz de Fora-MG), o Ten Cel SV INT (01148067481) MAURICIO GROHS;
- do 22º B Sup (Barueri-SP), o Ten Cel QMB (01165[illegible]41) ARTHUR DA COSTA LIMA;
- do 5º B Sup (Santa Maria-RS), o Ten Cel SV INT (01[illegible]733) EDUARDO ABREU TEIXEIRA;
- do 2º B Log (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel CAV (01147957431) LEONARDO RIPES LUNE;
- do 4º B Log (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (01114811401) FÁBIO HEITOR ACERDA SEARA;
- do 8º B Log (Porto Alegre-RS), o Ten Cel CAV (01148066451) LUCIANO HICKERT;
- do 14º B Log (Recife-PE), o Ten Cel ENG (01148044411) FRANCISCO ANTÔNIO PERES DA SILVA;
- do 20º B Log Port (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (01195965031) ROGÉRIO BEZERRA PASSOS;
- do 22º B Log (Barueri-SP), o Ten Cel CAV (01139986401) MARCELO SOARES DA SILVA;
- do 28º B Log (Dourados-MS), o Ten Cel CAV (01126773431) DANIEL CAPELLI FARIAS SILVA;
- do DGCFEN (Rio de Janeiro-RJ), o Cel QEM Comt (01146751411) LETIVAN GONÇALVES DE MENDONÇA FILHO;

EXÉRCITO BRASILEIRO DE ENGENHARIA MILITAR Fls. 56 ÁVILA

- do CA Leste (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (01305346647) GEDEEL MACHADO BRITO VALIN;

- do 1º BF Esp (Goiânia-GO), o Ten Cel INF (01139946467) FELIPE DE CARVALHO ABBUD;

- do 1º B Op Psc (Goiânia-GO), o Ten Cel INF (08534373239) JOAO CARLOS DA SILVA NETO JUNIOR;

- do 3º Cia E Esp (Manaus-AM), o Ten Cel INF (01139658471) HIALLYSON ELLER GONÇALVES CRUZ LANDIM;

- do 3º B Av Ex (Campo Grande-MS), o Ten Cel INF (06230391741) ELTON FREIRE DE OLIVEIRA;

- do 1º B Log DOBRN (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel ART (01139771741) ANDERSON WALLACE DE PAIVA DOS SANTOS;

- do 6º B Intlg Mil (Campo Grande-MS), o Ten Cel ART (01139867491) LUIS RICARDO AGUIAR;

- do Nu 1º B Intlg Mil (Porto Alegre-RS), o Ten Cel CAV (01116091749) LUIZ ADOLFO SODRE DE CASTRO JUNIOR;

- do CPOR / PA (Porto Alegre-RS), o Ten Cel CAV (01954573381) GUSTAVO MONTEIRO MUNIZ COSTA;

- do CPOR / RJ (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel COM (01147961471) MARCELINO HADDAD AGUINO CARNEIRO;

- do CEAbE (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (01139772041) [illegible] ANDRE DA SILVA;

- do C Id Ex (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (02179576401) FABIANO SIMONI;

- do CPAEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (01951906331) GUSTAVO TORRES FERNANDES;

- do AHEx (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel INF (01115436411) DAVID DA SILVA MEZAVILA;

- do IPCFEx (Rio de Janeiro-RJ), o Cel ART (01115672441) RAFAEL SOARES PINHEIRO DA CUNHA;

- do BCSv/ESA (Três Corações-MG), o Ten Cel INF (04196601741) RUGERIO PREVATO MOREIRA ORBE;

- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba-PR), o Ten Cel OMB (01148331481) MARCELO VANNI;

- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador-BA), o Ten Cel OMB (01139861411) ANTONIO DALMI BIE JUNIOR;

- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife-PE), o Ten Cel QEM Mec (04200892197) MARCEL PASSOS ZYLBERBERG;

- do Pq R Mnt / 8ª RM (Belém-PA), o Ten Cel OMB (02588176430) MARCUS VINICIUS LOPES RODRIGUES;

- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus-AM), o Ten Cel OMB (04198335843) KLEIDSON GOMES PANTALEÃO;

- da CRO / 8ª RM (Belém-PA), o Ten Cel QEM EL (01145756421) RENATO BAGATELLI;

- da CRO / 11ª RM (Brasília-DF), o Ten Cel QEM FC (01148309461) FRANCISCO THARCIO GOMES COSTA;

- do 1º GCEO (Porto Alegre-RS), o Ten Cel QEM Cart (01113930441) MARCUS FABIANE SILVA SALDANHA;

- do 2º CGEO (Brasília-DF), o Ten Cel COM (01139953461) CLAUBER JUAREZ SASAKI ACACIO;

- do 3º CGEO (Curitiba-PR), o Maj QEM Cart (01154117461) RODRIGO WANDERLEY DE CERQUEIRA;

- do 4º CGEO (Manaus-AM), o Ten Cel QEM Cart (01154032491) EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER;

- da B Adm Cmdo (Recife-PE), o Cel EN (01103520411) FRANCISCO JOSE DE NOLIA;

- da B Adm / Ap/3ª RM (Porto Alegre-RS), o Ten Cel INF (11265210441) RICARDO ITALO DE MONTE.

Fls. 56
ASSIV

- da B Adm Ap/6ª Rm (Curitiba-PR), o Ten Cel INF (0113990543) AGNELO ALBERTO PERES PEREIRA;

- do B Adm Bda Inf Pqdt Rio de Janeiro-RJ, o Cel INF (0203894647) ALBERTO MAGALHÃES NASCIMENTO;

- do B Adm Bda SM (Santa Maria-RS), o Cel INF (0113023/9421) EVERTON CONCEIÇÃO SOARES;

- do CGEA (Petrópolis-RJ), o Cel INF (0113572145) FLURY FERNANDES FRANÇA JUNIOR;

- da Gral Ex (Brasília-DF), o Cel INF (0112700/8546) CLAUBERT SANTOS DE REZENDE;

- do H Mil A BRASÍLIA (Brasília-DF), o Cel MED (0116373144) ALESSANDRO SARTORI THIES;

- do H Mil A CAMPO GRANDE (Campo Grande-MS), a Cel MED (0133868/7049) CLAUDIA LIMA GUSMÃO CACHO;

- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre-RS), a Cel MED (0186418020) CARLA LOBO LOUREIRO;

- do H Mil A RECIFE (Recife-PE), o Cel MED (0925856544) HAILTON ANTONIO CASARA CAVALCANTE;

- do H Gu CURITIBA (Curitiba-PR), o Cel MED (0436041141) RUY TERRA FILHO;

- do H Gu FORTALEZA (Fortaleza-CE), o Ten Cel MED (0288732641) PEDRO LEOPOLDO COUTO JÚNIOR;

- do H Gu RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro-RJ), a Ten Cel MED (0114769342) SIMONE ABREU;

- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis-SC), o Ten Cel MED (0136091648) SAVIO REDEB D. SOUZA;

- do H Gu PORTO VELHO (Porto Velho-RO), o Cel MED (0149248523) SERGIO RICARDO LOBO LOUREIRO;

- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira-AM), o Ten Cel MED (0131308249) ORLANDO GONÇALVES DA FONSECA JÚNIOR;

- do H Gu TABATINGA (Tabatinga-AM), o Cel INF (0203932041) ROBERVAL DE ALMEIDA;

- da Pclin MPV (Rio de Janeiro-RJ), o Cel MED (0316593845) SÉRGIO LUIS HAMMES;

- do CIB (Bagé-RS), o Cel INF (0275448338) ANSELMO CARDOZO NUNES;

- do CIG (Rio de Janeiro-RJ), o Ten Cel CAV (0204726442) FABIO COLANGELO SANTOS;

- do CIMNC (Recife-PE), o Cel AvEx (1182206737) RODRIGO DE ARAUJO LIRA NASCIMENTO;

- do Com Fron Sul (Santa Maria-RS), o Ten Cel CAV (0113995849) JEFERSON COSTA GOMES;

- da B Ap R Ribeirão Preto (Ribeirão Preto-SP), o Cel INF (1182657237) ALTAIR DE ASSUMPÇÃO BARBOZA FILHO;

- da B Ap R Bauru (Bauru-SP), o Ten Cel INF (0113964043) EDUARDO MENDONÇA DUBUGRAS; e

- a partir de 31 de dezembro de 2021, do CMS (Salvador-BA), o Cel INF (0203916143) JOSÉ FERNANDES CARNEIRO DOS SANTOS FILHO.

GEN EX PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 57
AVISA

PORTARIA DE PESSOAL

PORTARIA DE PESSOAL

Fls. 57
ÁVILA

FIS. 027
AVILA

PORTARIA DE PESSOAL - CAD Nº 219, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

CHEFIA DE GABINETE

PORTARIA DE PESSOAL - CAD E CHEFIA DE GAB Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

PORTARIA DE PESSOAL - CAD E CHEFIA DE GAB Nº 219, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

PORTARIA DE PESSOAL - CAD E CHEFIA DE GAB Nº 220, DE 29 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

PORTARIA DE PESSOAL - CAD E CHEFIA DE GAB Nº 221, DE 30 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

PORTARIA DE PESSOAL - CAD E CHEFIA DE GAB Nº 222, DE 30 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

PORTARIA DE PESSOAL - CAD E CHEFIA DE GAB Nº 223, DE 30 DE JUNHO DE 2021

O CHEFE DO GABINETE DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", item 2, da Portaria nº 1.781, de 12 de agosto de 2020, e considerando o disposto no item II, alínea "a", do § 2º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 64000.000000/2021-00, de 17 de junho de 2021, resolve:

Designar para a Comissão de Avaliação de Imóveis da Presidência da República, a que se refere o art. 2º da Portaria Interministerial nº 2.443, de 31 de outubro de 2006, os seguintes militares:

I - TEN CEL [illegible]; e

II - TEN CEL [illegible].

SINDICATO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 50
ÁVILA

Compras.gov.br

Fls. 29
AVILA

PREGÃO ELETRÔNICO
22/2023

CONTRATANTE (UASG)
[1º Batalhão de Engenharia de Construção – 160001]

OBJETO
[Registro de preços para aquisição de combustíveis]

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.827.600,00 (dois milhões oitocentos e vinte e sete mil e seiscentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
[menor preço] / [maior desconto] por [item] / [por grupo] / [global]

MODO DE DISPUTA:
[aberto] / [aberto e fechado] / [fechado e aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
[SIM] / [NÃO]

Baixe o APP Compras.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
Fls. 54
ÁVILA

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO 12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 17
11. DOS RECURSOS 18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 21

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 6x2
AVILA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

Torna-se público que o **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001**, por meio da **Seção de Aquisição, Licitações e Contratos – SALC**, sediado na **Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco – AC**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da , do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de supri as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades administrativas em apoio as operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

OU

~~2. *A licitação será realizada em único item.*~~

OU

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Fls. 60
AVILA

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ().

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

[redacted] nomeados em portaria;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme inciso I do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.11. O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.9 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.14. O disposto nos itens 3.6.9 e 3.6.10 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da

3.6.16. A vedação de que trata o item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 61
ÁVILA V

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens e deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos ;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na , mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens ou sujeitará o licitante às sanções previstas no , e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 desconto do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

[illegible] devendo [illegible]

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

[illegible] oferecer.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Fls. 7123

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

~~[illegible] estabelecido [illegible] Compromissar-se a [illegible]~~

~~OU~~

~~[illegible] Microempresa [illegible] Empresa de Pequeno Porte [illegible] Simples Nacional.~~

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do , ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

~~9.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e os respectivos datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.~~

~~9.2. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário mínimo vigente, o que for maior.~~

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 61
ÁVILA

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.3. [illegible]

9.3.1. [illegible]

9.3.2. [illegible]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: março/2023
Edita modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ASSEMBLEIA DE ENGENHARIA DE CONSULTORIA
Fls. 63
AVILA

9.3.3.

9.3.4.

9.3.5.

9.4.

9.4.1.

9.4.2.

9.4.3.

9.4.4.

9.4.5.

9.4.6.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do

Acervo Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Versão de 01/09/2023
Modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Atualizado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

SINDICATO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 64
AVILA

6.23. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo. ~~/ (Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo):~~

6.23.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes, pois só existem dois locais de entrega, e já estão separados por itens diferentes;

12.1.1.1.

6.24. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.28. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 [illegible] legislação correlata e no item do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.2.

12.1.3.

12.1.4.

12.2.

12.3.

12.3.1.

Fls. 52 ÁVILA

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.3.3. Constatada a existência de vício insanável, o licitante será desclassificado por falta de condição de participação.

12.4. Na ausência de manifestação das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições deste edital, o procedimento de habilitação.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.5. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra, exigível a apresentação de planilha de composição dos preços unitários, sob pena de desclassificação, a qual deverá refletir a incidência dos encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a mão de obra, bem como os custos com uniformes, materiais, equipamentos e outros custos necessários à execução do objeto, sob pena de desclassificação.

12.5.1. [illegible]

12.5.2. O(s) índice(s) indicado(s) no subitem acima não o(s) único(s) de utilização obrigatória pelo licitante, mas sim o índice da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos encargos trabalhistas previstos em convenções coletivas aplicáveis ao licitante vencedor.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. contiver vícios insanáveis;

7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.6. [illegible]

12.6.1. [illegible]

12.6.2. No regime de empreitada por preço global, empreitada integral ou contratação por tarefa, a composição dos custos não será exigida após a fase de lances, salvo quando o valor global estimado e pelo menos uma das planilhas de custos forem superiores aos preços praticados no mercado ou aos preços constantes do sistema referencial de custos adotado pela Administração.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fls. 65
ÁVILA

12.6.3. [illegible]

12.6.4. [illegible]

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. [illegible]

12.6.5. [illegible]

12.6.6. [illegible]

12.6.7. [illegible]

12.6.8. [illegible]

12.6.9. [illegible]

12.7. [illegible]

12.7.1. [illegible]

12.7.2. [illegible]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: março/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 66 ÁVILA

7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12.9. Post em mensagem no sistema, será avaliado o real cumprimento da realização do procedimento de avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.10. As avaliações das amostras serão julgadas por meio de parecer fundamentado.

12.11. [illegible]

12.12. Se as amostras apresentadas pelo primeiro colocado forem recusadas, será convocado o licitante posicionado em segundo lugar para apresentação de nova amostra, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a aceitação de uma amostra que atenda aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.13. [illegible]

12.14. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, [illegible] por meio de somatório dos quantitativos de cada consorciado, para atendimento da totalidade dos quantitativos, bem como a comprovação de cada consorciado de que cada consorciado, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

TRIBUNAL DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 66
ÁVILA

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º e art. 6º, §4º)

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ()

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ()

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

15.1.1.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.1.2.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ENGENHARIA Fls. 67 ÁVILA

8.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (i) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e para (ii) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, e):

8.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.27.**

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.21. **Deverá ser apresentada as documentações comprovatórias perante as ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP Nº 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal;**

8.21.1. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado comoatividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013; Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

8.22. DA VISTORIA TÉCNICA

8.22.1. Durante o processo de habilitação, após a fase de lances, o CONTRATANTE poderá fazer diligência na empresa que ofertou a melhor proposta para verificação das instalações físicas e dos equipamentos com a finalidade de comprovar a sua capacidade produtiva e/ou esclarecer ou complementar a instrução do processo, cujo trabalho constará de laudo/parecer conclusivo. Para fins de avaliação da capacidade produtiva será levado em conta as dimensões da área física, a capacidade dos equipamentos instalados, Equipe técnica e outros itens que forem julgados pertinentes para a execução plena do objeto, nas condições/exigências estabelecidas no Edital.

8.22.2. O licitante será formalmente avisado quanto aos servidores civis e/ou militares designados pela Administração (7º BEC), sendo possível a colaboração de integrantes de outros órgãos e entidades públicos, especialmente quando o licitante vencedor estiver domiciliado fora do município de Rio Branco/AC.

8.22.3. Será acordada a data, o local e o horário para a realização da vistoria técnica, assim como serão repassados previamente os pontos/objetos/documentos que serão diligenciados/vistoriados, sem prejuízo de outros não relacionados que, porventura, julgue-se pertinente esclarecimento ou comprovações no caso concreto.

15.2.

Fls. 67 ÁVILA

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

18/23

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 12 AVILA V

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado recolhida no prazo máximo de 30 **(trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4 1. Para as infrações previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12 4 2 Para as infrações previstas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4., 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12 13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da 4.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

COORDENADORIA DE ENGENHARIA DE CONTRATAÇÃO
Fls. 69
ÁVILA

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail licita7becsalc05@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Nações Unidas, 2100, Bairro 7º BEC, Rio Branco/AC, na seção de Licitações e Contratos (SALC).**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico, **e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida das Nações Unidas, 2100, Bairro 7º BEC, Rio Branco/AC, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, de segunda-feira a quinta-feira e das 08 horas às 12 horas na sexta-feira mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.**

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.1.1. Adendo A ao Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FLS. 70
ÁVILA

14.11.1.2. Adendo B ao Termo de Referência– Mapa de Risco

14 11.2. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.3. ANEXO II - Minuta da Ata Registro de Preços

14.11.4. ANEXO III - Minuta do Termo de Contrato

14 11.5. ANEXO IV - Carta Proposta de Preços

14.11.6. ANEXO V - Declaração de Sustentabilidade Sócio-Ambiental.

Rio Branco – AC, XX de XXXXX de 2023

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO - TC

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Fls. 71
ÁVILA

ANEXO I

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	% MÍNIMO DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R$)
1	Óleo Diesel S-10, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. [redacted] Local de entrega: Na BR 364, no Cais do Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano - AC, CEP 69.950-000.	[redacted]	Litros	[redacted]	[redacted]	[redacted]	[redacted]
3	Gasolina, tipo C, conforme especificação de [redacted]	451506	Litros	10.000	6,64	0,5%	[redacted]

Versão Terminal de Modelos de Licitações e Contratos Comuns da Consultoria Geral da União
Atualizado em março/2021
Modelo de Termo de Referência - Licitação - Modalidade Pregão Eletrônico e
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Substituído anual pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 77
AVILAV

	Local de entrega: na Sede do 7 BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre.				
4	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	461506	Litros	[redacted]	

Observações:

Para a obtenção dos preços de referência dos combustíveis foi utilizado o preço médio da semana, constante da Tabela da ANP referente à localidade do item licitado, no período de 20/08/2023 a 26/08/2023, para a formação do preço unitário dos produtos, conforme planilha anexa no ETP nº42/2023.
(https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas).

A requisição mínima dos itens 1 e 2 é de 5.000 litros e o máximo é de 100.000 litros.
A requisição mínima do item 3 é de 5.000 litros e o máximo é de 10.000 litros.
O item 4 será realizado em pedido único de 5.000 litros.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) homologação da proposta vencedora no certame, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 **Todos os itens deverão ser cotados na sua totalidade.**

1.7 **Para efeito de cotação, será levado em conta o MAIOR DESCONTO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela ANP. Nesse sentido, o licitante deverá iniciar a sua oferta com um percentual de desconto igual ou maior que o mínimo aceito para cada item.**

Fls. 42
ÁVILA

1.8 **O valor a ser pago pelo litro do combustível será a média dos valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através da planilha disponibilizada semanalmente no site https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas, com os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado, no dia do pedido ao fornecedor, aplicando a este o percentual de desconto ofertado neste certame.**

1.9 **Em consequência, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá anexar ao pedido a cópia da planilha de preços semanal da ANP, referente à cidade/estado do item licitado, realizada no dia do pedido.**

1.10 **O percentual de desconto para combustível deverá ser MAIOR que ZERO e não superior a 2(duas) casas decimais, os números posteriores a segunda casa decimal serão desconsiderados na Fase de Aceitação do Certame**

1.11 **O percentual de desconto para o combustível será fixo e irreajustável durante a validade da Ata.**

1.12 **A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal e preço daquela região (município/Estado), já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o percentual mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,5% (zero vírgula cinco por cento), já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.**

1.13 **O estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC nº123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista que as distribuidoras participantes de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 4º, Inc. II da LC nº 123, de 2006.**

1.14 **Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão como descrito a seguir:**

> **1.14.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 807, de 23 de janeiro de 2020.**
>
> **1.14.2 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013.**

1.15 **Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais**

Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Versão final pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fls. 21 AVILA

mo: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

> **4.1.1 A contratação também requer que a fornecedora exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, onde é necessário o comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.**

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: PETROBRAS.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3 ~~Diante das conclusões extraídas do processo n. ____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

Termo de Referência - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Da exigência de amostra

4.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.1 **Para toda entrega de combustível, quando solicitado por meio da ordem de fornecimento, deverá constar o boletim de conformidade do produto.**

4.6 As amostras poderão ser entregues no endereço (conforme solicitado no ato do pedido), no prazo limite de 10 dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1 Itens (...): .....;

4.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ..... (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Advocacia-Geral da União - Modelos para Pregão Eletrônico
Atualizado pela Secretaria de Gestão
Versão final pela Secretaria de Gestão (versão de 2021)

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 23
AVILA

Subcontratação

4.16 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.18 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão de o pagamento estar condicionado a entrega do bem.

4.19 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento pelo contratado, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Itens 1 e 3: Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Rio Branco/AC na sede do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC)

- Item 2 e 4: BR 364, no Cais de Porto sob a Ponte do rio Purus, Manel Urbano/AC, CEP 69.950-000 localizado cerca de 200KM de Rio Branco-AC, sentido Cruzeiro do Sul.

5.4 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2 (dois) meses para o diesel e 6 (seis) meses para a gasolina, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5 Os volumes referentes a requisição mínima, serão sempre múltiplos de 5.000 (cinco mil) litros, atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos pelas refinarias os quais orientam a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque.

5.6 Na emissão da Nota de Empenho será discriminado em Ordinário ou Global.

5.7 Regime Ordinário: a entrega do material solicitado na Nota de Empenho será em parcela única.

5.8 Regime Global: a entrega do material solicitado ocorrerá de forma parcelada, tendo a CONTRATADA a obrigação de firmar contrato junto a CONTRATANTE, assim como esclarecer especificamente como ocorrerá a entrega parcelada dos materiais solicitados.

Versão Nacional de Modelo de Contratação e Cláusulas Contratuais
Atualização maio/2023
Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Órgão Diplomático
Convênio pela Secretaria de Gestão
Revisão visual pela Secretaria de Gestão (versão de março/2024)

ENGENHARIA DE TRÁFEGO
Fls. 24
ÁVILA

5.9 Conforme necessidade da Contratante será enviado ao fornecedor uma Ordem de Fornecimento de Combustíveis (OFÍCIO) junto a Nota de Empenho e Tabela ANP disponibilizada no dia do pedido.

5.10 Na Ordem de Fornecimento de Materiais será detalhada a Nota de Empenho, com o item e seu desconto homologado na Ata de Registro de Preços, junto ao detalhamento do combustível será observado seu valor médio na tabela da ANP vigente na data da eventual aquisição, serão incluídos os valores dos descontos homologados e após isso será obtido o valor que a Administração de fato praticará junto às empresas.

5.11 No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.

5.12 Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.

5.13 O preço unitário do litro do combustível, lançado na Nota Fiscal, entregue a CONTRATANTE, será em função da data da solicitação do insumo à CONTRATADA e NÃO EM FUNÇÃO da data de emissão da Nota de Empenho. Deixando assim as quantidades empenhadas ajustáveis ao valor unitário informado pela tabela (planilha) da ANP, atualizada na data do envio a empresa da referida solicitação e com os referidos descontos estipulados pela CONTRATADA.

5.14 As logísticas de entregas deverão, obrigatoriamente, serem informadas a partir do momento da solicitação à contratada e ocorrerá durante o horário de expediente do 7º BEC, de segunda a quinta-feira, das 7:30 h à 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h e sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Versão 1.0, março/2023
Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fls. 714
ÁVILA V

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nos datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

Manual Nacional de Modelos de Licitação e Contratos da Consultoria-Geral da União
Versão de Referência Aquisições - Licitação - Versão para Impressão (Janeiro)
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Atualizado visual pela Secretaria de Serviços Comuns (SESC)

Fls. 215
ÁVILA

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Modelo para Termo de Referência de Aquisições de Bens e Contratação de Serviços em Geral
Atualização: junho/2023
Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Serviços Técnicos
Assessoria da Secretaria de Gestão
(Revisão inicial pela Secretaria de Gestão em junho/2023)

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁVILA
Fls. 24

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

Modelo de Licitações e Contratos: Consultoria Geral da União
Versão 1.0 - Outubro/2021
Elaborado pela Secretaria de Gestão Pública - Departamento de Gestão Pública
Versão final aprovada pela Secretaria de Gestão Pública (Portaria Normativa nº 5/2021)

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 76
ÁVILA V

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2019.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~**Antecipação de pagamento**~~

~~7.24 A presente contratação permite a antecipação de pagamento ... ... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.25 O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante ...~~

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos
Atualização junho/2023
Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Incluído visual pela Secretaria de Gestão (Ofício Circular nº 2/2023)

ENGENHARIA
Fls. 252
AVILA

ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.26 Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

7.26.1 R$.... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.

7.27 Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.27.1 *No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.*

7.27.2 O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.28 A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.29 O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até .... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

7.30 A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.31 O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

7.31.1 comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;

7.31.2 prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.

7.32 O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.33 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Cartilha Nacional de Aquisições e Contratações Sustentáveis
Aprovação - maio/2021
Guia de orientação Aquisições Sustentáveis - Município Pedro Laurentino
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Identificação Virtual pela Secretaria de Gestão (1414) de 04/06/2021

Fls. 78 ÁVILA V

7.35 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente inoponíveis todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.37 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 ~~**Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.~~

8.13 ~~**Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).~~

8.14 ~~**Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) nº .....~~

8.15 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

Caderno Nacional de Modelos de Licitações e Instrumentos Correlatos em Versão
Atualização de Maio/2023
Layout de Minutas e Aplicativo Licita.ti - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS Fls. 28 AVILA

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando,

8.26.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para

Cláusulas Necessárias de Modelos de Orientações e Exemplos de Contratação de Obras de Infraestrutura Rodoviária
Atualização nov/2021
Termo de Referência Aquisição - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Elaborado pela Secretaria de Controle
Documento revisado pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá

ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 29 ÁVILA

fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30 ~~Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (escrever por extenso, se o caso), em plena validade~~;

8.31 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1 Quantidade fornecida conforme Notas fiscais.

8.31.1.2 Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo orgão beneficiado.

8.31.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.5 Prova de atendimento aos requisitos das documentações comprovatórias perante a ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP N_º 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal.

8.32 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Fls. 79 ÁVILA

8.33 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, e 21, §2º a 5º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.33.1 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.2 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.33.3 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.33.4 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.5 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R$ 2.827.600,00 (Dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratada, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

(gerado pela Secretaria de Gestão
identidade visual pelo Decreto de Unificação dezembro/2022)

Fls. 19
ÁVILA

~~9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou~~

~~9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I – Gestão/Unidade: [...];~~
~~II – Fonte de Recursos: [...];~~
~~III – Programa de Trabalho: [...];~~
~~IV – Elemento de Despesa: [...];~~
~~V – Plano Interno: [...];~~

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Rio Branco-AC, 29 de setembro de 2023.

STEPHANO MARINS MORAES - **Cap**

Agente de contratação

LUIS FERNANDO DA COSTA **JUCÁ** – **3º Sgt**

Equipe de Apoio

RAFAEL DE **SOUSA OLIVEIRA** – **2º Sgt**

Equipe de Apoio

Versão Final de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2021
Termo de Referência - Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão
Atualizado visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2021)

Fls. 37
AVLA

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC**, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, na cidade de Rio Branco/AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **07.552.636/0001-95**, neste ato representada pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel **BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO**, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 608, de 22 de julho de 2021, publicada no D.O.U. nº 137, de 22 de julho de 2021, portador da matrícula funcional nº 011.480.154-1 Min Def, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº [illegible], publicada no ..... de . / . /202 . processo administrativo n.º [illegible], RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem

Item do TR	Fornecedor							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou*

BATALHÃO DE ENGENHARIA
Fls. 22
ÁVILA

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1

Dos limites para as adesões

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 5.7.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Fls. 02
AVILAV

6.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.8.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.8.2. Mantiverem sua proposta original.

6.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.10. O registro a que se refere o item 6.8.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.10 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.12.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.13. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.16. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.17. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

6.18. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.8, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

Fls. 12
AVI A

6.18.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.18.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6 21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

7.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

7.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que

Fls 82
AVILA

avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas

8.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.1 e no item 8.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

8.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item Erro: Origem da referência não encontrada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 34
ÁVILA

11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

13. [illegible]

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Rio Branco/AC, xx de xxxxxxx de 2023.

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – TC
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Nome Completo do Representante Legal
Cargo/Função na Empresa
Responsável legal da CONTRATADA

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

[illegible]

Fls. 35
ÁVILA

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo à ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF e endereço completo do fornecedor)						
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima de	Valor Un *Prazo de garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor

TRIBUNAL DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 35
ÁVILA

TR

Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima de	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X							

Ata de Registro de Preços nº 14.xxx de 2024
Aprovado pela Assessoria de Gestão e Inovação
Confirmado virtual pelo Secretário de Gestão e Inovação

ENGENHARIA CONSTRUÇÃO Fls. 84 ÁVILA

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../..... QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC E A EMPRESA .....

A União por intermédio do **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC**, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, na cidade de Rio Branco/AC, cep 69.916-093, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.552.636/0001-95**, neste ato representado(a) pelo comandante, Sr. Tenente Coronel **BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO**, nomeado(a) pela Portaria Cmt Ex nº 608, de 22 de julho de 2021, publicada no D.O.U. nº 137, de 22 de julho de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 011.480.154-1 (Un Def, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 22/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 61
AVILAV

ANEXO III

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.*

artigos 105 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

Acervo Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Comuns – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ENTRADA DE CONTRATO
Fls. 22
AVILA

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2021
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133 de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DE ENGENHARIA
Fls. 87
AVILA

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (_____), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

FIS. ÁVILA

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.3. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.4. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 84
ÁVILA

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

10.1. A contratada deverá prestar garantia no valor de [indicar valor], que corresponde a [indicar percentual] do valor total do contrato, no prazo de [indicar prazo] dias úteis, contados [indicar termo inicial], nas modalidades [indicar modalidades], conforme [indicar regras].

OU

10.1. A contratada deverá prestar garantia no valor de [indicar valor], que corresponde a [indicar percentual] do valor total do contrato, no prazo de [indicar prazo] dias úteis, contados [indicar termo inicial], nas modalidades [indicar modalidades], conforme [indicar regras].

OU

10.1. A contratada deverá prestar garantia no valor de [indicar valor], que corresponde a [indicar percentual] do valor total do contrato, no prazo de [indicar prazo] dias úteis, contados [indicar termo inicial], nas modalidades [indicar modalidades], conforme [indicar regras].

OU

10.1. A contratada deverá prestar garantia no valor de [indicar valor], que corresponde a [indicar percentual] do valor total do contrato, no prazo de [indicar prazo] dias úteis, contados [indicar termo inicial], nas modalidades [indicar modalidades], conforme [indicar regras].

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2021
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES
Fls. 23
AVILA

[illegible]

10. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não [illegible] pela [illegible] ônus;

11. [illegible]

12. [illegible]

13. [illegible] artigo 822 do Código Civil;

14. [illegible]

15. [illegible]

16. [illegible]

17. [illegible] art. 137, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021;

18. [illegible] art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021;

19. [illegible]

20. [illegible]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: março 2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Padronização visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

PREFEITURA DE ENGENHARIA
Fls. 52
AVILA

[illegible] celebrado e [illegible] a qualquer tempo, a prorrogação nas formas previstas [illegible]

arts. 95 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

[illegible]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv. **Multa:**

1. Moratória de % (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias;

2. *Moratória de % [illegible]*

i. *[illegible]*

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de ...% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de ...% a ...% do valor do Contrato.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos de Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 510
ÁVILA V.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "e" do subitem 12.1, a multa será de ...% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR AS HIPÓTESES DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM DIVERSA]

11.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*DIAS*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato, modelo para Pregão, Eletrônico - Compras - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ENGENHARIA Fls. 31 ÁVILA

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

[illegible]

b) [illegible]

OU

[illegible]

[illegible]

[illegible]

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3.Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [illegible], e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em .. , Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio Branco/AC, .. de .. de 202..

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – TC
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Nome Completo do Representante Legal
Cargo/Função na Empresa
Responsável legal da CONTRATADA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133 de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 91
ÁVILA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

ANEXO IV

Fls. 02
ÁVILA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO)

Local e data
Referência: Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – SALC – 7º BEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao 7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC, fornecer o(s) material(is) abaixo especificados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços: (...) Preço(s) firme(s).

Item	Especificação	MARCA	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	Óleo Diesel S-10, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre.	461548	Litros	200.000		
2	Óleo Diesel S-10, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano – AC, CEP: 69.950-000					
3	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre.					
4	Gasolina, tipo C, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano – AC, CEP: 69.950-000					
5						

- Valor Total da Proposta de Preços: R$ 0,00 (xxxx reais).

1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do(s) material(is) objeto desta licitação, inclusive o frete.

2. O prazo de entrega do(s) bem(ns) é de **30 dias (trinta dias)**, contados do recebimento da nota de empenho ou assinatura do Termo de Contrato, em remessa única, **conforme a(s) nota(s) de empenho emitida(s) pela Administração (do tipo *ordinário* ou *global*), haja vista que, sendo *global* os quantitativos serão entregues em mais de 01 (uma) remessa, no entanto, a quantidade estipulada para cada remessa será fornecida em 01 (uma) única vez, segundo a necessidade do órgão** (conforme estipulado no subitem 6.1 do Termo de Referência).

3. A entrega do(s) material(is) ocorrerão segundo o(s) local(is) estipulado(s) no Anexo I – Termo de Referência do Edital (conforme o caso estipulado no subitem 6.1.1 e 6.1.2 do Termo de Referência).

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE
Fls. 419
AVIAÇÃO

4. O(s) material(is) serão fornecidos em acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e respectivas normas técnicas vigentes.
5. Prazo de validade da proposta: **120 (cento e vinte) dias** (conforme estipulado no subitem 6.5 do Edital)
7. Caso nos seja homologado o objeto da presente licitação nos comprometemos a receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, e indico o Sr. _____. Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____(função na empresa), como responsável legal desta empresa
8. Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa
CPF ou RG
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Fls. 94
ÁVILA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

(PAPEL TIMBRADO)

_____ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – 7º BEC, DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN01/2010-SLTIe a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ___, _____ de _____ de 2023.

_____

Nome Completo do Representante Legal
Cargo/Função do Representante Legal

7ª DIVISÃO DE ENGENHARIA Fls. 25 ÁVILA

ADENDO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar 42/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64045.004301/2023-73

2. Descrição da necessidade

2.1 Em complemento às disposições constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD) 18/2023- 4ª Seção/7ºBEC, em que se faz referência Arts. 3º, IV, 8º, I, do Dec. 10.024, de 2019, Instrução Normativa nº 05, de 26 de março de 2017 e Art 6º, I do Decreto Lei nº 200, de 1967, bem como as demandas identificadas naquele documento, faz-se necessário exarar as seguintes observações acerca da necessidade de combustível.

2.2 O Exército Brasileiro, no cumprimento de sua missão constitucional e por força do Art. 16 do Inc. II, do Art. 17-A, da Lei Complementar nº 97, de 1999, coopera com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e, para isso, faz-se necessário estar em permanente preparo.

2.3 As Organizações Militares de Engenharia executam diversas atividades de interesse nacional, em cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento e a segurança nacional de forma permanente, por meio da execução de obras e serviços hidroviários, rodoviários, ferroviários, portuários, aeroportuários, além de trabalhos em prol do meio ambiente, bem como, a participação em ações de Defesa Civil.

2.4 A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo estimado de aquisição de combustíveis para Operações Militares, geração de energia elétrica (Gerador), apoio a missões de paz, atividades de engenharia (obras em Cooperação), operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atividades administrativas, apoio logístico a obra de Readequação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus, dentre outras, tendo como escopo a flexibilidade da necessidade para suprir as demandas desta entidade pública.

2.5 Portanto, esta OM necessita adquirir combustíveis, como Óleo Diesel S10 e Gasolina Tipo C, por ter sob sua jurisdição uma ampla frota de equipamentos e viaturas que estão em sua maioria empregados na execução das atividades supracitadas, o que exige uma constante preocupação com abastecimento e uma criteriosa gestão de estoque deste insumo. Atualmente, o Batalhão possui cerca de 128 equipamentos e 84 viaturas que são empregados diretamente tanto nas obras desta unidade de engenharia militar, como nas atividades previstas de treinamento e possíveis atividades de defesa civil. A necessidade da contratação se evidencia na ampliação de sua frota de viaturas e equipamentos, portanto, haverá um aumento na demanda de Diesel S10 e Gasolina Comum. O não atendimento desta demanda acarretaria prejuízo na execução dos serviços sob responsabilidade do 7º BEC. Para tanto, é fundamental reforçar que esta OM gerenciadora deste processo licitatório, recebe regularmente recursos em grande escala, demandando a correta observância aos preceitos legais que regem as compras do Governo Federal.

Fls. 96 ÁVILA

2.6 Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, conforme exigência do Dec. nº 10.520, de 2019. Dessa forma, a disputa pelo fornecimento do bem comum será feita pela oferta de maior desconto por item sob o Sistema de Registro de Preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). O critério de maior desconto foi adotado devido à política de preços adotada pelas produtoras, para a venda dos combustíveis, instituo que sofre constante variação de preço.

2.7 A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo estimado de contratação.

2.8 O Registro de Preços pretendido enquadra-se no Inc. I, III e IV do Art. 3º do Dec. nº 7.892, de 2013.

2.9 Cabe registrar que a orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, orienta que apenas "Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato", ainda, conforme Art. 16 do Dec. nº 7.892, 2013, a existência do registro de preços faculta também a contratação de quantitativo inferior ao registrado.

2.10 Os serviços são considerados "comuns". Pois, enquadram-se nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 10.520, de 2002: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

2.11 Os serviços objeto deste instrumento estão alinhados ao Plano de Trabalho nº 27.158.20.22.09.12.02 – Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa Rosa do Purus no município de Santa Rosa do Purus-AC, cujo o valor está orçado em R$ 57.189.724,67. Tudo, com o intuito de atender ao fornecimento ininterrupto de combustível para os equipamentos e as viaturas do canteiro de obra ora denominado *Destacamento* e demais atividades administrativas e operacionais desta entidade pública.

2.12 A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão nas Instruções Gerais para a Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército (IG12-02), aprovada pela Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995; e, a Portaria nº 01-SEF, de 27 de janeiro de 2014.

2.13 Caso alguma das obras sob responsabilidade do 7º BEC, venha a sofrer alguma fiscalização e tenda como consequência a paralisação temporária total ou parcial na execução dos trabalhos. Haverá a suspensão temporária da solicitação de entrega de combustível até que seja sanado o evento que causou a sua paralisação.

2.14 A já referida contratação constitui-se como sendo uma aquisição essencial à eficiência, eficácia e efetividade das atividades desenvolvidas no âmbito do 7ºBEC, nesta condição, justifica-se a necessidade de aquisição de óleo diesel S10 e gasolina comum, com o objetivo de suprir as demandas de operações de engenharia e obras militares, assim suprir as necessidades desta instituição, através de licitação pública, com o único intuito de evitar que os trabalhos desenvolvidos por esta Organização Militar sofram descontinuidade.

ESTADO MAIOR DE ENGENHARIA Fls. 96 ÁVILA

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção	Capitão STÉPHANO MARINS MORAES

4 Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, **não possui natureza continuada**, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2. A contratação também requer que a fornecedora **exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo**, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocacia-Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, onde é necessário o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata

4.3. Os bens serão executados conforme descrito abaixo.

4.3.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Serviços, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

4.3.2. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do(a) do recebimento do pedido de fornecimentos acompanhados da referida Nota de Empenho

4.3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15(quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e a quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Fls. 96 AVILA

4.3.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3.8. Deverá ser apresentada as documentações comprovatórias perante a ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP N_° 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal.

4.3.9. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, Inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 23/08/2021, e legislação correlata.

4.3.10. Os horários e dias estipulados para a entrega do produto, serão os seguintes:

LOCAL	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do Rio Purus. Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	07h00min às 17h	Segunda-Feira à Domingo

LOCAL	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Sede do 7º BEC, Avenida Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, Rio Branco – AC. CEP 69918-093	07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min	Segunda-Feira à Quinta-Feira
	07h30min às 11h30min	Sexta-Feira

4.4 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.4.1. O Licitante deverá ser credenciado regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no Art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 97 ÁVILA

4.4.2 Os insumos deverão ser adquiridos de forma parcelada, em acordo com a necessidade da Contratante (NE).

4.4.3 Os volumes referentes a requisição mínima, serão sempre múltiplos de 5.000 (cinco mil) litros, atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos pelas refinarias os quais orientam a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque.

4 5. Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão: como descrito a seguir:

4.5.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 807, de 23 de janeiro de 2020.

4.5.3 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10 constante deste Termo de Referência, deve-se, obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013 (DOU 24.12.2013) e suas alterações.

4 6 No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.

4 7 Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.

4 8. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

4 9 No caso de Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos estarão habilitadas a fornecer os produtos descritos no Termo de Referência as empresas que apresentarem junto a
Documentação de Habilitação, a autorização outorgada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para essas finalidades, nos termos da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014.

4 10 A empresa como condição de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o

CREA CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA Fls. 97 ÁVILA

exercício de atividades de distribuição e/ou revenda pertinente ao fornecimento dos combustíveis automotivos (Resolução ANP nº 42/2011, nº 41/2013 e nº 784/2019).

4.11 Obedecer todas as legislações, normas e resoluções da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, assim como suas atualizações e alterações, que estejam em vigor no período da licitação, contratação e fornecimento dos combustíveis licitados, promovendo sempre que ocorrer alteração ou atualizações, as adequações necessárias para o fornecimento de combustíveis sempre dentro dos parâmetros exigidos pela citada agência (ANP).

4.12 Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto.

4.13 Mantenha durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.14 O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base no Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.15 As empresas contratadas deverão em seus processos de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a;

4.15.1 Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.15.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.15.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.15.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.16 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento do objeto licitado.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 09 ÁVILA

5. Da Finalidade

5.1 O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade de aquisição de combustível (Gasolina e Óleo Diesel) baseado no desconto ofertado sobre a média da tabela ANP na data da ordem de fornecimento, visando atender às necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, referente ao exercício financeiro 2023 / 2024, bem como complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

5.1 Tomando como base o inciso I e II do art. 10 do decreto nº 8.538, 6 de outubro de 2015, não há o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na cidade de Rio Branco – AC e região, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Termo de Referência. E mesmo que houvesse microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na cidade de Rio Branco – AC e região, o tratamento diferenciado e simplificado para as referidas empresas não seria vantajoso para a administração pública, pois representaria prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, devido à falta de capacidade técnica, operacional, logística para atender o volume referenciado.

5.2 Verificou-se ainda que o estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC nº123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista as distribuidoras que participam de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) empresas do tipo ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 49, Inc. II da LC nº 123, de 2006.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A definição das rotinas da execução, a frequência e a periodicidade dos serviços:

7.1.1. As execuções dos serviços serão iniciadas por intermédio de um planejamento acordado entre a contratante e a licitante vencedora do certame denominada contratada.

7.1.2. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços da obra a serem executados consoante ao consumo frequente de combustível (Diesel S10 e Gasolina Comum) utilizado pelo efetivo descentralizado nos Destacamentos a cargo do 7º BEC.

7.2. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

7.2.1. Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA e demais órgãos

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 91

AVILA necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização das Prefeituras Municipais de Manoel Urbano-AC e de Santa Rosa de Purus-AC.

7.3. Os deveres e disciplinas exigidos:

7.3.1. a CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.3.2 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.3.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3.4 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.5 comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.3.6 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.7 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.8 Não transportar os combustíveis em vagões ou tanques enferrujados ou sujos, pois pode haver contaminação do combustível;

7.3.9 Não transportar os combustíveis no mesmo tanque ou vagão utilizado para transportar outro tipo de combustíveis, sem ter feito uma limpeza prévia no mesmo para não prejudicar a qualidade dos combustíveis;

7.3.10 Evitar contaminação do produto no momento da descarga. Não se deve deixar mangueiras jogadas pelo chão além do tempo necessário;

7.3.11 Adotar cuidados que garantam a segurança durante o carregamento e descarga do produto, como por exemplo, desligar o veículo e acionar o freio de mão;

7.3.12 Fornecer os combustíveis objetos deste contrato de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

7.3.13 Realizar análise dos combustíveis objetos deste contrato sempre que solicitada pela CONTRATANTE. Para isso, a CONTRATADA deverá manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9 de 07/03/2007, artigo 8º). d.1) Os procedimentos detalhados para a realização dos

testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP, podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

7.3.14 Atender prontamente às requisições de abastecimento, sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

7.3.15 Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato, inclusive nos transportes até os diferentes locais de entrega estipulados.

7.3.16 Indicar preposto, informando e mantendo atualizados seu telefone fixo, celular e e-mail de contato.

7.3.17 Providenciar, através de seu preposto, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE.

7.3.18 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura mensal, cópia das "Requisições de Abastecimento" relativas ao mês de Competência bem como os comprovantes de abastecimento (cupons).

7.3.19 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em edital oriundo desta licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

7.3.20 Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados à CONTRATANTE, quando decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços de mercado, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Instituição reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

7.3.21 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o produto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos veículos que o utilizar.

7.3.22 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto deste pregão eletrônico, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7.3.23 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

7.3.24 Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 99 ASSINATURA

7.3.25 Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenentes.

7.3.26. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si.

7.3.27. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.

7.3.28 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

7.3.29. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7.3.30 Não contratar durante a prestação dos serviços, os servidores pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

7.3.31. Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

7.3.32 A entrega, manuseio e transporte dos materiais deverá atender as Normas Brasileiras aplicáveis ao armazenamento de petróleo e seus derivados líquidos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Em cumprimento ao que descreve a Instrução Normativa nº 040, de 2020, esta equipe de planejamento realizou estudo preliminar, a fim de qualificar e quantificar as necessidades de aquisições de combustível do 7º BEC.

8.2 O quantitativo da demanda de combustivel, tomou-se como base o consumo referente ao ano de 2022 e 2023, realizados em atividades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção diversas e na Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa Rosa do Purus no municipio de Santa Rosa do Purus-AC (Operação Alto Purus), conforme tabelas abaixo:

8.2 1 Relatório de consumo de Diesel S10 – LITROS POR ANO

ATIVIDADES	ANO 2022	ANO 2023(até Agosto)
Atividade Administrativas do 7° BEC em apoio		

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 260 AVILA

às obras	[redacted]	[redacted]
[redacted]	[redacted]	[redacted]
[redacted]	[redacted]	[redacted]

Fontes: 4ª Seção e Fiscalização Administrativa

8.2.2 Relatório de consumo de Gasolina Comum – LITROS por ano

ATIVIDADES	ANO 2022	ANO 2023(até Agosto)
Atividades Administrativas do 7° BEC em apoio	[redacted]	[redacted]
[redacted]	[redacted]	[redacted]

Fontes: 4ª Seção e Fiscalização Administrativa

8.2.3 Até a presente data deste ETP, verifica-se um consumo médio aproximado de 179.597 litros de Diesel S10 e de 12.240 litros de Gasolina Comum.

8.3 Ainda para o planejamento das aquisições e contratações também foi considerado um aspecto que ressalta uma peculiaridade do Exército Brasileiro: a necessidade de se manter em permanente estado de prontidão, caracterizando sua imprevisibilidade de emprego, observando-se, assim, a necessidade de se manter Atas de Registro de Preços (ARP) vigentes.

8.4 Além do levantamento das quantidades adquiridas em anos anteriores, observa-se, ainda, que o Pregão SRP tem validade de 1 (um) ano, não sendo possível, tendo em vista as peculiaridades que uma Organização Militar possui, utilizar apenas dados de uma "série histórica" de consumo para realizar levantamento de quantitativos a serem licitados. Ademais, esta entidade pública optou por utilizar o acréscimo de 11,40% em cima da média obtida dos anos anteriores para prevenir qualquer situação de contigência que venha a ocorrer no decorrer da vigência da ata, cujo a quantidade aproximada é de 200.000 L (duzentos mil litros) de Óleo Diesel e 15.000 L (quinze mil litros) de Gasolina Comum para atender as necessidades da administração pública no certame licitatório à ocorrer.

8.5 Portanto, o sucesso deste processo licitatório assegura, com oportunidade, ganho de eficiência, viabilidade e economicidade para a administração pública federal, conforme o estabelecido na forma da lei.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.350.200,00

Fls. 100 AVILA V

9.1 A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa nº 65 - SEGES/ME, de 7 de julho de 2021. No entanto, não foram realizadas pesquisas de mercado com fornecedores ou com preços registrados em órgãos, haja vista que a pesquisa foi realizada através da planilha disponibilizada semanalmente no site da ANP com os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado.

9.2 A justificativa para a não utilização do Painel de Preços, do qual trata o Art. 5º da IN nº 65 /21, encontra-se na própria natureza do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC), que é uma pesquisa de preços de combustíveis automotivos e de GLP do País, que oferece referências para o mercado, órgãos de governo e a sociedade civil em geral, disponibilizada semanalmente pela ANP com os preços praticados no mercado, gerida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme previsto na Lei do Petróleo (Art. 8º da Lei nº 9.478 de 1997).

9.3 A ANP acompanha os preços praticados por revendedores de combustíveis automotivos e de gás liquefeito de petróleo envasilhado em botijões de 13 quilos (GLP P13), por meio de uma pesquisa semanal de preços realizada por empresa contratada. O Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC) é realizado segundo os procedimentos estabelecidos pela Portaria nº 202 /ANP, de 16 de agosto de 2000.

9.4 Para efeito de cotação, será levado em conta o MAIOR DESCONTO, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Planilha resultante do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC) da ANP.

9.5 A Planilha da ANP por conter pesquisa de preço semanal do preço naquela região/município, irá constituir em valor de referência para aquisição dos bens, sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído em 0,5% (zero vírgula cinco por cento), já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é praticado no mercado local.

9.6 A estimativa do valor da contratação é de [redacted]

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A lei geral de licitações elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

10.2 Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

10.3 No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser contratados de forma independente, não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos, o que, sem dúvida, restringiria a participação de empresas mais modestas, mas que podem cumprir as respectivas obrigações, desde que haja o devido fracionamento do objeto, em quantas parcelas forem possíveis, conforme se propõe.

Fls. 57 ÁVILA

10.4 Em regra, conforme § 4º do art. 135 da Lei nº 14.133/21, poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

10.5 Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos insumos que serão contratados, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No caso concreto, o 7º BEC possui inclusive uma licitação vigente, no qual dispõe dos combustíveis através do Pregão 19/2022, cujo vencimento da ata será em 23/12/2023 que foi homologado nas seguintes quantidades , conforme tabela abaixo:

DIESEL S10		
PREGÃO	VIGÊNCIA	QUANTIDADE HOMOLOGADA(L)
19/2022	DEZEMBRO 2022 - DEZEMBRO 2023	530.000

GASOLINA COMUM		
PREGÃO	VIGÊNCIA	QUANTIDADE HOMOLOGADA(L)
19/2022	DEZEMBRO 2022 - DEZEMBRO 2023	20.000

11.2 Desta forma, devido a continuidade dos trabalhos que estão sendo realizados por esta OM, conforme já descritos neste ETP e conforme o planejamento da Seção Técnica do 7º BEC, faz-se necessário a abertura de uma nova licitação com as quantidades apresentadas neste estudo, pois, os trabalhos a serem realizados pelo batalhão e o cronograma das obras ultrapassará o presente exercício para que não haja paralisação e prejuízo na continuidade das atividades gerenciadas por esta organização.

11.3. Portanto, interessa ao batalhão a realização dessa nova licitação permitindo ao 7º BEC, o desenvolvimento dos trabalhos emanado pelo Escalão Superior, bem como

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 64 AVILA

os apoios prestados ao Governo Estadual, os quais acontecem mediante a necessidades apresentadas, como por exemplo, os estados de calamidade, enchentes, dentre outras.

10.4 Por conseguinte, o retrospecto de contratações anteriores, nos anos de 2022 e de 2023, realizados para aquisição do objeto é positiva, visto que as empresas contratadas responsáveis pelo fornecimento de combustíveis cumpriram satisfatoriamente os prazos fixados, bem como o cronograma de entrega proposto pela administração. Conclui-se que, houve êxito para ambas as partes CONTRATANTE e CONTRATADA, pois o termo de referência, edital e anexos atenderam às expectativas a que se propôs.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Diante do exposto e após minuciosa análise, o presente objeto desse estudo está alinhado entre a contratação e o planejamento com as diversas atividades deste Batalhão e com a obra de Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa Rosa do Purus na cidade de Santa Rosa do Purus-AC (Operação Alto Purus), baseada no Plano de Trabalho nº 27158202009110l.

12.2 Além disso, a contratação dos materiais está alinhada com o PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO 2020-2023 (PEEx 2020-2023), cuja missão é contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, ao contribuir para alcance dos seguintes objetivos estratégicos que lhe são correlatos.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A necessidade da aquisição de combustíveis atenderá a demanda dos aquartelamentos e suprir os Batalhões de Engenharia com insumos para as apoio as obras em andamento e futuras, visto que a demanda é periódica.

13.2 Os principais benefícios desta aquisição, baseada no desconto ofertado sobre Planilha resultante do Levantamento de Preços de Combustíveis (SLC) da ANP, seria:

13.2.1 A economicidade já atestada pela Equipe de Planejamento no referido processo, sendo, portanto, com o pregão teremos mais competitividade e conseguintemente um menor valor, ou seja, racionalizaremos seus recursos disponíveis adequando-se a melhor solução de custo-benefício disponível no mercado.

13.3 Os serviços uma vez contratados trarão os seguintes benefícios diretos e indiretos ao 7º BEC, a sociedade acreana e aos órgãos convenentes:

13.3.1 Garantir o bem-estar da tropa;

13.3.2 Aumentar a capacidade de produção dos agentes empregados na obra;

13.3.3 Permanecer com o abastecimento de combustível ininterrupto e diuturno;

13.3.4 Continuidade dos trabalhos das obras que são realizados; e

13.1.5 Atender as necessidades Administrativas e Operacionais do 7º BEC.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A Administração, com vistas a alcançar maior êxito na contratação do aludido serviço objeto deste instrumento, elaborou um cronograma sucinto cujas atividades são ínsitas à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

Cronograma de atividades

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização	
Ação	**Responsável(is)**
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante (4ª Seção) / Sec Tec
Abertura do processo licitatório com vistas à contratação dos serviços de perfuração de poço artesiano tubular	Ordenador de Despesas / SALC
Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação Boletim Interno)

Fonte: Autor

14.2. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Em relação aos impactos ambientais, podemos verificar que o fornecimento do objeto deste instrumento possa causar danos quanto ao possível vazamento e/ou derramamento no solo; ou ainda, contaminar cursos d'água, igarapés e outros tipos de mananciais e, sucessivamente, causar impactos na fauna e flora, bem como, a cadeia alimentar das espécies locais.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 100 AVILA

15.2 Para mitigar os possíveis impactos, será exigido conforme guia nacional de licitações sustentáveis:

15.3 Para o exercício de atividade de Comércio e transporte de combustíveis classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

16. Declaração de Viabilidade

A equipe de planejamento declara viável esta contratação

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 A aquisição de que trata o presente instrumento se mostra viável na medida em que a solução apontada atende plenamente às necessidades do 7ºBEC, ainda está perfeitamente adequada ao mercado, visto que as condições e exigências previstas não restringem a competitividade do certame.

16.2 Além disso, a contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do 7° BEC e de acordo com as normas e princípios licitatórios.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3° do Art. 4° do [illegible]

Despacho: ETP atendendo os principios basicos da licitação.

LUIS FERNANDO DA COSTA JUCA
Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os principios basicos da licitação.

LUIZ GUILHERME CARVALHO DE FARIA
Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA

Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

STEPHANO MARINS MORAES

Equipe de apoio

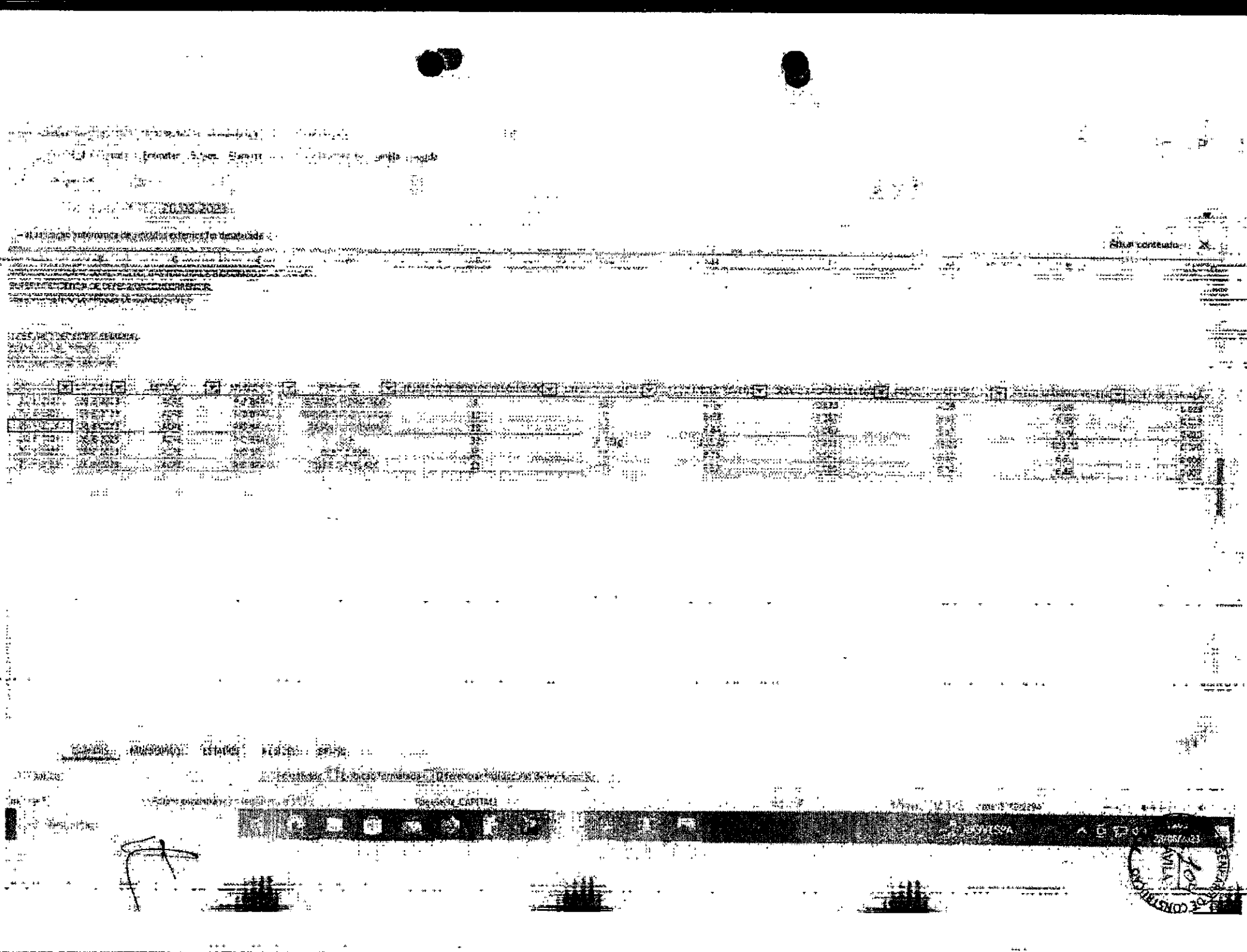
ESTADO DE ENGENHARIA Fls. 102 ÁVILA

Fls. 103 AVILA

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - consumo semanal diesel e gasolina AG032023.png (129.82 KB)



PREFEITURA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 104
ÁVILA

Anexo I - consumo semanal disel e gasolina AGO2023.png

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 120
ÁVILA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ADENDO "B" AO TERMO DE REFERÊNCIA

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

	RISCO 01 – Indisponibilidade Orçamentária		
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**		
1.	Impossibilidade de contratação dos serviços, os quais acarretarão prejuízos ao interesse público (sociedade), a Administração (7º BEC) e aos órgãos convenientes.		
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**	
1.	A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar a(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação.	
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**	
1.	Intermediar junto ao 2º Grupamento de Engenharia para gestão junto ao Órgão Responsável, a fim de atender o mais breve possível com recursos a referida demanda.	Equipe de Planejamento da Contratação e a 4ª Seção.	

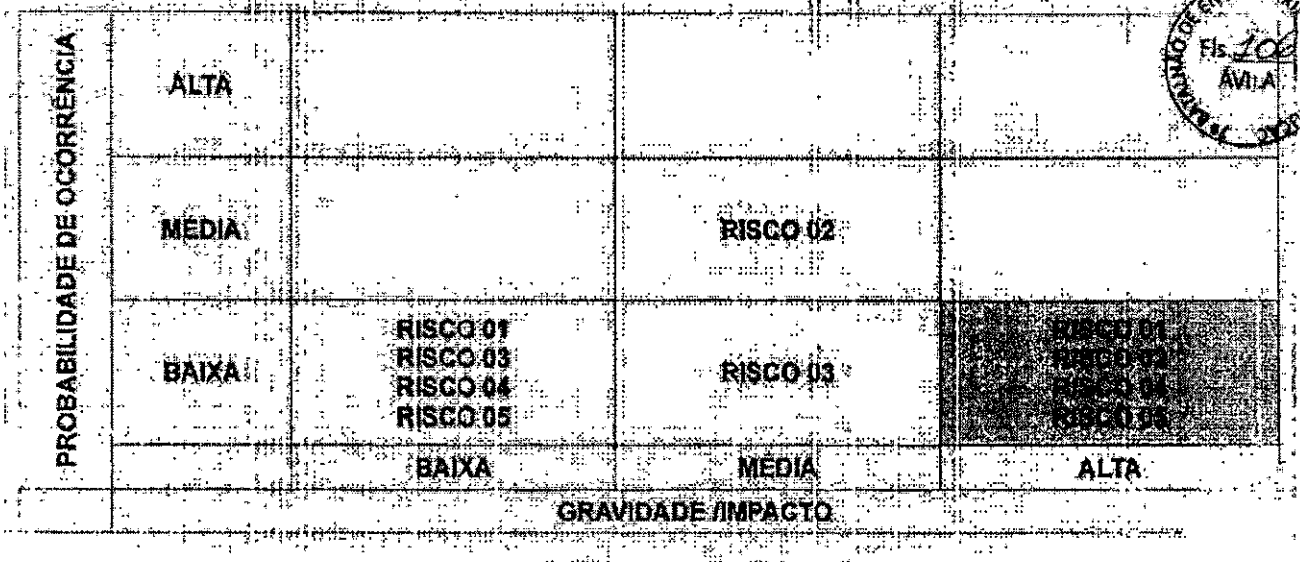
	RISCO 02: Subestimar prazos para atendimento de requisitos processuais		
Probalidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**		
1.	Descontinuidade dos serviços.		
Id	**Ação Preventiva**	**Responsável**	
1.	Comprometimento da equipe de Planejamento da Contratação no sentido de dar maior celeridade aos trâmites processuais.	Equipe de Planejamento da Contratação.	
Id	**Ação de Contingência**	**Responsável**	
1.	Abrir novo procedimento licitatório: contratação emergencial.	Equipe de Planejamento da Contratação.	

Fls. 17
AVILA

	RISCO 03 – Ausência de licitantes		
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	(x) Médio	( ) Alto
Id	**Dano**		
1.	Descontinuidade dos serviços.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	Divulgação do edital.		Setor Requisitante (4ª Seção) e SALC
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	Republicação do edital ou dispensa de licitação.		Pregoeiro(a) designado(a), SALC e Setor Requisitante (4ª Seção)

	RISCO 04 - Conluio entre licitantes		
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**		
1.	Ausência de competitividade. Prática de preço abusivo.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	Descrever, de forma clara, no instrumento convocatório, as práticas condenáveis tendentes a prejudicar a concorrência no certame, bem como as sanções aplicáveis aos participantes da licitação.		Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	Aplicação de penalidades e denúncia às autoridades competentes.		Equipe de Planejamento da Contratação.

	RISCO 05 – Fiscalização de Contrato Ineficiente		
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**		
1.	Fiscalização de contrato ineficiente, devido a designação por parte da Administração de servidor militar ou civil diferente daqueles citados no subitem 3.12.5, cujo conhecimento acerca do objeto da licitação seja mínimo e tal inexperiência comprometa o apontamento de correções no Livro Registro do Contrato, que, porventura venham divergir do que foi firmado no Termo de Contrato.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	Designar servidor militar ou civil devidamente qualificado para a função de Fiscal de Contrato.		Ordenador de Despesas e Fiscal de Contrato designado.
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	O Fiscal de Contrato no uso de suas atribuições deverá anotar em registro próprio quaisquer divergências quanto à execução do Termo de Contrato, e, sucessivamente, notificar a Contratada para eventuais correções. Em ato contínuo o Ordenador de Despesas deverá ser comunicado.		Fiscal de Contrato designado.



Fls. 10
ÁVILA

Rio Branco, AC, 28 de Agosto de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização:

LUIS FERNANDO DA COSTA IUCÁ – 3º SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA – 2º SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

STÉPHANO MARINS MORAES – Cap
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Fls. 107
ÁVILA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

OFÍCIO Nº 203-SALC/7 BEC.

Rio Branco/AC,20 de novembro de 2023.

Ao Senhor
MARCO AURELLY MOTA DE OLIVEIRA KOSLINSKI
Coordenador Geral da Consultoria Jurídica da União no Estado do Acre
Rua Rui Barbosa, 142, 1º Andar, Centro
69.900-120 – Rio Branco/AC

Assunto: **Apreciação Jurídica.**

Senhor Coordenador Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o Processo Administrativo abaixo descrito, para exame e aprovação jurídica por essa Consultoria Jurídica da União no Estado do Acre, de acordo com o art. 38 da Lei nº 14.133/21, conforme **formulário** para tramitação:

DATA LIMITE:	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS:
E-mail: licita7becsalc05@gmail.com	Telefone: (68) 3212-8341
N[redacted]	Nº de volumes: 01
Valor[redacted]	[redacted]
Prazo:	Sigla [redacted] 7º BEC
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (x) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: **- Edital modelo para Pregão Eletrônico: Compras - Atualização: maio/2023** **- Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Aquisições – Atualização: maio/2023** **- Ata de Registro de Preços – modelo – pregão compras – Atualização: maio/2023** **- Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Atualização: maio/2023**	
Houve alteração? Não	Relacionar os itens modificados: Não é o Caso

Fls. 107
ÁVILA

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Assunto/objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC)

IDENTIFICAÇÃO DO TEMA:

(De acordo com os conceitos a seguir)

AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	X	**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** – Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA – Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**PATRIMÔNIO** – Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA – Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**RESIDUAL** – Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	

CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL – Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.

OBSERVAÇÃO:

BRENO EDMUNDO BRITO VICTORIANO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 107

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO

PARECER nº 03527/2023/NUCJUR/ E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU
PROCESSO nº: 64045.005664/2023-26
INTERESSADO: 7º Batalhão de Engenharia de Construção
ASSUNTO: Aquisição de combustíveis
VALOR: [redacted]

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP. AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, DECRETO Nº 10.818/2021, DECRETO Nº 11.462/2023, PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67/2021, DECRETO Nº 10.947/2022, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58/2022, PORTARIA ME Nº 7.828/2022, DECRETO Nº 11.246/2022 E INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81/2022. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a aquisição de combustíveis, mediante licitação pública, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, SRP, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

2. É a síntese do necessário.

APRECIAÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

3. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
>
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
>
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
>
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

4. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses,

BATALHÃO DE ENGE...
Fls. 102

eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> Enunciado BPC nº 7
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

5. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

6. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências..

7. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

I - Limites e instâncias de governança/Atividade de Custeio ou não

8. Não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

9. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019; *"estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal"*, com imposição de regras relativas à competência para a celebração de novos contratos de aquisição, nos termos de seu artigo 3º.

10. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019, devendo-se observar os preceitos dos atos normativos regulamentares ainda vigentes.

11. No presente caso, não consta a autorização a que se refere o art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019. **Por isso, recomendamos ao órgão assessorado que declare nos autos se a contratação constitui atividade de custeio.**

II - Avaliação de conformidade legal/Lista de Verificação

12. O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

> Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:
> I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;
> II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

Fls. 110

> III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;
>
> IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
>
> V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

13. Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

14. Nesse sentido, um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União.

15. Referidos documentos estão disponíveis no endereço https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/listas-de-verificacao (acesso em 04/12/2022).

16. No caso vertente não foi realizada a avaliação de conformidade legal com base nos elementos acima descritos, razão pela qual recomendamos ao órgão assessorado que instrua os autos com a lista de verificação.

III - Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

17. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

18. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

19. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade.

20. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

21. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

22. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

23. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

24. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

Fls. 135

a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial

b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,

c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

25. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

26. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

> I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
>
> II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
>
> III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

27. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar, na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto, Plano Diretor de Logística Sustentável e em relação ao Termo de Referência.

IV - Planejamento da contratação

28. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

29. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:
>
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;
>
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
>
> III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;
>
> IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
>
> V - a elaboração do **edital** de licitação;

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 112

> VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
>
> VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
>
> VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o **ciclo de vida do objeto**;
>
> IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;
>
> X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
>
> XI - a motivação sobre o **momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.
>
> (grifou-se)

30. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispões sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

V - Estudo Técnico Preliminar – ETP

31. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

32. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
>
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
>
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
>
> III - requisitos da contratação;
>
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
>
> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
>
> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
>
> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

BATALHÃO DE ENG. Fls 113

> VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
> XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

33. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

34. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

VI - Descrição da Necessidade da contratação

35. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

36. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

37. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas; até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2022, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

38. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021)

39. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls: 114

VII - Levantamento de Mercado

40. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

41. O artigo 9º, III, "a" à "d" da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que "os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração."

42. Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções forem viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei. Com relação ao SRP, ainda temos a considerar o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 11.462, de 2023, *verbis*:

"IV – realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;"

43. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

VIII - Definição do Objeto

44. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

45. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

46. De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

47. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

48. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

49. Por fim, deve a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls 115

Instrumentos de governança - PCA, PLS e outros

50. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

> Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
> (...)
> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

51. É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

> Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:
> I - Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;
> II - Plano de Contratações Anual;
> III - Política de gestão de estoques;
> IV - Política de compras compartilhadas;
> V - Gestão por competências;
> VI - Política de interação com o mercado;
> VII - Gestão de riscos e controle preventivo;
> VIII - Diretrizes para a gestão dos contratos; e
> IX - Definição de estrutura da área de contratações públicas.
> Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si.

52. É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

53. Sem prejuízo da orientação acima, convém tecer algumas considerações sobre os instrumentos de governança abaixo indicados.

Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e definição de critérios de sustentabilidade nas aquisições

54. Como visto, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

IX - Análise/Mapa de riscos

55. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

56. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

57. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

19º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 11

Instrumentos de governança - PCA, PLS e outros

50. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

> Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
> (...)
> VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

51. É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

> Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:
> I - Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;
> II - Plano de Contratações Anual;
> III - Política de gestão de estoques;
> IV - Política de compras compartilhadas;
> V - Gestão por competências;
> VI - Política de interação com o mercado;
> VII - Gestão de riscos e controle preventivo;
> VIII - Diretrizes para a gestão dos contratos; e
> IX - Definição de estrutura da área de contratações públicas.
> Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si.

52. É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

53. Sem prejuízo da orientação acima, convém tecer algumas considerações sobre os instrumentos de governança abaixo indicados.

Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e definição de critérios de sustentabilidade nas aquisições

54. Como visto, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

IX - Análise/Mapa de riscos

55. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

56. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

57. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 117

X - Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

58. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
>
> § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
>
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
>
> IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
>
> V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.
>
> (...)

59. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 3º da referida norma:

> Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:
>
> I - descrição do objeto a ser contratado;
>
> II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
>
> III - caracterização das fontes consultadas;
>
> IV - série de preços coletados;
>
> V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
>
> VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
>
> VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
>
> VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

60. Referida IN, em seu artigo 5º, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 5º que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente, devendo ser apresentada justificativa nos autos em caso de impossibilidade de adoção destes.

61. Assim, o primeiro ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

62. Um segundo ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme descrito nos incisos do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

63. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 6º, § 4º, da IN nº 65, de 2021, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que "Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados ".

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 118

64. Observar os parâmetros dos incisos I e II do art. 23, §1°. da Lei 14.133/2021, não havendo justificativa nos autos.

65. E, principalmente, os ditames do artigo 5° da Instrução Normativa n° 65, de 2021

66. Noutro giro, também, a análise crítica dos valores coletados.

XI - Termo de Referência

67. O termo de referência foi juntado aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

68. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6°, XXIII, da Lei n° 14.133, de 2022:

> Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:
> (...)
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
> j) adequação orçamentária;
> (...)

69. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021:

> Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
> (...)
> § 1° O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6° desta Lei, além das seguintes informações:
> I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
> II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
> III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.
> (...)

70. A Instrução Normativa Seges/ME n° 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 119

71. No caso dos autos, além dos aspectos específicos tratados nos tópicos seguintes, vale registrar que o Termo de Referência demanda aspectos de sustentabilidade, já apontados no Capítulo III.

72. A necessidade e importância da padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021:

> Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:
>
> I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;
>
> II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
>
> III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;
>
> **IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;**
>
> V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.
>
> (grifou-se)

73. Tal postulado foi registrado na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06:

> A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
>
> No intuito de padronização nacional, incumbe aos Órgãos Consultivos recomendar a utilização das minutas disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados.
>
> Convém ainda que os Órgãos Consultivos articulem-se com os assessorados, de modo a que edições de texto por estes produzidas em concreto a partir das minutas-padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU (grifou-se).

74. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

I) Se houve utilização de modelos padronizados;

II) Qual modelo foi adotado; e

III) Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

XII - Da natureza comum do objeto da licitação

75. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para *aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto*, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

76. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
>
> (...)
>
> XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

79º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 120

(...)

77. Sobre a necessidade de a Administração declarar a natureza do objeto da contratação, a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

> "Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."

78. Embora referida Orientação Normativa tenha sido editada à luz da Lei nº 8.666, de 1993, tem-se que o entendimento jurídico nela consubstanciado é compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, motivo pelo qual merece ser observado.

79. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

80. De acordo com o art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, não é admitida a aquisição de artigos de luxo, tendo os §§ 1º e 2º tratado da necessidade de regulamentação do tema:

> Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. Regulamento (Vigência)
>
> § 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.
>
> § 2º A partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Lei, novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.
>
> § 3º (VETADO).

81. No âmbito da administração pública federal, o tema foi regulamentado pelo Decreto nº 10.818, de 2021, tendo seu art. 5º reforçado a vedação de aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, sendo admitidas as exceções contidas em seu art. 4º:

> Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 2º:
>
> I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou
>
> II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

82. Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que a lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame.

83. O artigo 41 da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo:

> Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
>
> I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
>
> a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
>
> b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
>
> c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
>
> d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA
Fls. 121

84. Ocorre que a indicação de marca/modelo não basta para a exclusão das demais opções do mercado, sendo certa a possibilidade de realização, pelo interessado, de prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no artigo 42 da Lei nº 14.133, de 2021:

> Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:
>
> I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;
>
> II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;
>
> III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.
>
> § 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).
>
> § 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.
>
> § 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital.

85. Ainda sobre indicação de marca, também deve ser considerada a vedação do artigo 40, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que, ao tratar do parcelamento, destaca sua inadequação quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

86. Por outro lado, nada impede que a Administração efetive a indicação de marca/modelo, quando for necessária como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, sendo conveniente, neste caso, vir acompanhada das expressões "equivalente, similar ou de melhor qualidade".

87. De tudo o que foi apresentado, fica a constatação de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto, e não seu pressuposto, sob pena de indevida restrição da licitação e quebra da isonomia dos licitantes.

88. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado

89. De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 40.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

90. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

91. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Fls. 122

92. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

I) modalidade de licitação;

II) critério de julgamento;

III) modo de disputa; e

IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

Objetividade das exigências de qualificação técnica

93. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

94. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se a entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

95. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigências de Qualificação nas hipóteses legais de dispensa, sem justificativa

96. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que "o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

97. O art. 70, III, da Lei Nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, "total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)." (Referidos valores são atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182 da mesma Lei).

98. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

99. No caso concreto, apesar de se tratar de hipótese em que o art. 70, III autoriza a dispensa de exigências habilitatórias, estas foram previstas no TR, sem justificativa para tanto. Recomenda-se que seja avaliada a indispensabilidade dessas, motivando-se as exigências em caso positivo, ou suprimindo-as em caso negativo.

Da avaliação sobre a necessidade de qualificar o TR como documento classificado (Lei de Acesso à Informação)

100. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o que deve ser observado no caso concreto.

XIII - Adequação orçamentária

101. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 123

102 A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

> **Lei nº 8.429, de 1992**
>
> Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)
>
> (...)
>
> IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
>
> (...)
>
> **Lei nº 14.133, de 2021**
>
> Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, **no momento da contratação e a cada exercício financeiro**, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
>
> (grifou-se)

103. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

104. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a aplicabilidade da Orientação Normativa nº 52. do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

105. Não há, no momento, a necessidade de apresentação da declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 17 do Decreto nº 11.462, de 2023. Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ficar postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, devendo o responsável zelar pelo seu atendimento.

XIV - Minuta de Edital

106. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

107. É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

I) justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto

II) justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;

III) justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e

IV) justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 124

108. Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

109. Tal postulado foi registrado também na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06.

110. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

I) Se houve utilização de modelos padronizados;

II) Qual modelo foi adotado; e

III) Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

Da restrição a participação de interessados no certame

111. O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

112. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

113. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

114. Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

> Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
> I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
> II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
> III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
> IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
> V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
> § 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.
> § 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
> § 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.
> § 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
> § 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

115. No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

19 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 125

> Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
>
> I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
>
> II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
>
> III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
>
> IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

116. Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

Da participação de ME, EPP e Cooperativas

117. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

Cota reservada

118. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

119. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

I) Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

II) Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

120. De acordo com o Decreto federal nº 8.538/2015, § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25%), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. O § 3º prevê, ainda, que se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

121. Convém mencionar que a Advocacia-Geral da União, recentemente, uniformizou a aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, fixando o entendimento de que, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I). Tal entendimento consta do DESPACHO n. 00098/2021/DECOR/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, aprovado pelo DESPACHO n. 00115/2021/GAB/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, e aprovado pelo Advogado-Geral da União pelo DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Nº 071, de 17 de março de 2021 (seq. 24 a 27 do NUP 25000.193248/2018-73.

122. Deve-se ter em mente também o teor da seguinte "Orientação aos gestores para aplicação do Decreto nº 8.538/2015", publicada em 10/08/2020, no sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/7-orientacao-aos-gestores-para-aplicacao-do-decreto-no-8-538-2015>. Acesso em: 04/12/2022), cuja consulta desde logo se recomenda.

BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fls. 126

XV - Margens de preferência

123. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

> Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:
>
> I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;
>
> II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
>
> § 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:
>
> I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;
>
> II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;
>
> III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.
>
> § 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).

124. Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado

125. O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

XVI - Minuta de termo de contrato

126. A minuta deverá seguir o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, por uniformização, segurança jurídica e praticidade. E, as alterações deverão ser pontuais e seguir as especificidades da aquisição que se pretende.

127. Imperioso, porque são cláusulas necessárias, o respeito ao artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato.

128. Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

129. Tal postulado foi registrado também na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06.

130. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

I) Se houve utilização de modelos padronizados;

II) Qual modelo foi adotado; e

Fls. 12

III) Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

131. Caso seja possível a utilização de instrumento substitutivo, conforme disposto nos incisos I e II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, por força do seu § 1º, o mesmo deverá conter as cláusulas necessárias elencadas no art. 92.

XVII - Designação de agentes públicos

132. Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

> Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:
>
> I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
>
> II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
>
> III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
>
> § 1º A autoridade referida no **caput** deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
>
> § 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
>
> Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
>
> § 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
>
> § 2º Em licitação que envolva bens, ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
>
> § 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência
>
> § 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.
>
> § 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

133. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

> § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser

Fls. 125

observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

134. O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

135. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da **segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o **princípio da segregação de funções**, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

Decreto nº 11.246, de 2022

Princípio da segregação das funções

Art. 12. O **princípio da segregação das funções** veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o **caput**:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

(grifou-se)

136. Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

137. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

XVIII - Da Adequação da modalidade licitatória eleita

FEIS. 22

138. No caso, pretende-se a aquisição de itens/bens, o/a(s) qual(is) foi(ram) classificado/a(s) pelo órgão consulente como "bens comuns".

139. Atestada a natureza comum dos bens pretendidos, nos termos do art. 1°, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2000, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

140. Ademais, segundo o art. 5º "caput" do Decreto nº 10.024, de 2019, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade Pregão, de preferência, em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

141. E o artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 2023 enumera em seus incisos as situações nas quais poderá ser adotado o Sistema de Registro de Preços.

142. **Necessário indicar a hipótese em que se enquadra o pretendido registro de preços. E, registre-se, segundo entendimento do TCU, não basta citar o dispositivo legal, necessário e imperativo que se fundamente com o nexo causal/fático. De modo, que haja, realmente, a subsunção à norma, ou seja, que o caso concreto apresentado se enquadre à lei**.

XIX - Da intenção para registro de preços

143. Nos termos do art. 9º e 10 do Decreto nº 11.462, de 2023, o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, a ser operacionalizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, que poderá ser dispensado apenas na forma do § 2º do art. 9º do Decreto.

144. Caberá ao Órgão ou entidade gerenciadora, na fase preparatória, realizar o procedimento público de IRP, para possibilitar a participação, no prazo mínimo de 8 dias, de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na Ata e determinar a estimativa total de quantidades da eventual contratação, observando, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º do Decreto.

145. **Os Órgãos e entidades, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, deverão consultar as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação. Registre-se, por oportuno, que tal Deliberação deverá, formalmente, constar dos autos do processo**.

XX - Da Ata de Registro de Preços

146. A Ata de Registro de Preços deve abordar o objeto, os preços, especificações e quantitativos, eventuais participantes, validade da referida ata, hipóteses de revisão e cancelamento de registros de preços, condições para o remanejamento de quantitativos, **observadas as condições constantes do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 31.03.2023**.

147. Sua vigência está definida no art. 22 e vedação a acréscimos nos quantitativos no 23.

148. Seu controle e gerenciamento, alteração ou atualização e negociação dos preços registrados estão nos subsequentes 24, 25 e 26, o que deverá ser seguido à risca.

XXI - Imperativa a publicidade do edital e do termo do contrato

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 130

149. Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133, de 2021.

150. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CONCLUSÃO

151. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridas todas as recomendações deste Parecer, em especial, as constantes dos Capítulos I, IV, VI, VII, VIII, X, XII, XIV. XV e XXI.

152. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU**.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2023.

Franco Luciano Rancaño de Azevedo Rosa

Advogado da União

SIAPE nº 1212642

OAB/RJ nº 71.090

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 1511

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

CERTIDÃO DE SANEABILIDADE

1. Ante as observações realizadas no documento PARECER nº 03527/2023/NUCJUR/ E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, de 29 de Novembro de 2023, referente ao Processo Administrativo nº 64045.005664/2023-26 – Pregão Eletrônico SRP nº 22/2023 – 7º BEC, foram atendidas e/ou justificadas as recomendações como segue:

Nº de Ordem	Referência	Posicionamento do Ordenador de Despesas
11	Recomendamos ao órgão assessorado que declare nos autos se a contratação constitui atividade de custeio.	Esta recomendação foi atendida e acrescentada aos autos do processo na justificativa no termo de referência.
34	Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital	Acolhida a recomendação e feita a observação. Além disso, o próprio ETP, anexo ao processo, consta as regras da referida IN.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 132

39	O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.	No mesmo artigo é dito na numeração 38 que :"Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3° do Decreto n° 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021) ", observação a qual já se encontra atendida.
43	Fazer o Levantamento de Mercado - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;	A presente recomendação já foi cumprida nos autos do processo e já se encontra justificada no mesmo.

BARBALHÃO DE ENGLA... Fls. 233

49	VIII - Definição do Objeto Por fim, deve a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo,eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022	A presente recomendação já foi cumprida nos autos do processo para posteriormente cadastramento do cat mat dos itens no SRP.
64	X - Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços Observar os parâmetros dos incisos I e II do art. 23, §1º da Lei 14.133/2021, não havendo justificativa nos autos	A presente recomendação já foi cumprida nos autos do processo, conforme Relatório da Pesquisa de Preços nº 03/2023 – 4º Seção, constando assim o valor compatível com o do mercado disponibilizado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo).

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 136

Rio Branco, AC, 06 de Dezembro de 2023.

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Fls 235
ÁVILA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

OFÍCIO Nº 218-SALC/7 BEC

NUP: 64045.005961/2023-71

Rio Branco/AC, 06 de dezembro de 2023.

Ao Senhor
MARCO AURELLY MOTA DE OLIVEIRA KOSLINSKI
Coordenador Geral da Consultoria Jurídica da União no Estado do Acre
Rua Rui Barbosa, 142, 1º Andar, Centro
69.900-120 – Rio Branco/AC

Assunto: Recebimento via SAPIENS do PARECER nº 03527/2023/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU

Senhor Coordenador Geral,

Atestamos o recebimento da comunicação realizada com a resposta da Consultoria Jurídica da União no Estado do Acre à consulta formulada referente ao Processo nº 64045.005864/2023-26.

Atenciosamente,

ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO – TC
Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Construção

Fls. 226

ADENDO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA
Estudo Técnico Preliminar 42/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64045.004301/2023-73

2. Descrição da necessidade

2.1 Em complemento às disposições constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD) 18/2023- 4ª Seção/7ºBEC, em que se faz referência Arts. 3º, IV, 8º, I, do Dec. 10.024, de 2019, Instrução Normativa nº 05, de 26 de março de 2017 e Art. 6º, I do Decreto Lei nº 200, de 1967, bem como as demandas identificadas naquele documento, faz-se necessário exarar às seguintes observações acerca da necessidade de combustível.

2.2 O Exército Brasileiro, no cumprimento de sua missão constitucional e por força do Art. 16 do Inc. II, do Art. 17-A, da Lei Complementar nº 97, de 1999, coopera com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e, para isso, faz-se necessário estar em permanente preparo.

2.3 As Organizações Militares de Engenharia executam diversas atividades de interesse nacional, em cooperação com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, contribuem para o desenvolvimento e a segurança nacional de forma permanente, por meio da execução de obras e serviços hidroviários, rodoviários, ferroviários, portuários, aeroportuários, além de trabalhos em prol do meio ambiente, bem como, a participação em ações de Defesa Civil.

2.4 A realização deste Processo Licitatório, por este Órgão Gerenciador, contempla o planejamento inicial do quantitativo estimado de aquisição de combustíveis para Operações Militares, geração de energia elétrica (Gerador), apoio a missões de paz, atividades de engenharia (obras em Cooperação), operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atividades administrativas, apoio logístico a obra de Readequação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus, dentre outras, tendo como escopo a flexibilidade da necessidade para suprir as demandas desta entidade pública.

2.5 Portanto, esta OM necessita adquirir combustíveis, como Óleo Diesel S10 e Gasolina Tipo C, por ter sob sua jurisdição uma ampla frota de equipamentos e viaturas que estão em sua maioria empregados na execução das atividades supracitadas, o que exige uma constante preocupação com abastecimento e uma criteriosa gestão de estoque deste insumo. Atualmente, o Batalhão possui cerca de 128 equipamentos e 84 viaturas que são empregados diretamente tanto nas obras desta unidade de engenharia militar, como nas atividades previstas de treinamento e possíveis atividades de defesa civil. A necessidade da contratação se evidencia na ampliação de sua frota de viaturas e equipamentos, portanto, haverá um aumento na demanda de Diesel S10 e Gasolina Comum. O não atendimento desta demanda acarretaria prejuízo na execução dos serviços sob responsabilidade do 7º BEC. Para tanto, é fundamental reforçar que esta OM gerenciadora deste processo licitatório, recebe regularmente recursos em grande escala, demandando a correta observância aos preceitos legais que regem as compras do Governo Federal.

BATALHÃO DE ENGENHARIA Fls. 132 JUNÇÃO 7ª

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção	Capitão STÉPHANO MARINS MORAES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, **não possui natureza continuada**, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2. A contratação também requer que a fornecedora **exerça práticas de sustentabilidade para o exercício de atividade de transporte de cargas perigosas e comércio de combustíveis e derivados de petróleo**, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – Advocácia-Geral da União e o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, onde é necessário o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

4.3. Os bens serão executados conforme descrito abaixo:

4.3.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da Ordem de Serviços, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho.

4.3.2. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do(a) do recebimento do pedido de fornecimentos acompanhados da referida Nota de Empenho

4.3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **10 (dez) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15(quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e a quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 128

4.4.2 Os insumos deverão ser adquiridos de forma parcelada, em acordo com a necessidade da Contratante (NE).

4.4.3 Os volumes referentes a requisição mínima, serão sempre múltiplos de 5.000 (cinco mil) litros, atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos pelas refinarias os quais orientam a não interrupção do processo de carregamento dos caminhões-tanque.

4.5. Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão; como descrito a seguir:

4.5.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP n° 807, de 23 de janeiro de 2020.

4.5.3 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10 constante deste Termo de Referência, deve-se, obedecer aos critérios da Resolução ANP n° 50, de 23 de dezembro de 2013 (DOU 24.12.2013) e suas alterações.

4.6 No momento do fornecimento, os combustíveis serão submetidos ao controle de qualidade da Unidade, mediante equipamento de teste aprovado pela ANP ou outro órgão regulador. Os combustíveis que não se enquadrarem nas especificações da Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável e do fabricante, serão rejeitados, arcando a Contratada com o ônus do fato.

4.7 Os materiais necessários para realização dos testes previstos no item anterior são de total responsabilidade da empresa Contratada.

4.8. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

4.9 No caso de Exercício da Atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos estarão habilitadas a fornecer os produtos descritos no Termo de Referência as empresas que apresentarem junto a
Documentação de Habilitação, a autorização outorgada pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para essas finalidades, nos termos da Resolução ANP n° 58, de 17 de outubro de 2014.

4.10 A empresa como condição de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls 07

5. Da Finalidade

5.1 O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade de aquisição de combustível (Gasolina e Óleo Diesel) baseado no desconto ofertado sobre a média da tabela ANP na data da ordem de fornecimento, visando atender às necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, referente ao exercício financeiro 2023 / 2024, bem como complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

5.1 Tomando como base o inciso I e II do art. 10 do decreto nº 8.538, 6 de outubro de 2015, não há o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na cidade de Rio Branco – AC e região, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Termo de Referência. E mesmo que houvesse microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas na cidade de Rio Branco – AC e região, o tratamento diferenciado e simplificado para as referidas empresas não seria vantajoso para a administração pública, pois representaria prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, devido à falta de capacidade técnica, operacional, logística para atender o volume referenciado.

5.2 Verificou-se ainda que o estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC nº123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista as distribuidoras que participam de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) empresas do tipo ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 49, Inc. II da LC nº 123, de 2006.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A definição das rotinas da execução, a frequência e a periodicidade dos serviços:

7.1.1. As execuções dos serviços serão iniciadas por intermédio de um planejamento acordado entre a contratante e a licitante vencedora do certame denominada contratada.

7.1.2. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços da obra a serem executados consoante ao consumo frequente de combustível (Diesel S10 e Gasolina Comum) utilizado pelo efetivo descentralizado nos Destacamentos a cargo do 7º BEC.

7.2. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

7.2.1. Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IGAM, ANVISA e demais órgãos

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 190

testes de qualidade dos combustíveis seguirão a legislação específica editada pela ANP. podendo ser consultado, acaso existente e atualizado, o Anexo da Cartilha do Posto Revendedor de Combustíveis publicada por tal agência.

7.3.14 Atender prontamente às requisições de abastecimento, sempre que solicitada pela CONTRATANTE.

7.3.15 Responsabilizar-se integralmente por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente contrato, inclusive nos transportes até os diferentes locais de entrega estipulados.

7.3.16 Indicar preposto, informando e mantendo atualizados seu telefone fixo, celular e e-mail de contato.

7.3.17 Providenciar, através de seu preposto, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE.

7.3.18 Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a nota fiscal/fatura mensal, cópia das "Requisições de Abastecimento" relativas ao mês de Competência bem como os comprovantes de abastecimento (cupons).

7.3.19 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em edital oriundo desta licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

7.3.20 Responsabilizar-se pelos danos materiais ou pessoais causados à CONTRATANTE, quando decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços de mercado, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Instituição reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

7.3.21 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o produto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos veículos que o utilizar.

7.3.22 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na aquisição do objeto deste pregão eletrônico, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7.3.23 Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

7.3.24 Responder por todo ônus, relativo a salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros, referente aos seus empregados.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE Fls. 191

às obras	[redacted]	[redacted]
Ampliação e Reforma do Aeródromo de Santa [redacted]		
	[redacted]	[redacted]

Fontes: 4ª Seção e Fiscalização Administrativa

8.2.2 Relatório de consumo de Gasolina Comum – LITROS por ano

ATIVIDADES	ANO 2022	ANO 2023(até Agosto)
Atividades Administrativas do 7° BEC em apoio às obras	[redacted]	10[redacted]
	[redacted]	[redacted]

Fontes: 4ª Seção e Fiscalização Administrativa

8.2.3 Até a presente data deste ETP, verifica-se um consumo médio aproximado de 179.597 litros de Diesel S10 e de 12.240 litros de Gasolina Comum.

8.3 Ainda para o planejamento das aquisições e contratações também foi considerado um aspecto que ressalta uma peculiaridade do Exército Brasileiro: a necessidade de se manter em permanente estado de prontidão, caracterizando sua imprevisibilidade de emprego, observando-se, assim, a necessidade de se manter Atas de Registro de Preços (ARP) vigentes.

8.4 Além do levantamento das quantidades adquiridas em anos anteriores, observa-se, ainda, que o Pregão SRP tem validade de 1 (um) ano, não sendo possível, tendo em vista as peculiaridades que uma Organização Militar possui, utilizar apenas dados de uma "série histórica" de consumo para realizar levantamento de quantitativos a serem licitados. Ademais, esta entidade pública optou por utilizar o acréscimo de 11,40% em cima da média obtida dos anos anteriores para prevenir qualquer situação de contigência que venha a ocorrer no decorrer da vigência da ata, cujo a quantidade aproximada é de 200.000 L (duzentos mil litros) de Óleo Diesel e 15.000 L (quinze mil litros) de Gasolina Comum para atender as necessidades da administração pública no certame licitatório à ocorrer.

8.5 Portanto, o sucesso deste processo licitatório assegura, com oportunidade, ganho de eficiência, viabilidade e economicidade para a administração pública federal, conforme o estabelecido na forma da lei.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.350.200,00

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 162

10.4 Em regra, conforme § 4° do art. 135 da Lei n° 14.133/21, poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

10.5 Por isso, em consonância com a legislação retromencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos insumos que serão contratados, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No caso concreto, o 7º BEC possui inclusive uma licitação vigente, no qual dispõe dos combustíveis através do Pregão 19/2022, cujo vencimento da ata será em 23/12/2023 que foi homologado nas seguintes quantidades , conforme tabela abaixo:

DIESEL S10		
PREGÃO	**VIGÊNCIA**	**QUANTIDADE HOMOLOGADA(L)**
19/2022	DEZEMBRO 2022 - DEZEMBRO 2023	530.000

GASOLINA COMUM		
PREGÃO	**VIGÊNCIA**	**QUANTIDADE HOMOLOGADA(L)**
19/2022	DEZEMBRO 2022 - DEZEMBRO 2023	20.000

11.2 Desta forma; devido a continuidade dos trabalhos que estão sendo realizados por esta OM, conforme já descritos neste ETP e conforme o planejamento da Seção Técnica do 7º BEC, faz-se necessário a abertura de uma nova licitação com as quantidades apresentadas neste estudo, pois, os trabalhos a serem realizados pelo batalhão e o cronograma das obras ultrapassará o presente exercício para que não haja paralisação e prejuízo na continuidade das atividades gerenciadas por esta organização.

11.3. Portanto, interessa ao batalhão a realização dessa nova licitação permitindo ao 7º BEC, o desenvolvimento dos trabalhos emanado pelo Escalão Superior, bem como

Fls. 143

13.3.3 Permanecer com o abastecimento de combustível ininterrupto e diuturno;

13.3.4 Continuidade dos trabalhos das obras que são realizados; e

13.1.5 Atender as necessidades Administrativas e Operacionais do 7º BEC.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A Administração, com vistas a alcançar maior êxito na contratação do aludido serviço objeto deste instrumento, elaborou um cronograma sucinto cujas atividades são ínsitas à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

Cronograma de atividades

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização	
Ação	**Responsável(is)**
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante (4ª Seção) / Sec Tec
Abertura do processo licitatório com vistas à contratação dos serviços de perfuração de poço artesiano tubular	Ordenador de Despesas / SALC
Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação Boletim Interno)

Fonte: Autor

14.2. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Em relação aos impactos ambientais, podemos verificar que o fornecimento do objeto deste instrumento possa causar danos quanto ao possível vazamento e/ou derramamento no solo, ou ainda, contaminar cursos d'água, igarapés e outros tipos de mananciais e, sucessivamente, causar impactos na fauna e flora, bem como, a cadeia alimentar das espécies locais.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 17

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA
Equipe de apoio

Despacho: ETP atendendo os princípios básicos da licitação.

STEPHANO MARINS MORAES
Equipe de apoio

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA Fls. 165

Anexo I - consumo semanal disel e gasolina AGO2023.png

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 116

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ADENDO "B" AO TERMO DE REFERÊNCIA

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

RISCO 01 – Indisponibilidade Orçamentária			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	Dano		
1.	Impossibilidade de contratação dos serviços, os quais acarretariam prejuízos: ao interesse público (sociedade), a Administração (7º BEC) e aos órgãos convenentes.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar a(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.		Equipe de Planejamento da Contratação
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Intermediar junto ao 2º Grupamento de Engenharia para gestão junto ao Órgão Responsável, a fim de atender o mais breve possível com recursos a referida demanda.		Equipe de Planejamento da Contratação e a 4ª Seção

RISCO 02: Subestimar prazos para atendimento de requisitos processuais			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	Dano		
1.	Descontinuidade dos serviços.		
Id	Ação Preventiva		Responsável
1.	Comprometimento da equipe de Planejamento da Contratação no sentido de dar maior celeridade aos trâmites processuais.		Equipe de Planejamento da Contratação.
Id	Ação de Contingência		Responsável
1.	Abrir novo procedimento licitatório: contratação emergencial.		Equipe de Planejamento da Contratação.

BATALHÃO DE ENGENHARIA
Fls. 147

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA				
	ALTA			
	MÉDIA		RISCO 02	
	BAIXA	RISCO 01 RISCO 03 RISCO 04 RISCO 05	RISCO 03	
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
	GRAVIDADE /IMPACTO			

Rio Branco, AC, 28 de Agosto de 2023.

Equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização:

LUIS FERNANDO DA COSTA JUCÁ – 3° SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

RAFAEL DE SOUSA OLIVEIRA – 2° SGT
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

STÉPHANO MARINS MORAES – Cap
Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 168

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº64045.004301/2023-73)

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades Administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	% MÍNIMO DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R$)
1	**Óleo Diesel S-10**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461548	Litros	[redacted]			
2	**Óleo Diesel S-10**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950- 000	461548	Litros				
3	**Gasolina, tipo C**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP.	461506	Litros				

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 169

1.8 O valor a ser pago pelo litro do combustível será a média dos valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através da planilha disponibilizada semanalmente no site https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas, com os preços praticados no município estabelecido em cada item licitado, no dia do pedido ao fornecedor, aplicando a este o percentual de desconto ofertado neste certame.

1.9 Em consequência, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá anexar ao pedido a cópia da planilha de preços semanal da ANP, referente à cidade/estado do item licitado, realizada no dia do pedido.

1.10 O percentual de desconto para combustível deverá ser MAIOR que ZERO e não superior a 2(duas) casas decimais, os números posteriores a segunda casa decimal serão desconsiderados na Fase de Aceitação do Certame

1.11 O percentual de desconto para o combustível será fixo e irreajustável durante a validade da Ata.

1.12 A tabela ANP por conter uma pesquisa semanal e preço daquela região (município/Estado), já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o percentual mínimo fixado para o desconto foi atribuído 0,5% (zero vírgula cinco por cento), já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.

1.13 O estabelecimento da cota de até 25% para contratação de Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedades Cooperativas (COOP), nos termos do Art. 48, Inc. II da LC nº123, de 2006 (atualizada pela LC nº 147, de 2014), não será aplicado o aludido tratamento diferenciado, haja vista que as distribuidoras participantes de processos licitatórios com esse quantitativo não se enquadrarem nesse tipo de natureza jurídica, não havendo, desta forma, um número mínimo de 3 (três) ME, EPP ou COOP que exerçam atividades econômicas de distribuição de combustíveis, de acordo com o que prescreve o Art. 49, Inc. II da LC nº 123, de 2006.

1.14 Os itens constantes do objeto da aquisição devem seguir padronização determinada pelo órgão regulador (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP), conforme especificações técnicas previstas nas Resoluções editadas pelo referido Órgão como descrito a seguir:

1.14.1 Para o fornecimento da Gasolina Comum Tipo C, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 807, de 23 de janeiro de 2020.

1.14.2 Para o fornecimento do Óleo Diesel S10, constante deste Termo de Referência, deve-se obedecer aos critérios da Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013.

1.15 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do produto, tais

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

BATALHÃO DE ENGENHARIA Fls. 198

Da exigência de amostra

4.3 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1 **Para toda entrega de combustível, quando solicitado por meio da ordem de fornecimento, deverá constar o boletim de conformidade do produto.**

4.4 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela razão de o pagamento estar condicionado a entrega do bem.

4.9 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento pelo contratado, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Itens 1 e 3: Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Rio Branco/AC na sede do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de Referência Aquisições Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

Fls. 151

5.14 As logísticas de entregas deverão, obrigatoriamente, serem informadas a partir do momento da solicitação à contratada e ocorrerá durante o horário de expediente do 7º BEC, de segunda a quinta-feira, das 7:30 h à 11:30 h e das 13:00 h às 16:00 h e sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.15 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fls. 112

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7º Fls. 252

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Fls. 154

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Fls. 757

8.27.1.2 Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo órgão beneficiado.

8.27.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27.5 Prova de atendimento aos requisitos das documentações comprovatórias perante a ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP N_° 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal.

8.28 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4°, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2° a 6° da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.1 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.2 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.29.3 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.4 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.5 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 156

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º.....

O **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC**, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, na cidade de Rio Branco/AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **07.552.636/0001-95**, neste ato representada pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Tenente Coronel **ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO**, nomeado pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 12 de junho de 2023, portador da matrícula funcional nº 1010954145 Min Def, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 022/2023, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 64045.004301/2023-73, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de maior desconto sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 22/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.9.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Fls. 158

5.18.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.18.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.19. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que

Fls. 159

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do

BATALHÃO DE ENGENHARIA
Fls. 160
73

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitáram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 161

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC E A EMPRESA .....

A União por intermédio do **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC**, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, na cidade de Rio Branco/AC, CEP: 69.918-093, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.552.636/0001-95**, neste ato representado(a) pelo comandante, Sr. Tenente Coronel **ABELARDO SILVA DE FARIA FILHO**, nomeado(a) pela Portaria Cmt Ex nº 743, de 07 de junho de 2023, publicada no D.O.U. nº 109, de 12 de junho de 2023, portador da matrícula funcional nº 1010954145 Min Def, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 64045.004301/2023-73 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 022/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Réforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 167

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/12/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice já atualizado de acordo com tabela ANP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Fls. 164

(DIAS) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

BATALHÃO DE ENG... Fls. 165

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio Branco/AC, xx de xxxxxxx de 2023.

Abelardo Silva de Faria Filho - TC
Ordenador de Despesas do 7º BEC

Nome Completo do Representante Legal
Cargo/Função na Empresa
Responsável legal da CONTRATADA

Fls. 186

ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO)

Local e data
Referência: Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – SALC – 7º BEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao 7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC, fornecer o(s) material(is) abaixo especificados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços: Modelo de Preenchimento:

Item	Especificação	MARCA	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	**Óleo Diesel S-10**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461548	Litros	200.000		
2	**Óleo Diesel S-10**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	461548	Litros	200.000		
3	**Gasolina, tipo C**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: na Sede do 7º BEC, localizado na Avenida Nações Unidas, 2100 - Rio Branco, Acre	461506	Litros	10.000		
4	**Gasolina, tipo C**, conforme especificação de padronização estabelecida pela ANP. Local de entrega: Na BR 364, no Cais de Porto sob a ponte do RioPurus, Manoel Urbano – AC, CEP 69.950-000	461506	Litros	5.000		
5	...					

- Valor Total da Proposta de Preços: R$ 0,00 (xxxx reais).

1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do(s) material(is) objeto desta licitação; inclusive o frete;

2. O prazo de entrega do(s) bem(ns) é de **30 dias (trinta dias)**, contados do recebimento da nota de empenho ou assinatura do Termo de contrato, em remessa única, **conforme a(s) nota(s) de empenho emitida(s) pela Administração (do tipo *ordinário* ou *global*), haja vista que, sendo *global* os quantitativos serão entregues em mais de 01 (uma) remessa, no entanto, a quantidade estipulada para cada remessa será fornecida em 01 (uma) única vez, segundo a necessidade do órgão** (conforme estipulado no subitem 6.1 do Termo de Referência).

3. A entrega do(s) material(is) ocorrerão segundo o(s) local(is) estipulado(s) no Anexo I – Termo de Referência do Edital (conforme o caso estipulado no subitem 6.1.1 e 6.1.2 do Termo de Referência).

Fls. 167

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

(PAPEL TIMBRADO)

_____ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ _____,infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF n º _____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 022/2023 – 7º BEC, DECLARA expressamente que:

Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN01/2010-SLTIe a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ___, _____ de _____ de 2023.

_____

Nome Completo do Representante Legal
Cargo/Função do Representante Legal

gov.br

Compras.gov.br

Fls. 168

PREGÃO ELETRÔNICO

22/2023

CONTRATANTE (UASG)
(7º Batalhão de Engenharia de Construção – 160001)

OBJETO
Registro de preços para aquisição de combustíveis

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.827.600,00 (dois milhões oitocentos e vinte e sete mil e seiscentos reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 21/12/2023 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Maior desconto por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

ENGTA
Fls. 169
BATALHÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023

(Processo Administrativo nº 64045.004301/2023-73)

Torna-se público que o **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – UASG 160001,** por meio da **Seção de Aquisição, Licitações e Contratos – SALC**, sediado na **Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco – AC**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da , do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), pelo critério de **maior desconto** sobre a média da planilha disponibilizada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção nas realizações das diversas atividades desta unidade, como as atividades administrativas em apoio às operações e a obra atual (Ampliação e Reforma do Aeródromo na cidade de Santa Rosa do Purus-AC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1.As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ().

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

3.6.11. O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens e poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.14. O disposto nos itens e não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da .

3.6.16. A vedação de que trata o item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens e deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos ;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 desconto do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 **(cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do ; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7ª BATALHÃO Fls. 17

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo .

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Fls. 173

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. contiver vícios insanáveis;

7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Fls. 174

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **7.27.**

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.21. Deverá ser apresentada as documentações comprovatórias perante as ANP nos moldes da RESOLUÇÃO ANP Nº 58, DE 17.10.2014, DOU DE 20 DE OUTUBRO DE 2014 e suas alterações (ato de registro ou autorização), tendo em vista a atividade ser enquadrada em tal dispositivo legal;

8.21.1. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado comoatividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

8.22. DA VISTORIA TÉCNICA

8.22.1. Durante o processo de habilitação, após a fase de lances, o CONTRATANTE poderá fazer diligência na empresa que ofertou a melhor proposta para verificação das instalações físicas e dos equipamentos com a finalidade de comprovar a sua capacidade produtiva e/ou esclarecer ou complementar a instrução do processo, cujo trabalho constará de laudo/parecer conclusivo. Para fins de avaliação da capacidade produtiva será levado em conta as dimensões da área física, a capacidade dos equipamentos instalados. Equipe técnica e outros itens, que forem julgados pertinentes para a execução plena do objeto, nas condições/exigências estabelecidas no Edital.

8.22.2. O licitante será formalmente avisado quanto aos servidores civis e/ou militares designados pela Administração (7º BEC), sendo possível a colaboração de integrantes de outros órgãos e entidades públicos, especialmente quando o licitante vencedor estiver domiciliado fora do município de Rio Branco/AC.

8.22.3. Será acordada a data, o local e o horário para a realização da vistoria técnica, assim como serão repassados previamente os pontos/objetos/documentos que serão diligenciados/vistoriados, sem prejuízo de outros não relacionados que, porventura, julgue-se pertinente esclarecimento ou comprovações no caso concreto.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização, maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

BATALHÃO DE ENGE... Fls. 135

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Fls. 776

de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4., 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da 4.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail licita7becsalc05@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Nações Unidas, 2100, Bairro 7º BEC, Rio Branco/AC, na secão de Licitações e Contratos (SALC).**

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DE ENC... Fls. 277

Rio Branco – AC, 07 de dezembro de 2023

Abelardo Silva de Faria Filho - TC

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 178

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Ao vigésimo segundo dia do mês de agosto do ano de 2023, procedo ao encerramento deste volume nº 01 do processo nº [redacted] contendo 178 (Cento e oito) folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 02.

GUILHERME XIMENES ARAUJO – 3º SGT
Aux da SALC do 7º BEC